

ERNELDO SCHALLENBERGER

O ASSOCIATIVISMO CRISTÃO NO SUL DO BRASIL

A CONTRIBUIÇÃO DA SOCIEDADE UNIÃO POPULAR E DA LIGA DAS UNIÕES
COLONIAIS PARA A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO SUL-
BRASILEIRO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção
do Grau de Doutor.

Área de Concentração: História do Brasil

Orientador: Prof. Dr. RENÉ ERNAINI GERTZ

PORTO ALEGRE

2001

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

DEDICATÓRIA

Deus, na sua infinita sabedoria e bondade, agraciou-me com o convívio da Clair, esposa, de Ceciana e de Flávio, filhos, em quem e por quem vivo.

A todos aqueles que, nas relações familiares, comunitárias, seminarísticas, universitárias e profissionais ajudaram a construir referências para a minha existência - pais, familiares, colegas, amigos e companheiros de jornadas.

AGRADECIMENTOS

Ao orientador Prof. Dr. René Ernaini Gertz, pela perseverança, pela compreensão e pela orientação de todos os passos da construção do presente trabalho.

Aos professores e estudiosos do assunto, Dr. Padre Arthur Rabuske, Dr. Arthur Blásio Rambo, Dr. Johannes Meier, Dr. Lúcio Kreutz, Dr. Martim N. Dreher, pelo incentivo, pelas informações e troca de idéias e pelas fontes reveladas.

À Professora Claír Teresinha Ames Schallenberger, pela revisão do texto.

Às auxiliares de pesquisa Carine Haupt, Gládis Maria Schmidt, Izabel Arendt e Margarete Poll, pelo auxílio na coleta de informações e na conversão das fontes.

À Marlete Beatriz Maçaneiro Schroeder, pela diagramação do texto.

À Carla Helena Carvalho Pereira, da Secretaria do Curso de Pós-Graduação em História da PUCRS, e à Sônia Lemanski, da Divisão de Pós-Graduação da UNIOESTE, pela presteza e pela atenção.

Aos docentes e aos colegas do Curso de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pelo convívio enriquecedor.

Aos companheiros da UNIOESTE, que, pelo seu empenho, exercitaram o sonho da construção de uma “universidade multicampi, com centros de excelência acadêmica e comprometida com o desenvolvimento regional”.

Ao apoio da CAPES e da UNIOESTE.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	2
AGRADECIMENTOS.....	3
SUMÁRIO.....	4
RESUMO	7
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I A EMERGÊNCIA DO SOCIAL-CATOLICISMO E DO ASSOCIATIVISMO CRISTÃO	41
1. UMA APROXIMAÇÃO POSSÍVEL.....	41
2. NA GÊNESE DO SOCIAL-CATOLICISMO NA ALEMANHA.....	43
3. ENFOQUE ÉTICO DA ABORDAGEM SOCIAL E POLÍTICA: ROMANTISMO X LIBERALISMO... ..	51
4. NOVAS POSTULAÇÕES FILOSÓFICAS DIANTE DA QUESTÃO SOCIAL.....	60
5. SOCIAL-CATOLICISMO E ASSOCIATIVISMO CRISTÃO	62
6. A VISÃO EVANGÉLICA LUTERANA DA QUESTÃO SOCIAL	74
7. DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA CATÓLICA.	81
8. A UNIÃO POPULAR PARA A ALEMANHA CATÓLICA - <i>VOLKSVEREIN</i>	88
CAPÍTULO II A IGREJA E A SUA CONSTRUÇÃO SOCIAL NO PRIMEIRO CINQUENTENÁRIO DA REPÚBLICA BRASILEIRA	97
1. A IGREJA CATÓLICA E A BUSCA DA SUA LEGITIMIDADE SOCIAL	97
2. SINCRETISMO RELIGIOSO E IDENTIFICAÇÃO SOCIAL	109
3. O PENSAMENTO SOCIAL CRISTÃO E A RENOVAÇÃO DO CATOLICISMO BRASILEIRO.....	114
CAPÍTULO III A IMIGRAÇÃO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL NO SUL DO BRASIL.....	127
1. A FIXAÇÃO DO POVOAMENTO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL NO SUL DO BRASIL.....	127
2. A COLONIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DO ESPAÇO COMUNITÁRIO	132
3. A PRESENÇA TEUTA E A EXPANSÃO DA COLONIZAÇÃO.....	140
4. A NOVA DINÂMICA DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO	149
5. A PRODUÇÃO DA IMAGEM DO IMIGRANTE SUL-BRASILEIRO	154
CAPÍTULO IV A IGREJA E A IMIGRAÇÃO.....	161
1. A COMPLEXIDADE SOCIAL E A IMIGRAÇÃO	161
2. A RELIGIÃO E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL.....	166
3. O COTIDIANO DOS COLONOS E A AÇÃO EVANGELIZADORA E EDUCATIVA	171
4. A PRESENÇA INSTITUCIONAL DA IGREJA NO ESPAÇO DA COLONIZAÇÃO: CATÓLICOS E EVANGÉLICOS LUTERANOS	175
CAPÍTULO V A IGREJA E O ESTADO NA PRODUÇÃO E NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL	186
1. POSTURAS DIFERENCIADAS E DISCURSOS CRUZADOS.....	186
2. A IGREJA DA IMIGRAÇÃO E A FACE SOCIAL DO CRISTIANISMO: CATÓLICOS E EVANGÉLICOS LUTERANOS.	197
3. ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	211

CAPÍTULO VI O ASSOCIATIVISMO ENTRE OS TEUTO-BRASILEIROS.....	229
1. A EMERGÊNCIA DO ASSOCIATIVISMO ENTRE OS TEUTO-BRASILEIROS	229
2. O ASSOCIATIVISMO TEUTO-BRASILEIRO NA SUA VERTENTE CULTURAL	240
3. AS COMUNIDADES ECLESIAIS: As FACES RELIGIOSA E POLÍTICA DO ASSOCIATIVISMO CRISTÃO.....	245
4. O ASSOCIATIVISMO CRISTÃO ENTRE OS EVANGÉLICOS LUTERANOS.....	254
CAPÍTULO VII A ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE AGRICULTORES - <i>BAUERVEREIN</i>	264
1. A EMERGÊNCIA DO ASSOCIATIVISMO RURAL.....	264
2. O <i>BAUERVEREIN</i> : NATUREZA, PROPOSTAS E DESAFIOS.....	273
3. O <i>BAUERVEREIN</i> , A COLONIZAÇÃO E O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO	281
4. O <i>BAUERVEREIN</i> , O CENTRO ECONÔMICO E A SINDICALIZAÇÃO.....	291
5. DO <i>BAUERVEREIN</i> AO <i>VOLKSVEREIN</i>	298
CAPÍTULO VIII DA EMERGÊNCIA À CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE UNIÃO POPULAR – <i>VOLKSVEREIN</i> – A ERA AMSTAD.....	304
1. DA CONCEPÇÃO À CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE UNIÃO POPULAR.....	304
2. A ESTRUTURAÇÃO DA SOCIEDADE UNIÃO POPULAR.....	313
3. UNIDADE GERENCIAL: PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E AÇÃO COOPERADA	326
CAPÍTULO IX O REERGUMENTO E A DESCENTRALIZAÇÃO DA SOCIEDADE UNIÃO POPULAR – A ERA RICK	338
1. O REERGUMENTO DA UNIÃO POPULAR E A FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS	338
2. A SOCIEDADE UNIÃO POPULAR E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	346
3. OS ESTEIOS DA SOCIEDADE UNIÃO POPULAR: A RELIGIÃO E A EDUCAÇÃO	356
CAPÍTULO X O APOGEU DA SOCIEDADE UNIÃO POPULAR – A ERA KNIEST	364
1. MUDANÇA DE ESTRATÉGIA.....	364
2. A PROFISSIONALIZAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL COMO ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA.....	369
3. A CONSTITUIÇÃO SOCIAL: COLONIZAÇÃO, FORMAÇÃO DE POUPANÇA E DE CRÉDITO E EDUCAÇÃO.....	376
4. A CONSTRUÇÃO SOCIAL: AÇÃO CATÓLICA E A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA.....	386
CAPÍTULO XI A SOCIEDADE UNIÃO POPULAR – LIMITES E POSSIBILIDADES.....	401
1. A INGERÊNCIA POLÍTICA E A CONVERSÃO RELIGIOSA	401
2. MOBILIZAÇÃO E CONTROLE SOCIAL.....	409
3. O NACIONALISMO, A GUERRA E A RETRAÇÃO DA UNIÃO POPULAR	417
CAPÍTULO XII DAS UNIÕES COLONIAIS À LIGA DAS UNIÕES COLONIAIS	428
1. AS SOCIEDADES DE MÚTUA PROTEÇÃO – <i>SELBSTSCHUTZVEREINE</i>	428
2. A <i>BAUERNHILFE</i> E AS LIGAS COLONIAIS	435
CAPÍTULO XIII A LIGA DAS UNIÕES COLONIAIS RIOGRANDENSES: ORGANIZAÇÃO E PERFIL	445
1. DA ESTRUTURAÇÃO À DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS	445
2. A DISCUSSÃO DA NATUREZA DA LIGA	456
3. AS METAS PROPOSTAS PELA LIGA: O AUMENTO DA RENDA DO AGRICULTOR E O COOPERATIVISMO.....	461
CAPÍTULO XIV A CONSOLIDAÇÃO DA LIGA DAS UNIÕES COLONIAIS COMO ENTIDADE REPRESENTATIVA DOS AGRICULTORES DO RIO GRANDE DO SUL.....	474
1. A LIGA E A MEDIAÇÃO DOS INTERESSES DE CLASSE.....	474
2. O GRITO DA SERRA: UMA TENDÊNCIA COOPERATIVISTA	486
3. O COOPERATIVISMO, A COOPERATIVA DA BANHA E A CRISE DA SUINOCULTURA	494
4. A NOVA ETAPA: COOPERATIVISMO DE PRODUÇÃO	503
CAPÍTULO XV A TRANSFORMAÇÃO DA LIGA DAS UNIÕES COLONIAIS RIO-GRANDENSES EM FEDERAÇÃO ESTADUAL DOS CONSÓRCIOS PROFISSIONAIS-COOPERATIVOS DE AGRICULTORES.....	510

1. O COOPERATIVISMO E OS CONSÓRCIOS PROFISSIONAIS–COOPERATIVOS	510
2. CRISE E CISÃO INTERNA: O CASO IJUÍ.....	519
3. O CONTROLE ESTATAL DO COOPERATIVISMO.....	524
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	535
FONTES.....	556
1. BIBLIOGRAFIA	556
2. ARTIGOS.....	577
3. PERIÓDICOS	580
4. CORRESPONDÊNCIAS	583
5. DOCUMENTOS DIVERSOS	587
6. INTERNET	589
7. DEPOIMENTOS	590
8. LOCAIS DE COLETA DAS FONTES E ARQUIVOS CONSULTADOS.....	591

RESUMO

O presente trabalho tem como proposta básica estudar a gênese e o desenvolvimento do associativismo cristão no Sul do Brasil. Baseado em fontes editadas e inéditas, buscou na literatura histórica a construção de um referencial, aproximando o social-catolicismo alemão e a doutrina social da Igreja da experiência de organização associativa entre os teuto-brasileiros. Procura evidenciar, através das mediações da Igreja e do Estado, as formas de organização social desenvolvidas nas frentes de colonização européia que se fixaram no Brasil Meridional. Destaca o associativismo cristão como força motora da dinâmica social. Estuda, a partir da Associação Rio-Grandense de Agricultores, a Sociedade União Popular para os Alemães Católicos, como uma organização social que buscava um desenvolvimento comunitário autônomo, através do fomento à cultura étnica e religiosa, do desenvolvimento do cooperativismo e da formação, pela colonização, de novos espaços comunitários. Acompanha a trajetória da Liga das Uniões Coloniais Rio-Grandenses, como órgão de defesa, de representação e de organização dos agricultores do Rio Grande do Sul. Revela as origens do sindicalismo rural e do cooperativismo no Sul do Brasil.

Palavras-chave: associativismo cristão, sindicalismo, cooperativismo, desenvolvimento comunitário, teuto-brasileiro.

ABSTRACT

The basic proposal of this thesis is to ransom the genesis and the development of the Christian Associativism in South Brazil. Based on published and unpublished sources, it has searched in the hystorical literature and on the construction of a reference, approaching the German social catholicism and the Church's social doctrine to the associative organization experience among the German-Brasilians. It demands to evidence, through the Church's and State's mediations, the forms of social organizations developed on the European colonization fronts that settled in Southern Brazil. It accentuates the Christian associativism as the prime mover of the social dynamic. It studies, from the Rio-Grandense Association of Agriculturists, the Popular Union Society for the Catholic Germans as a social organization that searched for a self-governing communitarian development, through the fomention to the ethnic and religious culture, through the co-operative society and of new communitarian spaces. It follows the trajectory of the League of the Rio-Grandense Colonial Unions as a defense organ of representation and organization of the agriculturists from Rio Grande do Sul. It discloses the origins of the rural syndicalism and of the co-operative societies in South Brazil.

Key Words: Christian associativism, syndicalism, co-operative societies, communitarian development, German-Brasilian.

RÉSUMÉ

Dans l'étude qui suit, on s'attache à élucider la genèse et le développement du associativisme chrétien dans le Sud du Brésil. À partir de documents édités et inédits, on essaye de construire un référentiel qui rattache le social-catholicisme allemand et la doctrine sociale de l'Église à l'expérience d'organisation associative des teuton-brésiliens. On cherche de déterminer les formes d'organisation sociale que, par la médiation de l'Église et de l'État, les colonisateurs européens fixés au Brésil Méridional les ont développées. On présente l'associativisme chrétien en tant que force motrice de la dynamique sociale. On étudie, en partant de l'Association des Agriculteurs du Rio Grande do Sul, la Société Union Populaire des Allemands Chrétiens en tant que organisation sociale qui visait au développement communautaire autonome, au moyen du développement de la culture ethnique et religieuse, du coopérativisme et des nouveaux espaces communautaires ouverts par les colonisateurs. On suit la trajectoire de la Ligue des Unions Coloniales du Rio Grande do Sul en tant qu'instrument de défense, de représentation et d'organisation des agriculteurs de cet état brésilien. On montre, enfin, les origines du syndicalisme rural et du coopérativisme au Sud du Brésil.

MOTS-CLÉS: associativisme chrétien, syndicalisme, coopérativisme, développement communautaire, teuton-brésilien.

INTRODUÇÃO

Há 150 anos nasceu Theodor Amstad na Suíça, na região dos cantões. Um visionário que veio da Europa, embarcado em Liverpool a 12 de agosto de 1885. No navio Patagônia teve tomado de sobressalto o seu imaginário quando percebeu que nele carregavam-se batatas, cebolas, vinhos, enfim, alimentos para um país que se afigurava “*riquíssimo em recursos naturais*”. Da sua permanência na capital do Brasil durante dez dias antes de rumar para o Rio Grande do Sul, teve outra constatação que lhe causou espanto. “*Observando as pessoas desocupadas do Rio de Janeiro, deduzi que o povo não gosta e não sabe trabalhar*”, registrou o jesuíta. E mais, ao assistir a solenidade do desfile de sete de setembro, “*os imperadores cumprimentavam a todos e eu deduzi que a monarquia não iria perdurar nesta terra*”.¹

Os conceitos de trabalho, de poder e de sociedade, de Amstad, de conteúdo judaico-cristão, baseados no princípio da racionalidade para a organização da vida enquanto projeto futuro, não conseguiram dar resposta ao que pôde observar. O crítico mais atento perceberá, no entanto, que o primeiro espanto do transeunte foi relativo à questão alimentar, que tem incidência direta sobre o bem-estar material e que num período de crise desperta a sensibilidade dos homens. E a pergunta que com ele pode ser formulada é a de “*como num rico Brasil de tão poucos habitantes importava-se alimentos da Europa bem povoada?*” Com mais um pouco de esforço e também a partir dele, pela observação que fez dos preços das mercadorias, consegue-se uma resposta plausível: a questão reside na organização do trabalho e da produção, o que

¹ AMSTAD, Theodor. “Fünfzig Jahre in Brasilien”. In: *Kalender der Serra-Post*, Ijuí, 1936, p. 75-81.

vale dizer na organização da própria sociedade, para prover as suas necessidades, para resistir às pressões do mercado e para promover o desenvolvimento social.

Ao chegar ao Rio Grande do Sul, em 18 de agosto de 1885, Amstad registrou: “*depois de uma viagem de 38 dias pela região, fiquei em São Leopoldo estudando formas para prosseguir com o meu trabalho*”.² Certamente, diante do vivenciado e do construído no imaginário, fora este o seu segundo espanto: de como num universo de tão poucas possibilidades desenvolver um trabalho apostólico que pudesse levar ao bem-estar material e espiritual aquela gente.³

O primeiro espanto provavelmente levou o jesuíta a buscar uma leitura do novo contexto social, que apresentava uma dessimetria em relação às significações imaginárias de conteúdo social-comunitário e cristão europeu historicamente produzido. A conjuntura nacional e o contexto em que o Brasil esteve inserido, nesta época de profundas mudanças na ordem política e econômica e de significativas transformações sociais, certamente abalaram suas representações de Estado e de sociedade. O segundo, é provável que tenha se tornado o seu grande desafio: o de compreender os limites e as possibilidades para formular o seu plano de trabalho.

Motivações pessoais, experiências vivenciadas e formulações apreendidas a partir da própria formação e da disciplina inaciana devem ter contribuído para referenciar aquilo que o próprio Amstad definiu como “*formas para prosseguir o meu trabalho*”. É imperioso saber que Amstad nasceu na Suíça, de uma família letrada, cujo pai era alferes cantonal e comerciante, em um ambiente católico que vinha se renovando diante das agitações das revoluções européias de caráter liberal e socialista

² Ibidem.

³ AMSTAD, Theodor. *Erinnerungen aus meinem Leben*. Porto Alegre: Volksvereinsverlag, 1940, p. 66 e seguintes.

e da posterior interferência do Estado na vida e organização religiosas, caracterizada pelo *Kulturkampf* alemão, que atingiu também os cantões suíços.⁴

As práticas familiares em torno das atividades comunitárias e comerciais, a solidariedade e o fervor religioso maternos, a liderança cantonal paterna, a disciplina e os exercícios espirituais da Companhia de Jesus, são referências importantes para serem relacionadas com o senso de ordem, obstinação pelo trabalho, tino comercial e espírito de solidariedade.⁵ Atento às especificidades do seu tempo, não se afastou do contato com a sua família e manteve sistemática correspondência e leitura sobre os acontecimentos de sua terra natal e sobre a Europa como um todo.

Neste universo e a partir deste espelho, Theodor Amstad projetou para a região de colonização européia no Rio Grande do Sul uma organização social baseada no espírito da solidariedade cristã e que abrangesse todos os aspectos da existência humana, não perdendo o foco do bem-estar material e espiritual. Pelo incremento à vida comunitária, através da formação de comunidades religiosas, percebeu na religião, na educação e no associativismo as mediações possíveis para a construção de uma organização social solidária que pudesse suprir a inoperância do Estado e fazer frente às ameaças decorrentes da postulação de modelos de sociedade não condizentes com o pensamento social cristão. Uma organização social que tivesse na mediação da religião e da educação os elementos constitutivos fundamentais; na família, na escola e na comunidade seu espaço de cultivo dos valores da cultura eurocristã, de produção cultural e de sociabilidade; no trabalho, na ordem e na poupança a racionalidade de um projeto futuro de construção social referenciado no bem-estar material e espiritual. Esta percepção se arquitetou dentro das coordenadas do social-catolicismo alemão, que fundamentou seu pensamento na premissa de que a valorização de todo o esforço e

⁴ Idem, p. 11-15 e 19-22.

⁵ Idem, p. 33-4.

de toda a construção individual adquire sentido e expressão quando comungadas e articuladas coletivamente.⁶

Na medida do desenvolvimento do trabalho apostólico de Amstad nas regiões de Caí e, posteriormente, de Nova Petrópolis, o seu projeto de sociedade foi se articulando e, progressivamente, sob olhares diferenciados, porém com intenções encontradas, tornou-se uma construção coletiva, onde padres, pastores e lideranças leigas desencadearam, em meio à população desprovida de meios, uma obra social centrada no foco comunitário e alicerçada no associativismo cristão e no cooperativismo. Num universo de pluralismo étnico e religioso, os diferentes sujeitos sociais, animados pela Igreja Missionária, tanto católica quanto evangélica, tornaram-se produtores de princípios a partir de uma visão de mundo cristã e desenvolveram uma criação social que representou a possibilidade de autotransformação do instituído.⁷ Neste caso, as lideranças sociais exerceram um papel inovador de importância, fazendo com que os indivíduos se identificassem nos grupos sociais e tornando a construção social um processo coletivo.⁸

Amstad tinha 49 anos de idade quando efetivamente começou a explicitar as bases do seu modelo de organização social, fazendo a primeira experiência com a fundação da Associação Rio-grandense de Agricultores – *Bauerverein* -, por ocasião do Congresso dos Católicos de Santa Catarina da Feliz, em 1900, sob o lema *viribus unitis*, ou seja, com as forças unidas. A Associação teve um caráter interconfessional e inter-étnico. De duração efêmera, em virtude de sua transformação em sindicato,

⁶ SHÜRMAN, Karl Heinz. *Zur Vorgeshichte der Christlichen Gewerkschaften*. Freiburg: Herder Verlag, 1958.

⁷ ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*. Tradução de Johannes Kretschmer, Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996, p. 258. A Igreja Missionária se caracterizou como tal, porquanto havia definido seu carisma e sua missão preferencial em torno da assistência religiosa aos imigrantes e a seus descendentes.

⁸ CHARTIER, Roger. “A história hoje: dúvidas, desafios propostas”. In: *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 97-113.

surgiram, do desdobramento do associativismo cristão, as Uniões Coloniais, que mais tarde centralizaram a sua organização em torno da Liga das Uniões Coloniais, a União Popular para os Católicos Teutos do Rio Grande do Sul, e a Associação Vitivinícola, a partir da qual desenvolveu-se, também, uma rede de cooperativas de leite.

Nascido há um século depois de Amstad e com a memória revigorada pela passagem do centenário da organização da primeira Associação de Agricultores Rio-Grandenses e pelo ambiente que antecede a comemoração dos 100 anos da implantação da primeira experiência de cooperativismo no Sul do Brasil, a proposição de estudar e entender melhor a trajetória da organização social no espaço produzido pela imigração européia no Sul do Brasil, que foi construída coletivamente, a partir da sua inspiração inicial, do final do século XIX até os anos de 1940, afigura-se como um desafio pertinente e significativo para o resgate da história social. É, portanto, neste intervalo, desde a concepção inicial de Amstad até a elaboração do presente projeto de estudo, que os olhares devem cruzar-se com suas apreensões, com suas compreensões, com as representações carregadas de experiências vivenciadas e de conceitos forjados em cada época.

Uma infância marcada pela vivência familiar numa comunidade católica modelar das fronteiras novas da colonização do Rio Grande do Sul e, muito cedo, integrando uma experiência de formação referenciada num modelo de sociedade inspirado nos fundamentos da doutrina social da Igreja, cujos esteios conceituais encontram-se sedimentados nos princípios da solidariedade, da fraternidade e da justiça social, balizaram a minha existência que se significou num período de profundas mudanças na sociedade brasileira. O surto de industrialização do pós Segunda Guerra Mundial, a modernização agrícola, retomada com vigor e imposta pelo modelo agro-exportador adotado como um dos pilares de sustentação do *milagre brasileiro*, a *Guerra Fria* e a privação do espaço de liberdade do regime militar, representaram fatores de fragmentação de um mundo de referências constituído e

revelaram as diferentes faces da crise que se traduzia em tensões sociais. A crescente dependência e a vulnerabilidade do setor agrícola e a frágil articulação do segmento social a ele ligado, especialmente do pequeno agricultor, intensificaram o êxodo rural, com todas as repercussões que dele decorrem, na cidade e no campo, sobre a cultura do migrante e sobre os impactos que eram produzidos na sociedade em decorrência das novas formas de relacionamento e de novas dependências. O ingresso no espaço universitário despertou, nesta inquietude, a busca de respostas para as questões sociais, na perspectiva idealizada de uma construção social que pudesse dar conta dos problemas da marginalização social, da dependência tecnológica, da identidade cultural e da solidificação dos laços de solidariedade. Entender a formação social do Sul do Brasil e relacioná-la a modelos sociais levou-me, a partir de 1975, ao estudo sistemático da experiência humana e cristã que os jesuítas empreenderam com os índios guaranis através do sistema das reduções. Estudos, dissertações e congressos traduziram em resultados esta formulação primeira. Este modelo, evocado constantemente pelo catolicismo de imigração, esteve permeado de princípios cooperativistas, que, em essência, traduziram o espírito da solidariedade cristã. As peculiaridades sócio-culturais que o forjaram, evocam, entretanto, um entendimento particularizado em torno da situação de contato de civilizações do período colonial, de sorte que ele não constitui razão suficiente para o entendimento das relações sociais decorrentes da dinâmica da sociedade industrial.

Mesmo assim, a referência missioneira balizou substancialmente os trabalhos desenvolvidos na década de 1980 junto às cooperativas. Com o sistema cooperativista em crise e em uma ação coordenada entre as cooperativas tritícolas particulares e a federação que as representava - FECOTRIGO - desencadeou-se um processo de educação cooperativa, que visava, sobretudo, a difusão dos princípios do cooperativismo para recuperar a credibilidade e promover a solidificação do sistema. Diante da visível desintegração do setor agrícola baseado na auto-suficiência alimentar, em face dos efeitos decorrentes da política agro-exportadora do governo

brasileiro e a sua crescente dependência do mercado internacional, o cooperativismo apresentou-se como alternativa para organizar os pequenos produtores e para viabilizar a sua produção, num mercado retraído e competitivo. O empobrecimento, relacionado à dependência tecnológica e creditícia pela crescente necessidade de insumos e maquinários, reclamava soluções que estavam além das possibilidades dos agricultores. Agentes de multinacionais, técnicos de órgãos governamentais, sindicatos, cooperativas, igrejas, entre outras organizações passaram, cada um à sua maneira e segundo os seus interesses, a agir como mediadores da modernização agrícola e da transformação social, o que provocou desinformação, descontentamentos, competitividade, confusão e desconfiança em meio à população rural. Diante desta situação desencontrada, a memória histórica poderá trazer à luz o discurso de Amstad, que atribuiu, no seu tempo, todos os males da sociedade brasileira à sua “*dependência do estrangeiro*” e que, a partir da perspectiva da agricultura, a solução residia na organização da sociedade, na diversificação e na industrialização da produção e na formação de poupança. Para conseguir isto se faria necessária a união de forças para enfrentar “o grande Golias que zomba de nós todos os dias”.⁹

Com linguajares desencontrados diante da unificação da linguagem em torno do mercado, os novos conceitos atropelaram o diálogo e as referências culturais que sustentavam as relações familiares e comunitárias. Os vínculos contratuais enrijeceram relações intersubjetivas e o individualismo foi corroendo os laços de coesão social e esmorecendo o espírito de solidariedade. Diante disto, evocou-se a formulação de uma proposta de ação educativa que pudesse contribuir com a rearticulação das comunidades rurais em torno de objetivos comuns. Com este propósito foi fundado no início dos anos oitenta o *Comitê Regional de Educação Rural*, no noroeste do Rio Grande do Sul. O Comitê reunia cooperativas, sindicatos, igrejas, órgãos de assistência

⁹ AMSTAD, Theodor. “Discurso proferido no Katholikentag de São José do Hortência”. In: RAMBO, Arthur Blasio. *O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil*. São Leopoldo: EDUNI-Sul, 1988, p.83-96.

rural, como a EMATER, o Centro de Aconselhamento do Pequeno Agricultor, vinculado à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, secretarias municipais ligadas à agricultura e à educação, entre outros. O objetivo fundamental era a ação educativa conjunta, pela unificação da linguagem, para revitalização dos valores ético-cristãos que fundamentavam a vida familiar e comunitária, para a solidificação do cooperativismo e do sindicalismo e para a difusão de tecnologias e de experiências de organização social que promovessem o desenvolvimento social. O Comitê Regional abrangia a região geopolítica do Grande Santa Rosa, integrada por treze municípios do Noroeste do Rio Grande do Sul. Sua estrutura organizacional compreendia um comitê central, os comitês municipais e os núcleos distritais, que aglutinavam as comunidades mais próximas em torno de uma central. Há uma relação possível da sua organização com a da União Popular para os Católicos Teutos do Rio Grande do Sul –*Volksverein* - e com a da Liga das Uniões Coloniais, que são objeto do presente trabalho.¹⁰

A revitalização da memória desta experiência aproxima, também, o trabalho desenvolvido junto às comunidades evangélicas no Oeste do Paraná, no início da década de noventa, com o apoio do Fundo para Pequenos Projetos da IECLB, com o objetivo de aprofundar a compreensão do modo-de-ser evangélico-luterano. Migrações e comunidades cristãs, na perspectiva da mobilidade e da organização sociais, evocaram uma abordagem multidisciplinar, com enfoque centrado nas diferenciadas concepções e vivências socioculturais dos migrantes que, na sua trajetória histórica, passaram a construir novas relações e representações sociais a partir da produção do novo espaço existencial.¹¹

¹⁰ *Atas do Comitê Regional de Educação Rural*. In: Arquivo do Centro de Estudos Missionários. Santa Rosa: Instituto Educacional Dom Bosco.

¹¹ SCHALLENBERGER, Erneldo e COLOGNESE, Sílvio. *Migrações e comunidades cristãs: o modo-de-ser evangélico-luterano no Oeste do Paraná*. Toledo: EdT, 1994; Veja-se em: BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.149-60, a discussão sobre e a conceituação de espaço social e poder simbólico, reprodução e representação, capital cultural e capital simbólico.

A idéia de aprofundar o entendimento do associativismo, nas suas variadas expressões, entre os imigrantes europeus e seus descendentes do Sul do Brasil, notadamente dos alemães, nasceu, pois, das experiências cruzadas no campo social e acadêmico, entre os desafios do cotidiano e as formulações teóricas produzidas pela literatura relativa ao tema e no afã de construir uma referência sólida que identifique as formas de organização e as produções social e cultural da sociedade oriunda do processo da colonização. Os limites destas experiências e o rastreamento da literatura abrem o horizonte para a formulação de questões que chamam a si a especificidade da organização social e da produção cultural resultante do processo da imigração e da colonização do Sul do Brasil. A evocação da memória e uma regressão geográfica permitem visualizar a produção de um espaço social que, nas diferentes circunstâncias e nas variadas condições, modificou a paisagem a partir da constituição de núcleos familiares de produção, de comunidades com diversificadas funções de sociabilidade e de uma infra-estrutura que, progressivamente, foi promovendo a comunicação interativa.

Uma ilusão de ótica poderá indicar que a produção do espaço social da imigração no Sul do Brasil resultou do estado de isolamento a que foram submetidos os primeiros imigrantes, que por força da sua identidade étnica teriam construído, a partir da tradição, o seu novo habitat.¹² Reconhecer a alteridade dos diferentes sujeitos sociais que concorreram na formação social das comunidades do espaço da colonização sem desconsiderar que a sua modelação resultou de um longo processo

¹² A etnicidade é apreendida neste caso como um movimento direcionado a conquista do eu, da identidade. LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: ROMANO, Ruggiero. *Memória-história*. Vol. 1, Porto: Inova/Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 46, assegura que a “...memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade...”; CARNEIRO DA CUNHA, Manoela. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense/EdUSP, 1986, p116-7), define a questão da etnicidade a partir da “forma de organização social em populações cujos membros se identificam e são identificados como tais pelos outros, constituindo-se uma categoria distinta das outras categorias da mesma ordem”; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo Brasiliense, 1986, p. 149, distingue o grupo étnico como organização peculiar culturalmente diferenciado dos outros.

histórico é pertinente para a compreensão das sociedades locais.¹³ A produção de sentido e o estabelecimento de um referencial simbólico que servisse de estatuto para a ação social comum requereram a intervenção de sujeitos sociais que se serviram da religião e da educação como mediações possíveis para a organização social.¹⁴ A memória, que alimenta o imaginário e a representação simbólica, e a identidade lingüística certamente contribuíram como elementos facilitadores para a construção dos elos comunitários.¹⁵

A formulação da questão em torno da especificidade da organização social resultante da imigração e da colonização do Sul do Brasil, que encontra no associativismo a sua expressão maior, precisa considerar que há pouco mais de cem anos, mais precisamente em 1891, a questão social ganhou um novo estatuto: a encíclica *Rerum Novarum*, que compilou a doutrina social da Igreja. Todas as questões de ordem institucional, política, jurídica ou religiosa, passaram a ter uma referência. Precedida por formulações sociais que procuraram equacionar a problemática social decorrente do processo de industrialização e da proletarização dos trabalhadores, a encíclica teve no pensamento social católico da Alemanha uma significativa fonte inspiradora. A proposta do associativismo cristão surgiu em meio à difusão da doutrina socialista, que veiculava o equacionamento da questão social através da superação natural dos conflitos, que se daria através da luta de classes, e do anarquismo que ameaçava as instituições sociais. Tanto na sua vertente católica quanto na evangélica, o associativismo cristão postulava uma transformação social não acometida de uma ruptura institucional, mas sedimentada na ordem da solidariedade cristã.

¹³ CASEY, James. *História da família*. São Paulo: Ática, 1992, p. 23; A discussão da formação das sociedades locais e da sociedade camponesa pode encontrar referência em: MACFARLENE, Alan. *Família, propriedade e transição social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, principalmente quando se refere a questão da primazia da unidade familiar e da comunidade como elementos que dão origem à tendência de segmentação em unidades de alta similaridade e de baixa interação mútua.

¹⁴ PASSERON, Jean Claude. *O raciocínio sociológico: o espaço não popperiano do raciocínio natural*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995, p. 347 e seguintes.; BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982, p. 119 e 160.

¹⁵ LE GOFF, op. cit., p. 48;

Originário do social-catolicismo, o associativismo cristão foi criando forma e espaço entre os trabalhadores, o que fez com que a Igreja Evangélica Luterana declinasse, progressivamente, do seu subjetivismo e passasse a defender a incorporação social do evangelho. Com estratégias diferentes, o catolicismo, num tempo em que o *Kulturkampf*, ou seja, a campanha que Bismarck desenvolveu na Prússia, com o apoio dos luteranos e dos nacional-liberais, contra a Igreja Católica e seu clero, suscitou o movimento de restauração católica, com nítida vinculação ultramontana, e promoveu a organização de uma rede de associações que visavam, além da intervenção humana e cristã na questão social, o fortalecimento da sua influência social e cultural e a ampliação da sua representatividade política. Ao nível das estratégias, há uma diferença fundamental entre a postura da Igreja Católica e da Igreja Evangélica Luterana: enquanto a primeira reforçava o seu vínculo com Roma e buscava o seu espaço de liberdade pela inserção social, o protestantismo manteve o seu caráter nacional, mantendo a sua proximidade com o Estado, embora tivesse que se voltar para as questões sociais para não ver reduzido seu espaço eclesial.

A crescente incorporação do discurso socialista pelo movimento dos trabalhadores aproximou as igrejas na luta comum contra o ateísmo e contra a ruptura da ordem institucional, emprestando-lhes um carisma missionário, numa cruzada de afirmação dos princípios do cristianismo. Embora a Igreja Evangélica Luterana negasse o seu envolvimento em questões temporais, relativas às ordens política e econômica, a questão social atingia de forma decisiva o seu espaço eclesial e sua ação evangelizadora. Neste sentido, tanto católicos quanto protestantes começaram a orientar os seus discursos teológicos na direção da libertação frente às ameaças das doutrinas de conteúdo ateu e anarquista e de uma organização social inspirada na ética e nos princípios da solidariedade cristã. O sentido que se procurava construir era o de uma sociedade que resguardasse a ordem institucional e a liberdade pessoal e que tivesse nos valores ético-cristãos o censor da conduta social.

Em termos de concepção de sociedade, o protestantismo esteve muito mais próximo da modernidade que o catolicismo. Este, de forte influência romântica, teve no Estado moderno, de caráter liberal, um fator de resistência. Na Alemanha, a afirmação do Estado liberal e a sua postura anticlerical fizeram com que o poder de influência política, social e cultural da Igreja Católica fosse definindo paulatinamente. Isto traduziu-se na perda progressiva de sua autonomia econômica e de sua forma de organização eclesial. Com isto cresceu a dependência em relação à autoridade central da Igreja, o que fez emergir entre os católicos o movimento do ultramontanismo, que colocava Roma como centro de referência do catolicismo.

Na tentativa de recuperar o seu espaço de influência social, política e cultural, a Igreja Católica foi se declinando, cada vez mais, para as questões sociais, aproximando-se dos trabalhadores, organizando-os em associações, em entidades assistenciais, em sindicatos e em cooperativas. A diversidade das formas de intervenção social fomentou o desenvolvimento de eixos de convergência para as atividades associativas, que tiveram no Partido do Centro - *Zentrumspartei* - a coordenação das ações políticas e na União Popular - *Volksverein*- o ponto de convergência das ações educativas, sociais e religiosas.¹⁶

Os sindicatos surgiram no século XIX com a afirmação do liberalismo e, em decorrência, com a implantação da economia de mercado. O liberalismo não decretou fim ao patriarcalismo, mas abriu a possibilidade de uma organização econômica que primasse pela livre iniciativa. Os desdobramentos decorrentes desta possibilidade e impulsionados pelo fenômeno da industrialização fizeram crescer a corrida por um lugar de trabalho ou de um ramo de produção que garantisse a existência. Formou-se o

¹⁶ HOFFMANN, Robert. *Geschichte der deutschen Parteien – Von der Kaiserzeit bis zur Gegenwart*. München:R. Piper GmbH & Co. KG, 1993, p. 94-107; RITTER, Emil. *Die Katholische-soziale Bewegung Deutschlands im Neuzehnten Jahrhundert und der Volksverein*. Köln: Verlag J. P. Bachem, 1954, p. 108-126 e 255 e seguintes.

mercado de trabalho. Acentuou-se a corrida individualista, onde um trabalhador tornou-se concorrente do outro. E, olhando para a sua própria necessidade e na perspectiva da miséria, os trabalhadores começaram a perceber que havia um elo possível de solidariedade que permitisse a junção de forças. As crescentes diferenças sociais foram, pouco a pouco, se traduzindo em consciência de classe. A superação destas diferenças dar-se-á, na ótica do marxismo, pela ação sindical que teria que atuar na luta de classes, uma vez que a essência do sindicalismo estaria expresso na oposição dos sindicatos à sociedade capitalista.¹⁷ O cristianismo procurava contrapor a proposta revolucionária do socialismo com uma perspectiva reformista e jogava o ideal social em torno de um projeto futuro.

A crítica negativa do sindicalismo não se centrou na teoria do liberalismo, mas nos seus desdobramentos práticos traduzidos na mais pura miséria nas fábricas e no empobrecimento no campo, durante o século XIX. O que hoje parece banal, na época não o era. Ninguém tinha onde recorrer os seus direitos. Havia uma sobrecarga de trabalho físico, que trazia muito sofrimento e, conseqüentemente, pouca produtividade em virtude da própria vida útil que era extremamente reduzida.

O agricultor, que sem endividamento não podia sobreviver ou se manter nesta nova dependência que o capital industrial foi gerando, distanciou-se do controle do seu trabalho e dos resultados da produção e, como trabalhador, teve que continuar obedecendo à burguesia.¹⁸

Na tentativa de equacionar a questão social, Fernando de Lassalle já havia proposto a alternativa de um socialismo cooperativo, com a criação de associações

¹⁷ MARX, Karl. “Prefácio à contribuição a crítica da economia política”. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais. Vol. 3, 1977, p.301; BRESSAN, Suimar João. *Sindicalismo rural e sociedade: relações e história*. Porto Alegre: UFRGS, 1978, p. 15 (dissertação).

¹⁸ SHÜRMANN, op. cit., p.4.

produtivas, que, associadas ao Estado, se manteriam através de um salário – *lei do bronze*, que garantiria uma certa estabilidade social. Marx criticou a proposta de Lassalle, alegando que ela consagraria a miséria do proletariado, uma vez que não previa a possibilidade da mudança social. A mudança social fundamentava-se, na perspectiva marxista, na certeza de uma lei natural que, pela luta de classes, promoveria a revolução social e a instituição de uma nova ordem social.¹⁹

Diante da complexidade e do avanço da tendência socialista, o Estado passou a intervir na questão social, no sentido de manter uma certa proximidade e um certo controle sobre as associações dos trabalhadores, muito embora uma das prerrogativas do movimento sindical fosse a sua liberdade de organização. O Estado autoritário da Prússia, sob o governo de Bismarck, chegou a proibir os sindicatos de orientação socialista.

O social-catolicismo alemão buscou as mais diferentes formas de aproximação das camadas trabalhadoras. Realizou congressos, criou associações, organizou um partido, promoveu grandes mobilizações, sempre fundamentados na ética do cristianismo. Da defesa das organizações corporativas, da liberdade sindical até a organização de associações interconfessionais estabeleceram-se construções teóricas e desenvolveram-se práticas associativas que referenciaram a ação católica num mundo marcado pela influência da ideologia liberal, pelo Estado anticlerical, pelo avanço tecnológico, pelo desenfreado individualismo e pela difusão da doutrina socialista.

A organização do trabalho e dos homens em torno da produção requeria, na perspectiva do pensamento social cristão, uma ação pedagógica que aproximasse o povo das instituições sociais e que afirmasse “os *princípios do cristianismo como*

¹⁹ Idem, p. 6 e 7; BRESSAN, op. cit., p. 26.

suficientemente grandes para que os homens pudessem conviver e se amar".²⁰ Neste sentido, ensaiou a aproximação dos empregados aos patrões nas fábricas e dos camponeses entre si, na tentativa de construir relações de cooperação para fazer frente aos problemas da fome, do desemprego e das doenças. Partindo da premissa de que *"todo o homem que procura ajuda também deve estar disposto a socorrer os outros na necessidade"*, forjou-se no seio do associativismo cristão o cooperativismo.

Fundamentado na confiabilidade e na boa vontade, o cooperativismo foi concebido como uma associação de pessoas que se organizam para a satisfação das necessidades de cada um, na medida em que os objetivos e as necessidades de todos são alcançados. Friedrich Wilhelm Raiffeisen entendia que o princípio da satisfação das necessidades repousava sobre a questão do crédito: *"se cada um depositar pequenas sobras dos frutos do seu trabalho, por menores que sejam, na soma grandes projetos podem ser financiados e que podem reverter em benefício de cada um e de todos"*.²¹ O depósito, a formação de poupança e os empréstimos nas necessidades formariam as bases de um sistema solidário de cooperação e ajuda mútua.

O cooperativismo, concebido nos termos do associativismo cristão, emergiu do princípio da solidariedade cristã, numa época de profunda crise social, e foi concebido como um meio através do qual certas funções sociais poderiam ser levadas a cabo com maior eficiência, para atender melhor as necessidades de cada um e de todos. O sentido do pertencimento, onde cada associado tornava-se um co-proprietário, um co-gestor e um beneficiário dos resultados representava, de certa forma, uma possibilidade de libertação das relações de dominação pela afirmação das de cooperação. Foi uma proposta clara para fazer frente ao socialismo, diferenciada no

²⁰ SHÜRMANN, op. cit., p. 98-9.

²¹ MÜLLER, Johann. "Vater Raiffeisen". In: *Der Familienfreund*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, vol. 18, 1930, p. 183-5; MUSKOPF, Hélio L. "Raiffeisen - Ehre seinen Andenken". In: *Skt Paulusblatt*, maio de 1999, p. 18-9.

seu conteúdo pela preservação da propriedade, com fim social, pela busca do resultado e do lucro, visando a satisfação coletiva sem abandonar a individual. Os bens individuais não são abandonados, mas dispostos enquanto possibilidade de otimização deles mesmos e de qualificação da vida privada e social.

O associativismo cristão, de modo particular o social-catolicismo alemão, que conseguiu aproximar em torno das questões sociais significativas tendências do protestantismo, buscou a afirmação de um estatuto social que propunha a organização da sociedade em base aos princípios da solidariedade e da cooperação, orientada para o projeto futuro da construção do Reino de Deus.²² Buscou salvar o espaço eclesial das demandas do Estado liberal e anticlerical e das ameaças das propostas radicais da revolução social do socialismo. A conversão social em torno destes interesses requeria uma organização sólida para garantir a representatividade política e o conseqüente espaço de liberdade frente ao Estado e para o engajamento individual e coletivo na defesa dos princípios cristãos como fomentadores da nova ordem social. O desenvolvimento dos vínculos de cooperação, da vivência e da ação comunitárias, isto é, das ações e das obras que visassem o despertar do interesse comum e a assistência social representaram os esteios da construção social concebida e projetada pelo social-catolicismo alemão e endossada por segmentos representativos do protestantismo.

A Igreja Católica firmou o seu próprio estatuto social diante da nova ordem mundial, pelo qual negou o princípio socialista de propriedade, definiu a precedência do homem sobre o Estado, enalteceu o valor do trabalho, condenou a luta de classes e

²² A racionalidade do projeto futuro encontra seus fundamentos nos fins indicados pelos valores últimos do cristianismo, que, para os católicos, representou um compromisso de uma unidade de ação no sentido de referenciar a vivência concreta nos princípios doutrinários e na ética cristã como meios únicos para a salvação e para a felicidade eterna; enquanto que na ética protestante, a liberdade de perseguir um fim indicado por valores últimos mediante o recurso da livre-escolha dos meios adequados, revela o caráter subjetivo do compromisso religioso. Para aprofundar a questão veja-se: LÖWITZ, Karl. "Max Weber e Marx". In: GERTZ, René E. (org.). *Max Weber e Karl Marx*. São Paulo: HUCITEC, 1994, p. 27-31.

a corrupção dos costumes e chamou a si a questão social, afirmando a necessidade de um re-ordenamento social para fazer frente aos problemas da fome, da exploração do trabalho e do salário injusto. Este novo ordenamento deveria proceder-se a partir da concepção cristã de homem e de sociedade, que teria nos mandamentos “amar a Deus sobre todas as coisas” e “amar ao próximo como a ti mesmo” seus fundamentos primeiros.²³ Traduzidos na ordem que emana de Deus e na solidariedade cristã, a sua conversão para a nova ordem social encontraria terreno apropriado no associativismo e na vivência comunitária.

Visto desta forma, a Igreja Católica revitalizou as ordens e as congregações religiosas, para que, na ótica da sua universalidade e sob a sua orientação, assumissem a missão de evangelizar as diferentes culturas, tornando-se sempre mais socialmente presente.

No Brasil, a formulação das questões sociais que se travavam na sociedade europeia tornaram-se vivas, em grande parte, de forma concreta e com roupagem própria com a imigração e com a presença da Igreja Missionária. A imigração envolve o entendimento de todo um contexto de transformação social, operado a partir da mudança das relações de produção decorrentes do capitalismo industrial. Neste ambiente, a substituição da mão de obra não importou numa simples troca da força de trabalho, mas trouxe consigo implicações sociais e culturais que tiveram incidências sobre a formação social, de modo especial do Sul do Brasil.

Na ordem institucional, a questão religiosa, que colocou em crise o regime do padroado, o qual manteve Estado e Igreja lado a lado nas questões relativas à legitimação social, ao controle social e à construção de representações, que, na perspectiva weberiana, buscavam a manutenção da ordem social, fez com que a Igreja

²³ LEÃO XIII. *Rerum Novarum*. Brasília: Congresso – Câmara dos Deputados, 1981.

Católica, independente do Estado, tivesse que buscar o seu próprio espaço social.²⁴ As implicações daí decorrentes atingiram a essência da vida eclesiástica que, além da reorganização interna, intensificou a formação e a qualificação do clero e buscou redefinir a sua missão evangelizadora.

A separação da Igreja do Estado, com a implantação do Estado Republicano e as posturas anticlericais do novo Estado brasileiro, motivou o surgimento da *Ação Católica*, que era um movimento de renovação do catolicismo brasileiro, impulsionado pela restauração católica, que teve seu motor de partida em Roma e que encontrou nas ordens e congregações religiosas o seu ponto de sinergia.²⁵ A renovação teria que se operar, também, ao nível da organização enquanto instituição, o que demandaria na construção de representatividade social e de afirmação de poder.

A visão em torno da questão institucional e da sua inserção social não era de todo homogênea para o corpo eclesiástico. As hierarquias das igrejas locais viam-se na contingência de construir seu espaço de liberdade, sua autonomia econômica e seu campo de ação pastoral para garantir sua influência social e cultural. A visão congregacional mantinha um vínculo muito estreito com Roma, de onde emanavam todas as decisões para a sua ação evangelizadora e educativa. A visão provincial, além deste vínculo, reduzia todas as questões ao universo das especificidades da própria província. De sorte que, com posturas diversificadas, a linguagem eclesiástica foi se

²⁴ BOURDIEU, *A economia das trocas simbólicas*, p. 32 e 33; 69-78; Idem, *Coisas ditas*, p. 149 e seguintes.

²⁵ A Igreja Católica, desde as primeiras décadas do século XX, já articulava o Programa da Ação Católica, onde, através de movimentos confessionais, os leigos atuavam como uma extensão do apostolado em meio à sociedade. Inicialmente, a estrutura da Ação Católica Brasileira, criada em 1920 e oficializada em 1935, assemelhou-se à italiana, como movimentos de juventude, de adultos, feminino e masculino: Juventude Operária Católica - JOC; Juventude Agrária Católica - JAC; Juventude Estudantil Católica - JEC; Juventude Universitária Católica - JUC; Homens da Ação Católica - HAC; Liga Feminina da Ação Católica - LFAC. <http://www.historiadajoc.hpg.com.br/historico.htm> (14 de junho de 2001); MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil – 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

definindo em torno dos parâmetros institucional e carismático, ou missionário. A Igreja Institucional, como entidade representativa de interesses próprios e gestora do que Bourdieu denomina de capital religioso, isto é, do produto do trabalho religioso acumulado, enquanto defendia a autonomia do campo religioso, não se afastava de todo do poder político instituído, uma vez que a manutenção do ordenamento jurídico e social representava uma garantia frente às ameaças de subversão da ordem social e a possibilidade de afirmação do seu poder espiritual e temporal.²⁶

A Igreja Missionária, mais identificada com a restauração católica e portadora do conteúdo da doutrina social, desencadeou a sua ação evangelizadora na perspectiva de uma encarnação social mais efetiva do evangelho, referenciando a construção social a partir do pensamento social cristão. Apesar do seu caráter anti-universalista e anti-romano, missionária era também a Igreja Evangélica Luterana da imigração, que assumiu tardiamente uma linguagem institucional, em função do seu não reconhecimento oficial e da atuação dos pastores independentes. Com a fundação do I Sínodo Riograndense, somente em 1868, a orientação eclesiástica e a ação pastoral tornaram-se convergentes. Neste horizonte, religiosos e leigos, pastores e obreiros foram identificando o campo religioso, que, a partir das especificidades da imigração e da colonização, foi se constituindo no *corpus* privilegiado em torno do qual foram construídas ou se identificaram as referências simbólicas e convergiu a organização social.²⁷

No Sul do Brasil, e de modo singular no Rio Grande do Sul, a imigração, iniciada em 1824 e intensificada na segunda metade do século XIX, comportou peculiaridades que se situam desde a destinação de um espaço próprio para a colonização - novas fronteiras agrícolas - ao favorecimento de levas de imigrantes

²⁶ Idem, p. 27 e seguintes.

²⁷ Veja-se a questão da gênese e da estrutura do campo religioso em BOURDIEU, *A economia das trocas simbólicas*, p. 27-78, especialmente 57-8

étnica e culturalmente identificadas. A frágil presença de instituições sociais nos primórdios da colonização contribuiu para que os vínculos de parentesco e a solidariedade étnica e religiosa agissem como fatores de natureza pessoal e sentimental na construção de elos de afabilidade e de afinidade, representando mecanismos legitimados pelas relações concretas na organização social.²⁸

A constituição das comunidades que representaram a extensão dos laços de pertencimento à família ou ao grupo, étnica e culturalmente identificado, caracterizou a convergência nuclear das demandas sociais como expressão e possibilidade de superação dos limites do cotidiano e como fator de sociabilidade. Nelas eram buscadas as referências e elaboradas as normas de conduta que podiam ser adaptadas às necessidades dos indivíduos.²⁹ O vigor da comunidade era uma condição social indispensável para o êxito das questões individuais.

As interferências de agentes sociais externos, muitas vezes não identificados com os valores étnico-culturais e religiosos e as precárias condições de suprimento das necessidades materiais criaram um vácuo na representação e na organização comunitárias, que, além da ameaça, contribuía para o enfraquecimento dos elos de solidariedade e o definhamento dos espaços de sociabilidade. A mensagem da esperança, da solidariedade e da salvação encontrou, nestas circunstâncias, terreno fértil, uma vez que de forma mais ou menos velada fazia-se presente nas referências e no conjunto simbólico que alimentavam o imaginário dos membros das comunidades.

Neste vácuo, a Igreja Missionária foi assumindo, inicialmente de forma tímida e um tanto desordenada, o espaço da colonização como o seu campo eclesial, isto é, definiu o seu carisma em torno da assistência aos imigrantes e seus descendentes. Na vertente católica, os jesuítas começaram a dar forma e conteúdo ao

²⁸ SCHALLENBERGER e COLOGNESE, *Migrações e comunidades cristãs ...*, p. 50.

²⁹ CASEY, op. cit., p. 23.

espaço missional, auxiliados e seguidos por outras ordens e congregações. No universo evangélico luterano, sem uma ação coordenada, os *pastores livres* começaram, pela produção de sentido religioso, a desenhar os horizontes das comunidades cristãs, até que se constituísse o Sínodo Rio-Grandense e, posteriormente, também o Missouri, que passaram a dar um caráter de presença institucional e de orientação pastoral.³⁰

A presença da Igreja Missionária no espaço da colonização, pode-se dizer com Bourdieu, emprestou aos agentes religiosos um certo poder simbólico que lhes conferiu uma certa autoridade para o exercício de suas funções sociais. Assim, foi desenvolvendo e assumindo, numa ação interativa entre lideranças religiosas, comunitárias e famílias, o seu carisma de Igreja da Imigração.³¹ Nesta fé na sua missão, os agentes religiosos buscaram promover a encarnação social do conteúdo religioso.

Os evangélicos, notadamente os ligados ao Sínodo Rio-Grandense, apoiados na autoridade da Bíblia, valeram-se da germanidade como elemento motivador e de identificação na constituição das comunidades cristãs e para a legitimação do seu conteúdo social.³² A comunidade assumiu, desta forma, a função de espaço social onde se educa e se cultua a fé, que se traduz na relação subjetiva homem/Deus. O resultado desta relação poderia ser mensurado pelas bênçãos e graças alcançadas. O bem-estar pessoal e o êxito revelavam, pois, uma face desta graça. O estudo e a interpretação da

³⁰ DREHER, Martin N. *Igreja e germanidade*. São Leopoldo: Sinodal/EST/EdUCS, 1994; WITT, Osmar Luiz. *A igreja na imigração e na colonização: a pregação itinerante do Sínodo Rio-Grandense*. São Leopoldo: Sinodal, 1996; STEYER, Walter O. *A implantação do luteranismo confessional entre os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul – Brasil*. São Leopoldo, 1993. Dissertação (Mestrado) - UNISINOS.

³¹ Bourdieu entende que os agentes religiosos se agregam propriedades simbólicas na medida em que aderem à ideologia do carisma. O carisma é, portanto, uma expressão do poder simbólico, da fé, que os agentes religiosos têm em sua própria missão. BOURDIEU, *A economia das trocas simbólicas*, p. 55.

³² O pastor Dohms foi incisivo em afirmar que não podia conceber a Igreja Evangélica fora dos referenciais da germanidade. Era definida por ele como uma igreja dos alemães para os alemães. DREHER, *Igreja e germanidade*, aprofunda com propriedade esta questão.

Bíblia conjugavam a expressão de que a fé e a germanidade, ou o espírito e a língua estão intimamente ligados.³³ O caráter étnico e a forte identificação nacional da Igreja Evangélica Luterana e a redução da religião a uma convicção interior não a eximiram da preocupação com as questões sociais, muito embora ela insistisse que os conteúdos de ordem política e econômica não integravam o seu campo religioso.

Com um vínculo estreito com o luteranismo norte-americano, o Sínodo Missouri, de presença institucional tardia, assumiu uma postura conservadora e fundamentalista. Próximo dos interesses do Estado, negava o seu carisma de Igreja da Imigração e sua natureza germânica, embora na sua atuação pastoral buscasse conquistar a alma germânica e definir o seu espaço religioso preferencial entre os alemães.

O catolicismo, enraizado na cultura brasileira a partir da vivência da fé partilhada, mesmo que isto não representasse uma articulação entre fé e ética, uma vez que era tomada de uma visão determinista da religião, teve na Igreja da Imigração a expressão de formas diferenciadas de crer e de a ela pertencer. Renovou a dimensão da vivência do catolicismo paroquial, pelo empenho na formação de leigos, na educação e pelo revigoramento da vida comunitária, despertando a pertença mais convicta e consciente da vida da comunidade. Foi na dimensão do catolicismo social que se definiu, no entanto, o seu carisma eclesiástico. O empenho sócio-político, apoiado na doutrina social da Igreja, pela organização e pela autotransformação da sociedade parece revelar a face de uma Igreja que se apresentou como comprometida com relações sociais mais justas, com a convivência humana mais fraterna, através da vivência da fé, e com a construção de comunidades eclesiais que, numa visão

³³ Idem, p. 224-8.

holístico-integradora, pudessem atender às demandas sociais e apontar à existência humana um sentido de vida.³⁴

A trajetória desta Igreja viva e presente na vida das comunidades pela ação educativa e religiosa esteve marcada pelo fortalecimento dos laços das comunidades cristãs, com vistas a satisfazer não somente as carências religiosas, mas também de comprometer concomitantemente os fiéis em torno do seu projeto social e na defesa do seu espaço eclesial e do seu campo religioso.³⁵

Da quase total ausência do Estado, nos primórdios da colonização, à sua presença autoritária no período republicano, a Igreja da Imigração assumiu importante papel na organização da sociedade, definindo pastorais sociais, ações educativas e despertando o associativismo cristão, na perspectiva de solidificar um espaço de liberdade e de autonomia. Esta presença revelou-se em diferentes estratégias e formas de inserção social, que tiveram no associativismo a expressão mais concreta de operacionalização do projeto social cristão e no cooperativismo a face possível de uma organização social presumivelmente autônoma.

A ação dos sujeitos sociais, legitimada pela Igreja, representou um fator de coesão social, uma vez que, através da produção de sentido comum, buscou a construção de uma identidade pela afirmação, pela integração e pela recriação de valores da cultura eurocristã no espaço social em construção.³⁶ Sob a ótica do Estado, os governos desenvolveram, por seu turno, políticas que visavam a legitimação do poder e o crescente controle da sociedade para promover, através do ordenamento

³⁴ FELLER, Vítor Galdino. “A igreja que queremos para o novo milênio”. In: *Revista eclesiástica brasileira*. Petrópolis-RJ: Vozes, Fascículo 234, junho de 1999, p. 259-80

³⁵ BOURDIEU, *A economia das trocas simbólicas*, p. 57 e seguintes.

³⁶ CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. In: *Estudos avançados*. São Paulo: USP/Instituto de Estudos Avançados, Vol. 5, n. 11, 1991, p. 173-91.

social, o progresso econômico.³⁷ Nesta perspectiva, a legitimação social dos discursos e das ações da Igreja e do Estado processou-se, muitas vezes, em caminhos cruzados e com interesses desencontrados.

O tema do associativismo cristão no Sul do Brasil, revestido de sentido a partir do social-catolicismo e do pensamento social cristão, traz consigo uma especificidade praticamente inexplorada pelos estudos acadêmicos e pela literatura corrente. Trata-se da organização e do desenvolvimento das ações da *Sociedade União Popular para os Católicos Teutos do Rio Grande do Sul* e da *Liga das Uniões Coloniais*. Estas duas entidades, a primeira de caráter confessional e étnico e a segunda, embora sob um forte influxo dos evangélicos luteranos, de base ecumênica e interétnica, expressaram a interação dos diferentes sujeitos e agentes sociais na organização e na construção de formas concretas de desenvolvimento social e econômico.³⁸

³⁷ Veja-se sobre esta questão a tese de doutoramento de: BAK, Lamaysou Joan. *Some antecedents of corporatism: State economic intervention and rural organization in Brazil – the case of Rio Grande do Sul, 1890-1937*. Yale University, 1977.

³⁸ Rambo desenvolveu um trabalho documental, centrado fundamentalmente nas fontes: *Der Bauerfreund*, *Der Familienfreund* e nos *Anais dos Katholikentage*, onde demonstra através do estudo da Associação dos Agricultores do Rio Grande do Sul – *Bauerverein*, a emergência do associativismo e do cooperativismo, apresentando-o como modelo desenvolvimento social global e como projeto inacabado. A Associação dos Agricultores teve um caráter trans-étnico e propôs a colaboração entre católicos e protestantes, segundo o historiador. A riqueza das fontes apresentadas representa uma contribuição valiosa para o estudo das formas de organização social que se desenvolveram entre os imigrantes do Sul do Brasil. Veja-se: RAMBO, *O associativismo teuto-brasileiro...* Gertz iniciou uma construção interessante revestindo-a de sentido a partir da relação que estabelece com o catolicismo social entre os teuto-brasileiros. Faz entender que as questões relativas à etnicidade muitas vezes transcendiam os limites da religiosidade, de tal sorte que no enfrentamento das dificuldades, a solidariedade entre os colonos não se deixava abalar pelas diferenças confessionais. GERTZ, René E. “Catolicismo social no Rio Grande do Sul: a União Popular”. *Veritas*. Porto Alegre:PUCRS, v. 37, n. 148, p. 553-5580, nov. 1992. Rabuske tributa à imigração alemã a grande contribuição cultural no desenvolvimento do associativismo no Sul do Brasil. Destaca o papel fundamental dos jesuítas que, pela sua ação educativa e evangelizadora, se constituíram nos agentes sociais que impulsionaram a organização comunitária e a vida associativa RABUSKE, Artur. “Eles se empenharam pelo erguimento do bem-estar material da colônia alemã no Rio Grande do Sul”. In: *Anais do I Simpósio de Imigração e Colonização no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Comissão dos festejos do

A Sociedade União Popular – *Volksverein*, fortemente influenciada pelo movimento da restauração católica, definiu seu campo de atuação preferencial entre os imigrantes teutos e seus descendentes, buscando evitar o mosaico étnico-religioso, para construir comunidades eclesiais sólidas e modelares que servissem de base para a sedimentação do social-catolicismo e de referência para a construção do espaço eclesial e para a organização da sociedade. Exerceu o papel de entidade coordenadora de uma rede de associações e de atividades que haviam se desenvolvido entre os teuto-brasileiros. Preocupou-se, numa dimensão ético-cristã, com o desenvolvimento do homem e da sociedade como um todo – educação, assistência religiosa e social, trabalho e produção econômica, política e cidadania. Encontrou, no entanto, no cooperativismo a forma concreta de operacionalização da solidariedade cristã e de promoção do bem-estar material, na perspectiva de um desenvolvimento familiar e comunitário de auto-sustentação e relativamente autônomo frente aos desmandos, às injunções ou às demandas do Estado.

A *Liga das Uniões Coloniais* consolidou-se como uma organização de defesa dos interesses dos agricultores do Rio Grande do Sul. Atuou no sentido de promover o desenvolvimento do segmento agrícola, através da educação rural, da organização e da modernização das relações de trabalho e da produção, buscando no cooperativismo a convergência das relações sociais e das atividades produtivas. Nascida sob o signo do sindicalismo/cooperativismo, a Liga tornou-se uma entidade coordenadora das Uniões Coloniais, que se mantiveram a partir da Associação dos Agricultores do Rio Grande do Sul - *Bauerverein* - e tinham, sobretudo, a função de defesa das comunidades rurais

Sesquicentenário..., 1974; Zilles desenvolveu um estudo da Sociedade União Popular, no sentido de tributar-lhe a iniciativa, a organização e o desenvolvimento da colonização de Porto Novo. Veja-se: ZILLES, Maria. *Porto Novo: uma colônia para teuto-católicos no processo de expansão colonial no sul do Brasil (1912-1933)*. Porto Alegre:PUCRS, 1992 (Dissertação de mestrado). Ademais, os estudos não centram os seus objetos em torno deste tema, principalmente quando se trata de uma relação entre a União Popular e a Liga em termos de contribuição para a formação social do Sul do Brasil. A Liga das Uniões Coloniais é, de modo particular, praticamente de todo desconhecida dos círculos intelectuais.

diante dos desmandos das revoluções e de proteção às iniciativas de caráter social e econômico. A Liga das Uniões Coloniais ocupou-se, fundamentalmente, das questões práticas que envolviam o mundo do trabalho e da produção rural. Firmou-se, portanto, em termos políticos, como uma entidade representativa do setor produtivo agrícola do Rio Grande do Sul, desempenhando a função mediadora entre os interesses dos agricultores e do Estado.

Com posturas próprias e fundamentadas no princípio da solidariedade cristã, a Liga das Uniões Coloniais e a Sociedade União Popular representaram instrumentos de organização social que visavam fazer frente à inoperância do Estado, ou aos seus desmandos, e à crescente concentração da renda e do controle da produção exercida pelos trustes, que controlavam o modelo capitalista agro-exportador brasileiro.³⁹ Liga e União promoveram a reunião de grande parte dos agricultores em torno de objetivos comuns, aproximando-os de setores comerciais e indústrias identificados, do que resultou uma rede de relações urbano-rurais, caracterizada pela intercomplementaridade em termos socioculturais e econômicos. Sob este aspecto, a construção do espaço comunitário no Sul do Brasil, em especial no Rio Grande do Sul, com todas as suas implicações humanas e paisagísticas, teve no associativismo cristão uma basilar alavanca social e na expressão do cooperativismo uma de suas forças e uma possibilidade econômica.

Visto sob esta singularidade, o tema do associativismo cristão será enfocado a partir dos diferentes sujeitos e agentes sociais que interagiram no processo da construção do espaço social da imigração e da colonização do Sul do Brasil, notadamente a partir das grandes transformações sociais que se desencadearam no

³⁹ Carlos Stemmer atribui ao modelo monopolista americano a concentração da renda e o empobrecimento da pequena propriedade. Segundo ele, os trustes, enquanto sindicatos de especuladores, visavam suprimir a concorrência e impor os preços, com vistas a exercerem o monopólio – *Nachrichtenblatt der Liga das Uniões Coloniais Riograndenses*. Porto Alegre: Rotermund, dezembro de 1931, p. 12-4.

período que se estende dos movimentos abolicionista e republicano ao Estado Novo, ou seja, no intervalo dos anos de 1880 a 1940. Fundamenta-se em experiências associativas desenvolvidas no Sul do Brasil entre os imigrantes e seus descendentes, especialmente entre os teuto-brasileiros, vistas e analisadas a partir da memória vivenciada e testemunhada através de documentação editada e inédita. A postura indiciária na exploração dos arquivos e dos documentos, permitiu a organização de conjuntos analíticos em base às experiências e às atividades associativas desenvolvidas no Rio Grande do Sul, o que fez com que a construção do referencial espacial se limitasse ao universo territorial deste Estado, muito embora se entenda que certas derivações são possíveis e pertinentes para os outros estados do Sul do Brasil.⁴⁰

O enfoque sociocultural, visto a partir da necessidade de situar os diferentes sujeitos e agentes sociais diante da totalidade social, para, a partir daí, referenciar e construir a trajetória da organização social promovida no espaço da colonização, fez com que procedimentos comparativos centrassem o foco analítico nas mediações exercidas pela Igreja e pelo Estado no processo de legitimação social.⁴¹ A construção histórica fez-se iluminar com conceitos e categorias da antropologia cultural e da sociologia do conhecimento, num esforço de buscar a compreensão de como os sujeitos sociais construíram as suas representações e articularam os sistemas

⁴⁰ Veja-se o modelo indiciário em: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais – morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 151 e seguintes.

⁴¹ GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia – o que é filosofia?* 5 ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976 (entende a totalidade social como estrutura da sociedade presente ou futura). Os historiadores dos Annales são certamente herdeiros do entendimento de Durkheim, de uma visão integral da sociedade, ou, de Marcel Mauss que apontava a interdisciplinaridade como caminho para a totalização. Braudel assevera, no entanto, que a globalidade não se refere a uma história completa do mundo, mas ao desejo de nos defrontarmos com um problema e de ir sistematicamente além dos seus limites. Veja-se: BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. 4 ed. Lisboa: Presença, 1982, p. 17 e seguintes. GINZBURG, p. 156-7, diz que, “mesmo que o historiador não possa deixar de se referir, explícita ou implicitamente a séries de fenômenos comparáveis, a sua estratégia cognoscitiva assim como os seus códigos expressivos permanecem intrinsecamente individualizantes”.

simbólicos no desenvolvimento das práticas sociais que concorreram para a especificidade da organização comunitária e associativa no Sul do Brasil.⁴²

A abordagem do conteúdo do trabalho enfoca três momentos analíticos. O primeiro, preocupa-se com uma leitura contextualizada da questão social na passagem do século XIX para o século XX e com a emergência do pensamento social cristão, que serviu de referência para o associativismo cristão. O segundo, enfoca o processo migratório no Sul do Brasil a partir de um contexto sociocultural e político em transformação e, na relação comparativa de concepções de sociedade, situa as demandas da Igreja e do Estado diante da imigração e da colonização. O terceiro, ocupa-se da organização da sociedade, em base ao associativismo cristão, no espaço da colonização do Sul do Brasil, de modo particular no Rio Grande do Sul, enfocando o cooperativismo como modelo de desenvolvimento sócio-econômico.

No primeiro momento, o conteúdo centra a atenção em torno da gênese e do desenvolvimento do pensamento social cristão para iluminar a emergência do associativismo cristão numa sociedade marcada, principalmente a partir do segundo quartel do século XIX, pelos crescentes antagonismos. Parte do social-catolicismo alemão, que, em meio aos conflitos entre Igreja e Estado, as divergências de ordem confessional, os desdobramentos sociais do liberalismo e as ameaças do socialismo, tornou-se referência para a doutrina social da Igreja Católica e para a organização da sociedade. O desenvolvimento do social-catolicismo será abordado a partir das relações que serão estabelecidas frente às políticas do Estado e da postura dos evangélicos luteranos diante da questão social. As grandes transformações sociais e as mudanças institucionais que ocorreram no final do século XIX na sociedade brasileira e a relação entre Igreja e Estado e suas posturas diante da questão social e dos

⁴² CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990. Para aprofundar a questão da construção das representações e da articulação dos sistemas simbólicos, veja-se do mesmo autor: "O mundo como representação". In: *Estudos avançados*. São Paulo: USP/Instituto de Estudos Avançados, vol. 11, n. 5, 1991, p. 173-91.

movimentos culturais serão enfocados na seqüência. A idéia é situar a imigração diante e neste contexto dinâmico de mudanças e aferir o despertar da Igreja frente às questões postas pela modernidade, para melhor dimensionar a formulação do social-catolicismo ou sua expressão na sociedade brasileira e no próprio movimento da restauração católica.

No segundo momento, procurar-se-á demonstrar e entender, num primeiro instante, as políticas e as especificidades socioculturais que interferiram na produção do espaço social resultante do processo da imigração e da colonização do Sul do Brasil. A construção de relações quanto às formas de ocupação dos estados sulinos pretende evidenciar que, além das políticas e das peculiaridades geográficas, os elementos constitutivos da cultura tornaram-se representativos e significantes na organização dos núcleos de povoamento, bem como na organização social e na produção cultural deles resultantes. A interferência dos diferentes agentes sociais no processo da colonização e da formação dos núcleos coloniais fez com que, num segundo instante, o conteúdo do trabalho fosse voltado para o aprofundamento do fenômeno religioso na organização social. A presença da Igreja na imigração e seu papel mediador na organização da sociedade pautam a abordagem a partir das óticas da Igreja Institucional e da Igreja Missionária, ou da Imigração, tanto sob o espelho católico, quanto sob o evangélico. A presença de ordens, de congregações, de pastores que veicularam conteúdos da cultura e da fé dos imigrantes e de seus descendentes torna-se referência para a construção de identidades e para a análise da organização social. Ainda neste momento da abordagem, num terceiro instante, o conteúdo está centrado na questão social, vista sob a ótica do poder de legitimação social do Estado e da Igreja Institucional, e destaca o papel da Igreja Missionária, católica e evangélica luterana, na organização da sociedade sob a perspectiva do associativismo cristão.

No terceiro momento, que trata das formas de organização social no espaço da colonização, singularmente do espaço produzido pelos teuto-brasileiros, o

associativismo, nas suas múltiplas formas e com os seus variados fins, será tema para uma primeira abordagem. Visto a partir da ótica do pensamento social cristão, o conteúdo explorará preponderantemente a Associação dos Agricultores do Rio Grande do Sul – *Bauerverein* – como modelo de organização social entre os colonos para fazer frente aos problemas que envolvem o *bem-estar material e espiritual dos colonos*.

A União Popular para os Católicos Teutos do Rio Grande do Sul e a Liga das Uniões Coloniais definem o conteúdo central deste momento da abordagem. A formação, o desenvolvimento, os principais desafios e as atividades destas duas organizações, a sua postura diante da questão sindical e cooperativista constituem o esboço referencial e a base para a construção de relações e para o entendimento de suas especificidades e do seu alcance na organização da sociedade. As ações da União Popular serão enfocadas a partir de uma perspectiva histórica, dando ênfase à educação e à religião como mediações fundamentais para a organização social dos teuto-brasileiros católicos. A União Popular buscou a sua legitimidade social através de um modelo alternativo de sociedade, inspirado nos princípios do social-catolicismo, que teve na família e na comunidade os núcleos de convergência das ações sociais. Procurou solidificar os vínculos comunitários pelo desenvolvimento do espírito de solidariedade e pela implementação de relações de cooperação, com a finalidade de criar uma identidade sociocultural e uma maior autonomia para prover as necessidades materiais e espirituais das famílias e das comunidades.

Por fim, a Liga será enfocada a partir da necessidade da representação política dos agricultores do Rio Grande do Sul, que, em meio à adversidade da crise econômica e das demandas políticas do Estado, viram-se na contingência de buscar a sua própria organização. Da necessidade da defesa dos seus interesses e do seu patrimônio as Uniões Coloniais que, congregadas, constituíram a Liga das Uniões Coloniais Riograndenses, fomentaram o desenvolvimento do cooperativismo como

forma alternativa para organizar, modernizar e viabilizar a produção agrícola e para promover o mercado dos seus produtos. No exercício de sua função mediadora entre os interesses do Estado e dos agricultores, a Liga esteve exposta às políticas governamentais intervencionistas, o que a deixou bastante vulnerável diante do seu quadro associativo e a tornou inviável com a implantação do Estado Novo.

CAPÍTULO I

A EMERGÊNCIA DO SOCIAL-CATOLICISMO E DO ASSOCIATIVISMO CRISTÃO

1. UMA APROXIMAÇÃO POSSÍVEL

A reprodução de cenários que representam o ambiente em que os fatos se desencadearam parece afigurar-se condição básica para a construção do conhecimento histórico. Dar ao fato a roupagem do seu tempo, com todos os sentidos possíveis que se projetaram sobre ele é, sem dúvida, um esforço não privado de uma carga de subjetividade, mas que é condição para se chegar à objetividade histórica. A revitalização da memória e a organização de conjuntos analíticos o suficientemente consistentes, permitem uma aproximação maior das trajetórias vivenciadas pelos mais diversos povos, ou conjuntos sociais, nos diferentes tempos históricos. As interferências possíveis que se operam no mundo da organização da produção material, através da tradição, da assimilação, ou mesmo da transferência de tecnologia, as influências das leis do mercado e as representações que se produziram a partir da vivência dos homens em sociedade que formam a bagagem cultural das diferentes formações sociais, constituem elementos analíticos que devem ser tomados em conta, principalmente a partir do processo de industrialização e do movimento das grandes migrações.

A dedicação de um capítulo para o social-catolicismo e para o associativismo cristão da Alemanha não tem a pretensão de construir uma referência e revitalizar uma experiência que teria sido transplantada com a imigração alemã para o Sul do Brasil. O que se pretende é construir um pequeno resumo de alguns acontecimentos que marcaram a formação social alemã da segunda metade do século XIX e início do XX, para, a partir daí, buscar entender os referenciais da cultura e as motivações religiosas que alimentavam o imaginário e animaram as ações dos sujeitos sociais na produção do espaço colonial e na organização da sociedade. Como o tema se debruça sobre o associativismo cristão, notadamente entre os teuto-brasileiros, a busca de elementos característicos da cultura germânica parece pertinente e até indispensável, para que se possa estabelecer relações que permitam inferir os níveis de interferência que a tradição cultural e a vivência social no país de origem exerceram sobre a edificação do novo espaço social, construído em condições próprias e num contexto diferenciado.

As questões sociais que se originaram das desiguais condições de produção da vida e das diferenciadas formas de viver em sociedade e os novos modelos de organização social que se apresentaram para dar conta das tensões resultantes dos antagonismos, motivaram uma preocupação da Igreja em torno do problema social. Na Alemanha, a progressiva perda da influência cultural e política da Igreja Católica e os desafios da modernidade, traduzidos em torno da industrialização, da proletarização da sociedade e da difusão de novas ideologias, motivaram a emergência crescente do movimento social cristão e da formulação de um corpo doutrinário-filosófico como referência para a organização social, com vistas à defesa do espaço eclesial e da liberdade religiosa. No Brasil, o fim do padroado requereu uma renovação da Igreja Católica, que, por sua vez, buscou maior vínculo em causa com Roma e desenvolveu ações pastorais que buscavam uma maior legitimação social. Com a imigração, o espírito e a ação eclesial adquiriram um sentido novo, uma vez que, de forma presencial, a Igreja da Imigração assumiu um caráter missionário de evangelização da

cultura, a partir da formação de comunidades eclesiais junto aos núcleos da colonização. Nas comunidades teuto-brasileiras, luteranos e católicos, alicerçados na cultura e na fé germânicas, ensaiaram caminhos e desencadearam formas de organização social que, adaptados às condições de vida locais, tornaram-se característicos no desenvolvimento social brasileiro. Neste horizonte torna-se possível vislumbrar que a Igreja Missionária da Imigração, ao organizar de forma associativa as comunidades cristãs, à luz do social-catolicismo, lançou os alicerces da posterior formação das comunidades eclesiais de base, que viriam a ser os esteios da teologia da libertação.

A revitalização da memória do social-catolicismo e do associativismo cristão na Alemanha vem aproximar, portanto, os diferentes sujeitos sociais que desencadearam o processo da organização associativa cristã do Sul do Brasil à sua matriz cultural e possibilita dar um sentido mais preciso a esta forma de organização social desenvolvida num espaço social em constituição e num ambiente carregado de demandas sociais e culturais, certamente diversas das vivenciadas pela sociedade alemã. Muitas motivações de ordem religiosa ou mesmo de inspiração sociocultural podem ter tido origem nesta fonte matricial, mas certamente adquiriram sentido e tomaram forma a partir da sua encarnação na vivência social concreta dos sujeitos teuto-brasileiros que construíram o seu espaço comunitário.

2. A GÊNESE DO SOCIAL-CATOLICISMO NA ALEMANHA

A Alemanha entrou no século XIX marcada pela existência de um grande número de estados independentes entre si, principados temporais e espirituais, polarizados por duas potências antagônicas: a Prússia e a Áustria. Nesta Alemanha

fragmentada, o poder central do imperador não reunia força de coesão suficiente para construir um Estado Nacional como ocorreu em outros estados da Europa em base ao absolutismo do Antigo Regime. Neste cenário, a Revolução Francesa causou impacto significativo, despertando a fascinação pelas idéias revolucionárias em muitos simpatizantes, e a reação mais conservadora de outra parte da sociedade. A ocupação da região oeste do Reno por Napoleão, do que resultou a secularização dos bens eclesiásticos, em 1803, para compensar os príncipes afetados, teve uma repercussão sem precedentes entre os estados alemães. A Prússia, para fazer frente às repercussões da Revolução Francesa, introduziu, a partir de 1807, uma série de reformas liberais, numa espécie de revolução progressiva e, ao mesmo tempo, restauradora da ordem, operada a partir do poder vigente. Libertou os servos do sistema feudal. Posteriormente, em 1810, emancipou os judeus e deu maior autonomia administrativa para as cidades. Em 1834, foi criada a União Aduaneira e estabelecida a liberdade de ofícios, sempre na perspectiva de se fortalecer a resistência nacional.⁴³

A partir de 1815, com o Tratado de Viena, a Prússia anexou alguns territórios, dentre os quais a região renana do Hunsrueck, de onde provieram os maiores contingentes de imigrantes alemães para o Rio Grande do Sul, depois de 1826. Esta região do entorno do rio Mosel, afluente da margem esquerda do rio Reno e limítrofe da França, da Bélgica e da Suíça, era densamente povoada por uma população predominantemente católica, formada a partir de estratos sociais mais baixos e com menores níveis de educação. A paisagem era marcada pela existência da pequena propriedade rural, onde a prática da agricultura familiar representou a fonte principal de produção da existência. O conservadorismo agrário, aliado à concentrada densidade demográfica, arquitetou uma organização social caracterizada pelas comunidades rurais, constituídas a partir de raízes culturais marcadas pela tradição advinda da produção da existência no universo agrário, com sólida referência nos

⁴³ KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial – magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Florianópolis: Ed. UFCS; Caxias do Sul: EDUCS, 1991, p. 17.

princípios ético-religiosos do catolicismo, concebidos a partir de uma visão romântica de sociedade. Esta visão representou uma crítica à modernidade, isto é, da civilização capitalista moderna, em nome de valores e ideais do passado pré-capitalista. Na sua essência, alimentou-se do sentimento de revolta e da melancolia ao mesmo tempo.⁴⁴

A partir das antinomias kantianas entre a sensibilidade e o entendimento, entre a ciência e a moral, os filósofos alemães, com destaque especial para Fichte, apontavam o “*Eu*” supra-individual como princípio metafísico, buscando na atividade pura, criadora de toda a realidade e sujeito absoluto, a superação destas antinomias. Os princípios da cultura, da ciência, da arte, da poesia e da religião tornaram-se temas prediletos do romantismo, sempre considerados a partir da categoria da unidade do espírito. Os românticos concebiam a sociedade, ou o povo, como uma totalidade homogênea e autônoma, cuja criatividade espontânea seria a mais alta expressão dos valores humanos e o modelo de vida ao qual deveríamos regressar. A filosofia romântica insistia na peculiaridade do destino especial de cada povo.⁴⁵ O romantismo, na sua vertente européia, foi antiliberal. A influência do idealismo absoluto de Hegel tornou-se expressão disto. Romântico por seu caráter dinâmico e evolucionista, centrou no desenvolvimento dialético da razão absoluta o devir da história, que, além da superação das situações antagônicas, representa, também, a afirmação do novo em um estágio superior. As raízes do hegelianismo ramificaram-se no conservantismo, que buscava, através da escolástica, a justificação especulativa das crenças religiosas, e na tendência que procurava reduzir o significado da religião e da história às expressões das necessidades humanas. Neste caso, a consciência religiosa ficaria relacionada ao grau de desenvolvimento do espírito nacional de um povo.⁴⁶

⁴⁴ LÖWY, Michael e SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia: romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 28 e seguintes.

⁴⁵ CRIPPA, Adolpho (coord.). *As idéias filosóficas no Brasil – sécs. XVIII e XIX*. São Paulo: Convívio, 1.978, p. 123.

⁴⁶ MARQUES, Mário Osório. *Conhecimento e educação*. Ijuí: EdUNIJUÍ, 1988, p. 76-7.

Nas regiões submetidas ao domínio napoleônico, o impacto das idéias liberais fez emergir novos referenciais para a população, o que, muitas vezes, colocou em crise velhos e consagrados princípios de conduta social.

Mesmo que os estados tenham fortalecido o poder durante o Congresso de Viena, em 1814/1815, e modernizado as suas estruturas, os bens eclesiásticos e os principados espirituais não foram restituídos. Nem Roma deu amparo à Igreja Católica alemã, por temer uma possível radicalização por parte do Estado, no sentido de se apropriar do espaço religioso e de limitar a influência da cúria romana sobre as igrejas locais. A Igreja Católica alemã havia perdido quatro arcebispados, dezoito dioceses, oitenta abadias, mais de duzentos conventos e dezoito universidades católicas, pelas estatísticas de Kruij.⁴⁷ Havia em toda a Alemanha, em 1817, somente três bispos. Em torno de três milhões de pessoas viram-se afetadas em seu estado de cidadania, passando sob a influência de outros domínios políticos, de maneira que muitos católicos tiveram que viver sob o regime protestante numa situação social de minoria. Com a desorganização dos cabildos, durante muitos anos não foi possível eleger novos bispos.

Ao mesmo tempo em que a Igreja Católica alemã perdeu a sua autonomia econômica e seu sistema de organização, viu esmorecer a sua influência cultural e política. O enfraquecimento da hierarquia eclesiástica, em vista da dificuldade de conjugação do poder espiritual e do poder temporal, teve incidência sobre a postura eclesiástica alemã, que passou a depender, cada vez mais, de Roma para intervir nas negociações entre Igreja e Estado. Esta crescente dependência da hierarquia da Igreja local à autoridade eclesiástica central motivou o surgimento de um movimento popular de convergência de toda ação católica para Roma – o ultramontanismo. Este

⁴⁷ KRUIJ, Gerhard. “Las raíces históricas de la doctrina social católica en la Alemania del siglo XIX: un modelo para superar los desafíos de la modernidad?” In: *Salmanticensis*. V. XXXVIII, Fasc. 2, mayo-agosto de 1991, p.195.

movimento fez com que, em muitas circunstâncias, os interesses das igrejas locais fossem desconsiderados em favor das conveniências e dos resultados das negociações entre os governos alemães e a cúria romana. Prova disto foi a nova divisão das dioceses e a fixação das taxas dos cultos.⁴⁸

Com a nova divisão eclesiástica, o catolicismo alemão perdeu a sua unidade de referência, uma vez que estabeleceu vínculo direto com a cúria romana, e, em decorrência, surgiram escolas teológicas com orientações pastorais diferenciadas.⁴⁹ Estas *escolas pastoral-teológicas* originaram-se na circunscrição dos bispados, onde desempenharam um papel importante na formação do clero.

Se, anteriormente, a Igreja hierárquica teve uma certa possibilidade de exercitar a sua ascendência sobre os fiéis, em decorrência da simbiose entre poder espiritual e poder temporal, fenômeno que ia além da questão doutrinária e garantia uma significativa influência política e uma autonomia econômica, agora neste novo cenário teve que buscar estratégias de planejamento pastoral para manter esta sua influência. Tratava-se, sobretudo, de despertar uma nova consciência religiosa e uma identidade para os católicos alemães. Para tanto, uma estratégia recorrida com bastante ênfase foi a da difusão do pensamento cristão católico. Desencadeou-se um processo de edição e reedição de obras, que, de uma ou de outra forma, retrataram as diferentes tendências de orientação pastoral. Assim, Johann Michael Sailers reeditou as obras *Nachfolge Christi*, de Thomas von Kempen e *Philothea*, de São Francisco de Sales.⁵⁰ Sailers trabalhou em Bayern e ali fundou uma escola pastoral-teológica, inspirada nos

⁴⁸ RITTER, op. cit, p. 15.

⁴⁹ Idem, p.16.

⁵⁰ A obra de Kempen, *Der Nachfolge Cristi*, originalmente, *Sucessor de Cristo*, inspira-se nos ensinamentos dos santos padres da Igreja e afirma a autoridade do papa como centro de convergência e da unidade da Igreja. *Philothea*, de São Francisco de Sales, inspira-se na mística do catolicismo, que, por sua vez, é apresentada como fonte de inspiração dos homens no plano divino, manifesto no amor de Cristo. Veja-se: RITTER, op. cit., p. 16 e 17.

ensinamentos da patrística⁵¹, que buscava recuperar a mística dos santos padres da Igreja. Entendia que a defesa da autoridade da Igreja, assim como Santo Ambrósio o fez no Império Romano, poderia reafirmar o plano divino, manifesto no amor de Cristo, e restituir a solidariedade humana.⁵² Johann Adam Möhler tornou-se expressão da escola teológica que pretendia proscrever a patrística nos currículos das escolas superiores, para reafirmar o tomismo.⁵³ Publicou *Die Einheit der Kirche e Symbolik*, por estes escritos pretendia despertar a mais profunda consciência da Igreja sobre si mesma. Uma terceira vertente de formação pastoral-teológica foi a do Seminário de Mainz, que se balizou nos ensinamentos emanados do Concílio de Trento⁵⁴.

No período do domínio napoleônico, figuras expressivas como os professores Liebermann, Weiss e Räss, de Strassburg, ao lado do Bispo Colmar, integraram esta escola. Eles buscaram estabelecer a ponte espiritual entre os catolicismos francês e alemão. Os escritos do catolicismo francês foram traduzidos, lidos e divulgados em toda a Alemanha. Periódicos, como *Der Katholik*, que, além de orientações religiosas, informavam sobre a vida da Igreja na França. O próprio pensamento cristão romântico do pensador Chateaubriand era desconhecido dos alemães. A sua tradução e a difusão do *Gênio do Cristianismo*, uma apologia estética do cristianismo, teve o caráter eminente de fazer frente à onda de ateísmo decorrente da Ilustração e da Revolução.

⁵¹ A patrística era uma corrente filosófico-teológica que se inspira nos Santos padres da Igreja, cuja expressão maior é Santo Agostinho

⁵² MEULENBERG, Leonardo. “Ambrósio: até onde nos leva a solidariedade humana”. In: *Revista eclesiástica brasileira*. A Igreja do novo milênio, Petrópolis-RJ:Vozes, Vol.234, junho de 1999, p. 313-30.

⁵³ O tomismo é o conjunto doutrinário que traduz o pensamento de Santo Tomás de Aquino. O tomismo retoma o pensamento de Aristóteles sob a ótica do cristianismo.

⁵⁴ *Die Einheit der Kirche*, no vernáculo *A unidade da Igreja*, e *Symbolik*, *Simbólico*, procuravam a partir do corpo doutrinário e da universalidade dos seus ensinamentos aprofundar a consciência eclesial para torná-la, cada vez mais, um sinal presente no universo social. RITTER, op. cit., p. 16.

Com Chateaubriand foram reconstruídos os fundamentos históricos e metafísicos do tradicionalismo católico alemão. Da doutrina cristã, Chateaubriand afirmou que: “... *nada é mais divino que a sua moral; nada mais amável e magnânimo do que seus dogmas, seus ensinamentos, seu culto. Entusiasma o gênio, purifica o gosto, revela a mais pura paixão e libera o pensamento...* ”.⁵⁵

O romantismo católico contribuiu para que a Igreja Católica alemã pudesse reafirmar, frente ao liberalismo anticlerical e ao protestantismo anti-romano, o seu caráter universal, tendo como epicentro e fonte de orientação e de decisão o papado romano.⁵⁶ Pela afirmação da universalidade pretendeu-se reafirmar e restabelecer o diálogo com todas as culturas sob a mediação do Papa. A afirmação desta prerrogativa estabeleceu, de forma nítida, a diferença das estratégias e das políticas da Igreja em relação ao Estado, o que teve expressão concreta no episódio de Colônia, quando o arcebispo D. Clemens August Droste-Vischering, em 1837, contrariou a alta administração prussiana exigindo que os filhos nascidos de matrimônios mistos entre católicos e protestantes fossem educados na fé católica. Esta exigência lhe valeu a prisão, ao que houve, em contrapartida, uma mobilização reativa crescente dos católicos.

O caracterizado conflito entre a Igreja e o Estado só foi atenuado depois de 1840, com a subida de Frederico Guilherme IV ao poder, que manifestava simpatias ao romantismo católico. Wilhelm Emmanuel von Ketteler, que se tornou um dos esteios do pensamento social cristão da Alemanha, influenciado pela *questão religiosa*, decidiu deixar a sua carreira na alta administração prussiana, em 1838, para dedicar-se ao estudo da teologia e, posteriormente, ordenar-se sacerdote, em 1844.⁵⁷

⁵⁵ RITTER, op. cit., p.17.

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ KRUIP, loc. cit., p. 196.

Os acontecimentos de Colônia marcaram decididamente o início da mobilização dos católicos pelos direitos da Igreja frente ao Estado. Para marcar a presença viva da Igreja na sociedade desenvolveram-se ações pastorais planejadas, que promoviam grandes mobilizações sociais, como a exposição da túnica milagrosa de Treveris, em 1844, e a organização de grandes peregrinações.⁵⁸

Num ambiente caracterizado pelas revoluções liberais e diante da difusão do Manifesto Comunista, o nascente movimento católico alemão, numa também revolucionária assembleia dos católicos alemães, fundou em Mainz o *Pius Verein*, em 1848. Adversa a todo o extremismo revolucionário popular que pudesse conduzir a um radicalismo anticlerical ou a um comunismo ateu, a maioria dos católicos, a exemplo do professor Franz Joseph Buss e de Ketteler, que orientavam os católicos nos temas sociais, se pronunciava a favor de reformas modestas, vindas de cima, como o desejava a burguesia. Aliás, pela argumentação de Jorge Carvalho do Nascimento, “na Alemanha, ao contrário da França, a burguesia se manteve afastada da corte. Isto fez com que os hábitos cortesãos fossem vistos pela burguesia alemã como algo a ser combatido, diferente dos burgueses da França que lutavam para incorporá-los”.⁵⁹

Sem concordar com a democracia representativa como forma de governo, o movimento católico posicionou-se a favor dos valores liberais da liberdade de culto, de expressão, de associação e da unidade nacional.⁶⁰ Na primeira Assembleia da Associação Católica - *Pius Verein* - a reivindicação pelos direitos da Igreja e a liberdade religiosa dos católicos ficou claramente expressa.⁶¹

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ NASCIMENTO, Jorge Carvalho de. *A cultura ocultada*. Londrina: Ed.UEL, 1999, p. 112-13.

⁶⁰ KRUIP, loc. cit., p.197.

⁶¹ RITTER, op. cit., p. 19.

As Associações 'Pio' para a Defesa da Liberdade da Igreja foram se multiplicando por toda a Alemanha e se uniram em assembléias conhecidas como *Dias dos Católicos*, ou *Katholikentage*, na sua expressão original. Os *Katholikentage* passaram a representar a organização maior dos católicos alemães, constituindo-se numa assembléia geral anual, onde se definiam as grandes diretrizes do social-catolicismo. Os temas de primeira linha convergiam sempre em torno de uma análise de conjuntura, preocupados que estavam com a ordem social, e de busca de formas de auto-sustentação e ajuda mútua dos católicos.⁶² A partir destas discussões internas, surgiram as associações *Vinzens* ou *Elisabeth*, a grande maioria delas organizadas e dirigidas por nobres que se dispunham a ajudar aos camponeses e aos operários pobres. Na organização destas associações caritativas revelou-se de forma mais explícita a face assistencial e paternalista das atividades sociais dos católicos. A aproximação das camadas menos favorecidas pode ser vista como vínculo intencional que a alta esfera eclesiástica buscava para a manutenção de um certo controle sobre o culto dos valores morais e sobre a possibilidade da emergência de possíveis movimentos revolucionários.⁶³

O período da reação permitiu aos católicos uma maior organização. A Igreja conseguiu, com isto, reforçar a sua posição e sua influência junto aos poderes estatais.

3. UM ENFOQUE ÉTICO DA ABORDAGEM SOCIAL E POLÍTICA: ROMANTISMO X LIBERALISMO.

Apesar da reação da Igreja ao avanço do liberalismo, o que não foi possível estancar foi o avanço técnico e industrial. O filósofo Antônio Paim assegura que:

⁶² Idem, p. 77-87.

⁶³ KRUIP, loc. cit., p. 202.

*“Nas análises do processo de formação da sociedade industrial cumpre partir do quadro real no qual ela tem lugar. As condições vigentes na Europa do século XIX apresentavam-se extremamente desfavoráveis. Entre 1789 a 1820, na França, a mortalidade infantil até um ano era de 200 por mil e até cinco anos de 310 por mil. Em 1890 a mortalidade infantil até um ano mantinha-se muito alta e alcançava 150 por mil. No começo daquele século a média de vida situava-se abaixo dos 30 anos”.*⁶⁴

As epidemias eram, ainda, grandes causadoras de morte. O crescimento industrial, acompanhado por um marcante processo de urbanização, contribuiu para a melhoria das condições de saneamento, fez com que os serviços se expandissem, principalmente na área da saúde, o que concorreu substancialmente para o crescimento da população. Isto não evitou, contudo, que os níveis de pobreza sobressaíssem, assim que *“os países que aparecem como os mais empobrecidos são aqueles em que se estima número menor de indigentes e entre o povo mais admirado por sua opulência, uma parte da população é obrigada a contar com dádivas dos outros para sobreviver”*.⁶⁵ Diante deste paradoxo, Ritter informa que de 1800 a 1848 os trabalhadores assalariados na Alemanha passaram de 85.000 para 900.000, dos quais 100.000 trabalhavam nas minas, 200.000 no setor manufatureiro e 600.000 nas fábricas.⁶⁶ Na Prússia, considerando as fronteiras da época, a população duplicou no período de 1800 a 1846, assegura Hobsbawm.⁶⁷

O desenvolvimento tecnológico, desde a invenção da máquina a vapor, do tear mecânico, até o transporte ferroviário, que teve sua primeira linha na Alemanha de

⁶⁴ PAIM, Antônio. *Evolução histórica do liberalismo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987, p. 70-1.

⁶⁵ Idem, p. 71.

⁶⁶ RITTER, op. cit., p. 23.

⁶⁷ HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções (1.789-1.848)*. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1.982, p. 189.

Fürth a Nürnberg, em 1835, imprimiu uma nova dinâmica no conjunto das relações sociais, numa perspectiva dialética de superação das estruturas feudais e de afirmação do modo de produção capitalista. Organizaram-se, por conta desta dinâmica, três mercados: o da força do trabalho, em virtude da liberação dos servos, o do comércio, decorrente da própria união aduaneira, e o do dinheiro, com a organização de sociedades anônimas e de bancos.⁶⁸ Esta re-aglutinação das forças produtivas da sociedade não foi pouco traumática. Ela fez com que significativa parcela da sociedade perdesse seus meios de produção tradicionais, obrigando-se a encontrar um novo espaço de produção da vida, tendo que migrar, na maior parte das vezes, do campo para a cidade, ou mesmo emigrar.⁶⁹ Nos grandes centros industriais teve que se sujeitar a ofícios sobre os quais não possuía domínio tecnológico, quando não se submetia a uma humilhante disputa por um espaço de trabalho, num ambiente desconhecido, por uma indigna remuneração e uma jornada de trabalho estafante. Esta condição não era privilégio dos homens, mas estendia-se a mulheres e crianças, com a agravante de que eram mais prestativas ao ímpeto da exploração. O pastor Hermann, considerando a gravidade da questão social na Alemanha, chegou a afirmar que *“a pobreza e a miséria têm sua origem na fábrica e por isso a indignação de grande parte da população tem se multiplicado”*. Os salários são baixos e as despesas semanais elevadas, de tal sorte que não restava ao trabalhador nenhuma alternativa para sanar o desequilíbrio orçamentário.⁷⁰ Nesta circunstância, toda a família, até os filhos com faixa etária em torno de cinco a seis anos, não estava a salvo da contribuição com os rendimentos familiares. A indignação crescente gerou revoltas localizadas, muitas delas sem grande repercussão e desdobramento pela falta de organização dos trabalhadores assalariados.

⁶⁸ KRUIP, loc. cit., p. 198.

⁶⁹ HOBSBAWM, op. cit., p. 190.

⁷⁰ RITTER, op. cit., p. 22.

A industrialização tardia de grande parte dos estados alemães, principalmente em função dos conflitos de fronteira e do próprio domínio napoleônico, fez com que as tensões no campo perdurassem. Os pequenos proprietários da região do Reno assumiram uma postura contra-revolucionária e de resistência à modernização, na perspectiva de manutenção do seu status. A ideologia liberal não contemplava a intervenção do Estado na economia, o que o tornou inoperante frente as grandes questões sociais que se constituíram na Alemanha. Não restava ao Estado outra coisa, senão dar à Igreja o caminho livre, como a tranquilidade e a segurança necessárias para se dedicar a estas questões emergentes.⁷¹ Nestas circunstâncias se forjou o pensamento social cristão católico.

O romantismo alemão foi um movimento que atingiu a esfera da espiritualidade como um todo. Constituiu, sobretudo, uma reação ao iluminismo, que dava primazia à razão, consagrando-a como única norma digna para a conduta humana em todas as circunstâncias e níveis, e ao liberalismo, que elevava o indivíduo em sua plena liberdade como categoria basilar de referência. O romantismo como reação a esta forma rígida e excludente de visão de homem, passou a valorizá-lo na sua totalidade, destacando a dimensão irracional, emocional e sentimental da existência do homem. Com o romantismo, como fenômeno geral da cultura, buscou-se resgatar o sentido da especificidade das leis da vida em oposição ao cálculo racional e, ao mesmo tempo, conceber a realidade como uma grande unidade orgânica. O sentir-se fazendo parte do grande organismo do universo só seria possível a partir da intuição da totalidade como unidade orgânica. Esta visão permeou, também, o sentido da história, que passou a ser considerada como algo que não pode ser deduzido matematicamente, mas apreendido a partir da percepção da vida como um contínuo progresso, ou seja, uma prospecção para o infinito, num constante vir-a-ser.

⁷¹ Idem, p. 36.

Na questão ética e social destacou o homem a partir de um profundo sentido de pertença ao grande organismo de universo. Do mesmo modo a sociedade, os povos e a humanidade foram concebidos como elementos integrantes de uma grande unidade orgânica. Pensadores como Frederico Schleiermacher (1768-1834) e o dinamarquês Sören Kierkegaard (1813-1855) passaram a influenciar o pensamento romântico alemão. O romantismo medievalista temia que a aceitação do princípio do raciocínio em substituição a obediência poderia se constituir em fator de desestabilização política e social.⁷²

O romantismo alemão contribuiu para a fundamentação do pensamento social cristão católico, apresentando os princípios do corporativismo como elementos importantes na organização religiosa e resgatando o tradicionalismo francês e a ordem pré-revolucionária na perspectiva de constituição de uma Igreja racional dogmática. O pensamento social católico apresentou-se como perspectiva clara para a definição da missão da Igreja na nova ordem social. O empobrecimento, o perigo da industrialização e a decadência das camadas sociais tornaram-se eixos temáticos centrais para a fundamentação da ação pastoral e do pensamento social. “*As dificuldades, a grandeza, a urgência destes compromissos sociais me enchem da maior alegria*”, afirmava Ketteler em assembléia geral da associação católica, em outubro de 1848.

“Não é a necessidade que me alegra, com a qual, aliás, partilho o mais profundo sentimento, nem a miséria dos meus irmãos, - não, mas que agora terá que se demonstrar qual a igreja que traz consigo a força da verdade divina. Isto irá evidenciar, que a Igreja Católica é a única preparada para

⁷² HOBSBAWM, op. cit., p. 252.

*dar solução às questões sociais; pois o Estado, pode determinar como ele quiser, não tem força para isto”.*⁷³

Nestas palavras está expressa uma apologia sociológica que aponta para a tentativa de auto-afirmação do catolicismo frente à burocracia do Estado, dos partidos e das organizações liberais. Carrega, também, a rivalidade confessional, notadamente frente ao protestantismo progressista e de algumas de suas modalidades, crescentemente apoiadas pela força econômica, política e, por vezes, militar. Ademais, embora não houvesse concordância dos bispos alemães quanto a isto, o anúncio do dogma da Imaculada Conceição, em 1854, e a proclamação da infalibilidade do papa aumentaram as resistências à Igreja Católica. Pio IX assumiu uma postura antiliberal, confessada nas encíclicas *Quanta Cura* e *Syllabus*, de 1864, pela condenação que fez ao movimento de laicização e de democratização da sociedade e pela afirmação de princípios centralizadores e autoritários que conclamaram o retorno aos valores greco-cristãos. A centralização dogmática e institucional da Igreja universal no papado e o questionamento da legitimidade do poder temporal sem o aval religioso constituíram-se temas de referência a partir destas encíclicas. A imagem de uma instituição atrasada, intransigente e inimiga do progresso e da modernização alimentou o discurso dos seus adversários⁷⁴, aumentando crescentemente o distanciamento entre a Igreja e o Estado.

A industrialização na Alemanha não esteve isenta da forte presença do Estado. De 1862 a 1871 a Prússia anexou principados, cidades livres e territórios, em decorrência das guerras que travou contra a Dinamarca, contra a Áustria-Hungria e contra a França. Instituiu o *Reich*, primeiro Império Alemão, sob a forma de confederação, com a hegemonia da Prússia e com a direção política capitaneada pelo

⁷³ RITTER, op. cit., p. 36.

⁷⁴ KRUIP, loc. cit., p. 199.

todo poderoso ministro Bismarck.⁷⁵ O Estado autoritário instalado no Império Alemão, ao mesmo tempo em que controlava o avanço liberal e se opunha aos ensaios socialistas, exerceu controle sobre a Igreja Católica. A instituição das leis do *Kulturkampf*⁷⁶ pretendia inibir a ação pastoral da Igreja Católica, na tentativa de minimizar sua influência cultural e política no conjunto da sociedade industrial em formação.

Inspirada numa visão romântica da realidade e embasada na perspectiva teocrática de poder, a Igreja representava para o Estado e para alguns segmentos da sociedade um potencial reacionário frente às inovações que vinham ocorrendo na ordem sócio-econômica e política. A proibição do clero de fazer crítica pública a qualquer medida governamental, através do *Kanzelparagraph*⁷⁷, instituído em 1871, revela a preocupação que o Estado teve frente ao poder de mobilização social da Igreja. A marcante presença da Igreja Católica na educação e na formação cultural do povo alemão, presa na tradição e contrária ao modernismo, fez com que o Estado a impedisse de exercer influência sobre as escolas, a partir de 1872.

O âmago da questão residia mesmo na formação do clero e na sua orientação pastoral e doutrinária. A partir da ótica do Estado parece ter se evidenciado que esta mudança de postura poderia encontrar resultado a partir de duas medidas de profundo impacto no interior do catolicismo: a formação dos sacerdotes em universidades estatais (*Maigesetze*, 1873/1874) e a proibição da Companhia de Jesus, em 1872. A Companhia de Jesus pode ser referenciada como estandarte da moralidade e como propulsora da universalidade da Igreja Católica, além de desempenhar importante papel de agente de formação no universo da educação. A formação do clero em

⁷⁵ KREUTZ, *O professor paroquial...*, p. 18/19.

⁷⁶ Idem, p. 32-4.

⁷⁷ O *Kanzelparagraph*, representou uma certa prescrição de púlpito, decorrente das leis do *Kulturkampf*, que proibiram ao clero qualquer crítica pública às medidas governamentais adotadas na Alemanha.

universidades estatais tirava da Igreja Católica a liberdade de estabelecer os seus currículos e de indicar os seus professores, o que representava o fim da sua autonomia sobre a orientação doutrinária e pastoral. Esta forma de intervenção representou uma investida contra a consciência que a Igreja tinha de si mesma e contra a sua liberdade no agir.

A formação científica do clero, que ficou expressa nas leis do *Kulturkampf*, revelou a preocupação com a mudança dos paradigmas que alentaram a formação religiosa, com o que se presumia, também, uma mudança de postura da Igreja Católica frente ao novo contexto social em formação. Através do controle do Estado sobre a formação do clero buscava-se revelar uma nova modalidade de ser, a partir dos ideais do nacionalismo e da sociedade burguesa. Os valores da tradição católica, inerentes ao corpo doutrinário da Igreja, contrapunham-se, entretanto, a este intento e traduziam manifestamente os valores morais, que eram projetados como horizonte de liberdade e tidos como constitutivos da qualidade específica do que a vontade deve livremente querer e informar ao sujeito em sua subjetividade para torná-lo bom. Estes valores eram os religiosos, constituídos, sob o ponto de vista objetivo, por Deus, pelo divino e por tudo que entra em relação com o sagrado. O valor religioso realiza-se na religião, através de atitudes de fé e de piedade. O Estado alvejava, à primeira vista, as questões inframorais, como os valores econômicos e os da ordem política, considerados em seu estado objetivo, visando prosperidade e êxito.

O enfoque ético para a abordagem da questão política do enfrentamento da Igreja com o Estado tem a pretensão de caracterizar a profundidade e o alcance que as leis do *Kulturkampf* tiveram no seio da Igreja e sobre a sociedade. A introdução do casamento civil tornou-se a expressão maior do conflito entre a ética social-cristã católica com a nova ordem pretendida pelo Estado. O matrimônio sempre foi considerado como um sacramento pelo qual Deus operava a unidade familiar,

revelando nela o dom da vida e o curso da felicidade. Com a substituição do sentido do sagrado pelo do vínculo contratual, o Estado rompeu, de certa forma, com o fundamento religioso de concepção de sociedade da Igreja Católica. A família como unidade nuclear, constituída por Deus para continuar a obra da criação e revelada no modelo da Sagrada Família, passou a ser considerada como uma instituição social concebida a partir do direito natural.

Os bispos e o clero da Alemanha buscaram boicotar as leis do *Kulturkampf*. Instalou-se um ambiente de verdadeira perseguição religiosa, que se traduziu em prisões e expulsões de muitos sacerdotes do país. As medidas repressivas de Bismarck não intimidaram os católicos. Pode-se dizer, ao contrário, que contribuíram para criar elos de solidariedade e de unidade muito fortes entre eles, criando um número significativo de associações, com finalidades diversas, mas sempre defensivas frente ao Estado, ao avanço do liberalismo e às ameaças do socialismo.⁷⁸

No contexto político, os católicos fizeram convergir as suas reivindicações em torno do Partido do Centro – *Zentrum*.⁷⁹ August Reichensperger, em companhia do seu irmão Franz Peter, fundaram em 1852 a Fração Católica - *Katholische Fraktion* -, que, a partir de 1859, passou a ser denominada e a se constituir no Partido do Centro, ou, simplesmente, no *Zentrum*⁸⁰, que agregou a quase totalidade dos católicos, tornando-se expressão da principal força política para fazer frente às influências dos liberais e dos socialistas. O Partido do Centro conseguiu demonstrar uma certa identidade política, de tal sorte que promoveu uma relativa aproximação ideológica entre os católicos. O próprio Bismarck começou a se acerrar do Partido do Centro em vista da manutenção das suas pretensões políticas.

⁷⁸ KRUIP, loc. cit., p. 199.

⁷⁹ HOFFMANN, op. cit., p. 94-108.

⁸⁰ Veja-se a respeito: HEINEN, Ernst. *Staatliche Macht und Katholizismus in Deutschland*. 1.band: bis 1.867. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 1969, Cap. III, p. 97 e seguintes.

4. NOVAS POSTULAÇÕES FILOSÓFICAS DIANTE DA QUESTÃO SOCIAL.

Os problemas sociais que afloraram a partir da formação da sociedade industrial, não isentaram a Igreja Católica da formulação de um referencial que pudesse fazer frente e apresentar uma luz para as questões sociais emergentes. Herdeira de uma prática centenária que veiculava uma cosmovisão teocêntrica e que inspirava, ao mesmo tempo, uma concepção teocrática de poder para uma sociedade organizada a partir da ordem fundamentada no princípio da obediência e da predestinação em base aos desígnios de Deus, a Igreja Católica viu-se, de certa forma, surpreendida com o avanço da modernidade introduzida a partir da industrialização. A mudança da realidade social pela introdução de novos meios de produção, de novos campos de trabalho, pela instabilidade do próprio espaço de trabalho, e pela conseqüente mobilidade social, requereu o esforço da compreensão do novo campo pastoral e o da exegese dos sinais dos tempos para a apropriação do discurso doutrinário. A mudança da postura da Igreja diante da nova realidade não foi consensual no seu interior. Grande parte do clero e de fiéis reagiu negativamente a qualquer inovação, temendo que a Igreja Católica pudesse se tornar suscetível aos rumos propostos pelos movimentos revolucionários de cunho liberal ou socialista, ou, até mesmo, ser atingida pela raiz de todos os males, que se nutria, em última instância, na ótica do pensamento social católico, no protestantismo.⁸¹ Afinal, o pensamento moderno se nutria da valorização da existência livre, da ética do desejo, da experiência da mundanidade fenomenológica e da busca da felicidade sensível e mundana, o que afrontava os paradigmas do catolicismo tradicional.

A reorganização do trabalho e, por extensão, da sociedade tornaram-se temas recorrentes para as diferentes escolas filosóficas do século XIX. O marxismo, na

⁸¹ ROMANO, Roberto. *Conservadorismo romântico: origem do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 100 e seguintes.

fundamentação do materialismo histórico, define o homem como aquele que, sempre em colaboração com os outros homens, produz a si mesmo pelo trabalho e, ao se produzir, reproduz a sua vida, que é primariamente vida material. A manutenção e o desenvolvimento da vida dá-se através da produção econômica, de tal sorte que a história da humanidade é condicionada, fundamentalmente, pela produção da vida material, segundo o aspecto sócio-econômico. Nesta perspectiva, a cultura humana se constrói, portanto, pelo trabalho que, produzindo os meios de satisfazer as necessidades sempre mais complexas, transforma a natureza e lhe dá sentido materialista. A divisão do trabalho por tarefas, que se constitui no argumento primeiro do materialismo dialético, afastou o homem da natureza e do produto do seu próprio trabalho. Com isto, o trabalho perdeu o sentido de mediador entre o homem e a natureza e dos homens entre si. Deixou de se revestir do caráter de colaboração, uma vez que dividido o trabalhador não consegue apreender o seu resultado como um todo. Na divisão do trabalho operou-se esta ruptura, que fomentou a divisão dos homens tanto nas formas de ocupação quanto nas de apropriação dos resultados do trabalho. Originaram-se, desta forma, interesses diversos na sociedade que motivaram a formação das classes e fomentaram a luta de classes. Marx percebeu que, no seu tempo, a divisão que se operou no universo do trabalho não mais levava a uma comunhão no resultado final do trabalho dividido e sim a uma ruptura que distribuiu injustamente o produto final. Embora não haja uma definição precisa de classe social, o marxismo fundamenta a sua doutrina no princípio da evolução natural, pela qual, através da luta de classes e com uma revolução internacional para a instauração da ditadura do proletariado, mais cedo ou mais tarde, a sociedade chegaria ao estágio do comunismo. A organização sindical seria um instrumento precioso e do qual não se poderia prescindir para alcançar tal fim. Tudo o que poderá mudar a ordem social capitalista e prolongar a sua existência terá que se inspirar no socialismo, segundo Marx.⁸²

⁸² SHÜRMANN, op. cit., p. 7/8.

O liberalismo, que colocou em evidência os ideais do humanismo renascentista, pela valorização do racionalismo, do naturalismo e do individualismo, em contraposição à cultura medieval, que consagrava o sobrenatural, a revelação e a comunidade cristã, teve que se reciclar diante dos movimentos sociais, que encontravam na proposta socialista forte ressonância. O homem natural, bom, dinâmico, capaz de encontrar em si mesmo as raízes da própria realização, sem necessidades de complementações vindas de fora ou de cima, deveria, agora, diante das novas circunstâncias, garantir o seu espaço de liberdade para poder ser e agir.⁸³ Uma das condições para garantir este espaço seria a propriedade individual, tida pelo marxismo com origem das injustiças sociais. O novo contexto, que colocou em evidência o problema social, principalmente a partir da variável trabalho, motivou o discurso do liberalismo social, com o intuito primeiro de afastar o trabalhador do marxismo. A grande questão da fundamentação teórica residia no problema de como promover a passagem do terreno individual para o social. No universo teórico, a saída apresentada foi a da concepção da individualidade social a partir da corporação. A corporação passou a ser entendida com uma espécie de unidade produtiva, revestida, de certa forma, de um sentido profissional. No terreno prático, o liberalismo social incentivou a formação de partidos liberais progressistas e de sindicatos.⁸⁴

5. SOCIAL-CATOLICISMO E ASSOCIATIVISMO CRISTÃO

A preocupação pelos problemas sociais na Alemanha pode ser apreendida a partir de alguns precursores do pensamento social cristão católico. Estes precursores buscaram encontrar respostas que pudessem se antecipar aos problemas do seu tempo.

⁸³ LARA, Thiago. *Caminhos da razão no Ocidente*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 70-4.

⁸⁴ SHÜRMAN, op. cit., cap. II.

Já no início do século XIX, Adam Müller, nascido em Berlim de família protestante e convertido ao catolicismo, fez uma crítica ao liberalismo capitalista, que assegura ter empobrecido o trabalhador. Para ele a terra, o capital e o trabalho não representam a riqueza em si. Para recuperar o equilíbrio e a ordem social seria necessário criar instituições confiáveis na sociedade civil que permitissem, através do seu fomento, ajudar ao trabalhador a recuperar o que ele perdeu através do sistema industrial. Para isto, propôs a organização dos trabalhadores em corporações e a instituição de bancos de poupança (*Sparbanken*), que constituiriam um meio de aglutinar a força de trabalho e de abrir possibilidades de ganhos ou de reserva de algumas garantias. Onde o trabalho e o capital se separam um do outro, se evade a função essencial da política, que repousa no espírito do associativismo e no sistema de cooperação. Isto suscita o princípio da hostilidade, o que conduz à morte política.⁸⁵

Os desequilíbrios causados pelo capitalismo industrial no universo do trabalho e da organização social privaram a sociedade da liberdade. Franz von Baader enfatizou, em 1835, que “*para se alcançar liberdade plena o homem deve renunciar a seus interesses privados, fazendo com que convirjam para os interesses sociais das corporações*”. Desta forma, a liberdade social seria consoante a que é produzida e vivenciada na vida orgânica das corporações. Por conta desta afirmação desenvolveu dura crítica à sociedade capitalista, norteadas pelo individualismo exacerbado e apresentou um modelo idealizado de sociedade, ordenada por estamentos e corporações, aos moldes da sociedade medieval. Este modelo teria que se basear em dois elementos constitutivos: o primeiro, em associações, oriundas dos próprios operários, e o segundo, em corporações, pelo agrupamento das associações pelos governos para a sua fiscalização e gerência. O primeiro elemento por si só não constituiria razão suficiente para evitar os riscos da subversão da ordem social.⁸⁶

⁸⁵ RITTER, op. cit., p. 30; SHÜRMAN, op. cit., p. 12.

⁸⁶ SHÜRMAN, op. cit., p. 12 e 13.

A idéia da intervenção do Estado nas questões sociais para promover a defesa dos trabalhadores encontrou expressão pública e política, em primeira instância, em 1837, quando o deputado Franz Joseph Ritter von Buss fez seu pronunciamento no parlamento alemão sobre os problemas sociais. Ao examinar as condições de industrialização de Baden, destacou que com a industrialização a sociedade passou da influência de um patriarcalismo agrário para uma oligarquia do capital. A inexistência de princípios reguladores do trabalho provocou a exploração dos trabalhadores, fazendo com que, além da disputa pelos postos de trabalho, os ganhos fossem tão minguados que obrigou a todos os membros da família a concorrer para a produção da subsistência. A exploração do trabalho das crianças e das mulheres e a prolongada jornada de trabalho conduziram às doenças, ao desamparo da família e a insatisfação social. Por esta razão Buss reivindicou uma política social que previsse a proteção do trabalhador nas fábricas e a fomentação de instituições de amparo ao trabalhador. Era preciso *“a proteção do trabalhador diante do dono das indústrias para que não se introduza a servidão nas fábricas”*.⁸⁷ Mesmo assim a produção industrial era entendida de forma positiva. *“A indústria traz o progresso econômico e técnico, gera postos de trabalho para muitos, mas ao mesmo tempo gera o desemprego, a miséria e exploração das mulheres e crianças, que se constituem no principal vírus da doença social”*.

De origem humilde, Buss entendeu que os pobres necessitam de amparo e de apoio para poderem se reorientar na vida. Carecem de educação profissional e orientação para o trabalho e para a sua organização profissional. Fundou, com este intuito, em 1847, em Freiburg, a Sociedade Vicentina – *Vicenzverein*. Era uma sociedade beneficente que buscava amparar, no universo do seu distrito eleitoral, os agricultores famintos. Fomentou o surgimento das Associações Católicas, que organizadas em distritos, poderiam, em consonância com as linhas de ação pastoral da

⁸⁷ Idem, p. 10.

Igreja, desenvolver políticas sociais e promover a organização dos trabalhadores a partir das suas necessidades e das suas ocupações. Era preciso evitar a todo o custo o *pauperismo*. Dizia: “*assim como o médico tem que exercitar a sua cura a partir da doença, que ele descobre no doente, assim temos que assumir a sociedade tal qual a descobrimos e a partir de uma visão retrospectiva e prospectiva propor alternativas*”.⁸⁸

Foi com os irmãos Reichensperger que o social-catolicismo começou a ter expressão política mais consistente na esfera pública dos poderes constituídos. August e Peter Reichensperger nasceram no início do século XIX, em Koblenz. Estudaram e formaram-se em direito nas universidades de Bonn e Heidelberg. August fez especialidade na universidade de Berlin. Desenvolveram uma carreira de destaque nos serviços públicos. Ambos ocuparam os postos de juízes de direito em diferentes cidades. Chegaram à função de juízes de apelação em Köln. Peter respondeu pelo Supremo Tribunal de Berlin. Na atividade política tornaram-se representantes dos católicos como deputados. Tendo percebido que o Estado, por si só, era inoperante diante das questões sociais, passaram a centrar as suas ações em torno da Igreja Católica. Participaram do *I Katholikentag*, em Mainz, em 1848, e fundaram, como já foi visto anteriormente, em 1852, a Fração Católica, que em última instância era uma associação católica em defesa da liberdade de ação pastoral da Igreja Católica. A Fração Católica passou a ser denominada, a partir de 1859 de Fração do Centro, ou Partido do Centro, ou, ainda, de *Zentrum*.⁸⁹

Peter Reichensperger acreditava que a base dos problemas sociais poderia ser estancada com uma intervenção na questão agrária. O êxodo rural e as migrações traziam uma instabilidade social que representava risco para a própria ordem social. Neste sentido, o Estado poderia manter presença ativa através da criação de caixas de

⁸⁸ RITTER, op. cit., p. 43-49.

⁸⁹ HEINEN, op. cit., p. 100, 109-110 e 154.

poupança e de crédito para a agricultura, o que poderia significar um estancamento destes problemas e, ao mesmo tempo, um fomento para as atividades produtivas que tivessem origem no setor agrícola. Peter inspirava-se, parcialmente, nos princípios da escola de Adam Smith, que rezavam que *“a sociedade é constituída de indivíduos soberanos de certa constituição psicológica, que buscam os seus próprios interesses através da competição entre uns e outros. Estas atividades deixadas fora do controle produziriam não só uma ordem social ‘natural’, mas também o mais rápido aumento possível da riqueza das nações”*.⁹⁰

A base desta ordem natural seria a divisão social do trabalho. A existência de uma classe de capitalistas, donos dos meios de produção, beneficiaria a todos. Peter Reichensperger afirma que a liberdade de ofício e a concorrência constituem a energia da força de produção. Afirma que a máquina multiplica a força de trabalho, mas em momento nenhum pode substituir o homem. Para que não houvesse um desenfreado impulso dos interesses individualistas seria necessária uma intervenção legal na livre organização da economia para que se pudesse solucionar os problemas sociais. Entende que a necessária livre concorrência e a produção industrial deveriam ser purificadas pelo espírito comunitário, onde o novo espírito cristão da Igreja Católica teria muito a contribuir. Este espírito se traduziria, em última instância, na democratização do trabalho, do capital e da indústria e, sobretudo, numa organização do trabalho. O princípio da descentralização exclui a grande indústria. O espírito corporativo é, para Reichensperger, o princípio de organização social contra toda a centralização. Visualizou, desta forma, uma sociedade organizada a partir de cooperativas de trabalho, purificada pela ética cristã e pelo espírito comunitário, a exemplo das comunidades eclesiais.⁹¹

⁹⁰ HOBSBAWM, op. cit., p. 258-9.

⁹¹ RITTER, op. cit., p. 47-49.

Incidem, no entanto, sobre Emanuel Guilherme Ketteler as maiores referências relativas à construção do pensamento social cristão católico na Alemanha. Nascido em Münster, em 1811, formou-se em Direito e se tornou notário da sua cidade. Convicto de que a Igreja Católica poderia desempenhar um papel de suma importância no trato das questões sociais através da socialização da mensagem da doutrina cristã, abandonou o serviço público em virtude da polêmica que se criou entre o arcebispo de Colônia e o Governo em torno do batismo e da educação católica dos filhos nascidos de casamentos mistos, e dedicou-se aos estudos teológicos em Munique. Ordenou-se sacerdote em 1844 e como bispo de Magúncia, a partir de 1850, transformou-se num dos mais arrojados defensores da liberdade política e religiosa. No Concílio Vaticano I declarou-se contrário à infalibilidade do Papa. Seus passos progressivos de análise da questão social e das medidas concretas que propunha para o seu equacionamento tiveram influência decisiva no desenvolvimento do social-catolicismo na Alemanha e influenciaram, de modo significativo, o pensamento social da Igreja Católica a ponto do Papa Leão XIII denominá-lo de seu predecessor.⁹²

Na verdade, a atuação de Ketteler no campo doutrinário e político foi marcante. Elaborou uma doutrina nova de propriedade. Na sua análise da questão social identificou as concepções errôneas que o liberalismo e o socialismo fizeram da propriedade. Para ele residia aí o problema central do seu tempo. Pioneiro na relação do tomismo com a questão social, recorreu a Santo Tomás para justificar o destino universal dos bens da terra e, por decorrência, para definir a função social da propriedade. Reconheceu, no entanto a necessidade da existência da propriedade para garantir a boa administração destes bens. Admoestou que

“não somente não-cristã, senão também contra a natureza é esta doutrina que faz do homem o deus de seus bens e lhe dá o direito de usar os frutos de

⁹² VERBO – *Enciclopédia Luso-brasileira de Cultura*. 11 v. Lisboa: Verbo, 1971, p. 1103.

*sua propriedade para a satisfação dos seus prazeres e para suas libertinas diversões sensuais, frutos que teria que dar aos seus irmãos pobres; não somente não-cristã, senão também contra a natureza, é esta outra doutrina da comunhão de bens, que é enganosa quanto à administração dos bens. Esta doutrina chegaria à destruição destes bens, à destruição de toda a administração efetiva, à revolução de toda a ordem, e de toda a paz e por isso frustraria o objetivo natural dos bens”.*⁹³

Os grandes problemas sociais do seu tempo residiam, na percepção de Ketteler, na avareza dos ricos e dos possuidores dos bens, que negam as leis naturais mais elementares e gastam suas fortunas sem repartir com os pobres que morrem de fome. Para que houvesse este desvirtuamento encontrou a seguinte explicação:

“O mundo abandonou a Cristo, rechaçou a redenção em Cristo, por isso está entregue ao domínio dos vícios – essa é a última e mais profunda causa de nossos sofrimentos e nossa situação social. Não porque seja indócil ou lhe falte formação humana geral, senão porque serve à avareza e aos desejos do prazer como escravo miserável, por isso o rico despreza o mandamento de Deus que diz que tem que compartilhar de sua abundância com o pobre; e não porque na escola não tem aprendido bem a sua lição, senão porque serve a pobreza como escravo, por isso o pobre estende a sua mão aos bens do rico e despreza o mandamento de Deus: não roubarás! Dominados por impulsos e vícios pecaminosos, os homens já não são capazes de reconhecer as verdades naturais mais óbvias quando estas se

⁹³ KRUIP, loc. cit., p.201.

*contrapõem à suas inclinações. A apostasia do cristianismo é a causa da nossa miséria; sem reconhecer isto não há salvação”.*⁹⁴

Na primeira Assembléia da Associação dos Católicos da Alemanha, realizada em 1848, Ketteler expressou suas idéias sociais em torno do tema “o espírito do trabalho cristão”, enfocando a questão a partir da ótica do amor ao próximo como postulado concreto para uma política social. “*Deus criou o universo por um ato de amor (...) e somente Cristo poderá dar a verdadeira resposta aos problemas sociais*”. “*Dediquei a minha vida toda ao serviço do povo pobre, ali que aprendi a conhecê-lo e tanto mais aprendi a amá-lo*”.⁹⁵ Entendeu que não era o Estado, mas somente a Igreja Católica que poderia formular as respostas às verdadeiras questões sociais.⁹⁶ Esta perspectiva exclusivista revela a postura defensiva que a Igreja tomou e expressa o caráter assistencial e paternalista da proposta pastoral do social-catolicismo. O exclusivismo e o paternalismo constituíram as características mais marcantes do movimento social católico.

Alternativas como as da organização do trabalho, da criação de caixas de poupança e a proteção alfandegária poderiam ser proveitosas para a solução dos males sociais, mas não suficientes enquanto não traduziam um compromisso moral de amor e não um compromisso forçado. O tom da moralidade permeou o discurso social da Igreja Católica.

Como instituição social, a Igreja foi tomando, cada vez mais, consciência de que o maior problema que a ela se apresentava era o de manter o controle social. O padre Adolf Kolping (1813-1865) percebeu que nas associações de aprendizes controladas pela Igreja, a situação de carência das necessidades básicas não permitia

⁹⁴ KETTELER, W. E. “Die katholische Lehre von Eigentum”, citado em: KRUIP, op. cit., p. 201-2.

⁹⁵ RITTER, op. cit., p. 93 .

⁹⁶ SHÜRMAN, op. cit., p. 19-20.

que o discurso eclesiástico tivesse ressonância, porquanto não se buscasse recuperar a dignidade das pessoas, restituindo-lhes a confiança, para depois lhes conquistar a alma. A pastoral deveria se revestir, portanto, de uma faceta pedagógica, que deveria se estender para o terreno da educação, da formação profissional e da tomada de consciência dos indivíduos.⁹⁷

Inspirado no pensamento de Kolping, Ketteler percebeu que as causas da questão social não residiam somente e em primeiro lugar na ausência do religioso, senão nas mudanças sociais e no desenvolvimento do capitalismo. A centralização crescente do capital e o também crescente distanciamento do trabalhador dos resultados do seu próprio trabalho, e a exploração da força de trabalho pela força do capital, constituíam-se nos fatores básicos da perda dos valores morais, da desintegração familiar e social, da miséria e das grandes tensões sociais. O trabalho e o homem passaram a ser considerados, segundo Ketteler, como mercadorias e a força do trabalho como máquina. Diante disto, infere que o único meio para enfrentar esta situação seria a organização dos operários para defender seus direitos e seus interesses e a intervenção do Estado para levar adiante uma política social efetiva.⁹⁸ À Igreja caberia, neste ínterim, desenvolver um trabalho pastoral de apoio solidário às organizações operárias, independentes da tutela religiosa e política. Com este trabalho de apoio de partilha na luta, poderia se ganhar a alma do proletariado.⁹⁹

Uma outra vertente do pensamento social cristão teve na doutrina do solidarismo o fulcro para a solução dos problemas sociais. O jesuíta Heirinch Pesch (1854-1926) afirmava que, “*devido à natureza social do homem, pessoa e sociedade são mutuamente relacionadas e dependentes, donde resulta o dever moral de trabalharem uma pela outra*”. A partir desta concepção desenvolveu o seu sistema de

⁹⁷ RITTER, op. cit., p. 88-9.

⁹⁸ KRUIP, op. cit., p.204.

⁹⁹ Ibidem.

trabalho social, que não se fundamentou no liberalismo, nem no socialismo, mas na solidariedade cristã. Tratava-se, portanto, “*não da socialização dos meios de produção, mas sim dos homens*”.¹⁰⁰ Muitas das concepções de Pesch encontraram eco na encíclica comemorativa dos quarenta anos da *Rerum Novarum*, a *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, que trata da restauração e da defesa da ordem social.¹⁰¹

O posicionamento do social-catolicismo frente ao liberalismo e ao socialismo ficou cada vez mais claro. Franz Hitze (1851-1921) alertou que as mudanças que estes dois conjuntos doutrinários propõem seguem esquemas mecânicos. Somente a volta ao cristianismo poderia manter a paz social no mundo, porque só a *religião do amor*, do altruísmo social, poderia vencer os males sociais. “*Façam o mundo cristão e a questão social estará solucionada*”.¹⁰² Ciente das táticas do socialismo, propôs uma organização da sociedade paralela ao desenvolvimento industrial. A organização dos trabalhadores não poderia ficar restrita às corporações locais, mas teria que tomar uma dimensão nacional e, posteriormente, internacional. Do contrário não poderia fazer frente ao capital, que cada vez mais se internacionalizava. “*Somente uma iniciativa geral, forte e efetiva pode nos salvar do horror da revolução social. Pois que a Alemanha católica nos ensine o caminho!*”¹⁰³ Hitze procurou demonstrar os prejuízos que o subjetivismo religioso, político e social causaria à sociedade. No seu entendimento, o protestantismo enquanto sistema religioso não conseguiria ler a questão social. Daí que acreditava que cada crente protestante poderia ser, em muitas situações de perigo social, um aliado, não só nas questões de interesse das comunidades, mas no sentido “*que o conteúdo comum do cristianismo é o suficientemente grande para que como cristãos possamos conviver e*

¹⁰⁰ KOCH, Ludwig. *Jesuiten-Lexikon*. Paderbon: Verlag Bonifacius-Druckerei, 1934, coluna 1407.

¹⁰¹ VERBO – *Enciclopédia luso-brasileira de cultura*, p. 1882.

¹⁰² SHÜRMAN, op. cit., p. 56.

¹⁰³ KRUIP, loc. cit., p. 206.

nos amar”.¹⁰⁴ Este é um elemento novo, que, apesar do exclusivismo católico, revelou uma possibilidade de tolerância para as associações interconfessionais.

A discussão da questão social deveria se fixar em torno de três possibilidades para Hitzte: Igreja, Associação e Estado. A Igreja não deveria ser vista a partir da ótica do patrão que demonstra clemência, mas muito mais sob o ponto de vista da necessidade da organização social dos trabalhadores para que encontrem amparo e energia, para com auto-suficiência colocarem o capital a serviço de todas as associações produtivas.¹⁰⁵ *“A liberdade traz progresso, não o individual como quer o liberalismo, mas o corporativo na e com a comunidade... Para que isto ocorra é necessário que haja coincidência de interesses e união de vontades, para assim poderem garantir estes interesses frente ao Estado”*.¹⁰⁶

A Associação, que teria como objetivo livrar os trabalhadores da fome e da miséria, não poderia descurar de auxiliá-los nas suas necessidades e desviá-los do socialismo. A organização idealizada era a da associação produtiva.

“Não se pode tirar dos trabalhadores o direito da livre associação. Com certeza os sindicatos ingleses, com suas greves, melhoraram a situação e o significado do trabalho. Enquanto não se der aos trabalhadores outro meio mais eficaz, não se pode proibi-los destas associações. Nós temos que trabalhar uma nova organização se quisermos uma solução definitiva, pois,

¹⁰⁴ SHÜRMAN, op. cit., p. 53.

¹⁰⁵ RITTER, op. cit. p. 77 e seg.; SHÜRMAN, op. cit., p. 53.

¹⁰⁶ Idem, p. 54.

*o socialismo virá, ou de forma absoluta, implantando o estado social democrático ou de forma relativa... ”.*¹⁰⁷

A ameaça do socialismo, que propôs o fim da ordem social vigente, só poderia ser estancada com a recuperação de espírito corporativo que foi perdido no período do *Aufklärung* e no da afirmação do liberalismo individualista. “*Nossa vida toda deve voltar a ser corporativa, desde a política até o entretenimento*”, sugeria Hitze.¹⁰⁸ As corporações requerem participação política, para que possam fazer valer os seus interesses diante do Estado. Onde os sindicatos têm se mantido distante dos partidos políticos, houve, na sua percepção, um fraco começo para as corporações do novo tempo. “*O movimento democrático está em definitivo aí..., ele não poupará a ordem social e econômica*”, dizia.¹⁰⁹ O Estado, terá que possibilitar a vida à sociedade, regrá-la, supervisioná-la e fomentá-la, mas nunca poderá assumir a condução da sociedade. Embora comungasse com os ideais liberais em relação ao Estado, Hitze não aceitava a ordem social individualista. O Estado não deveria forjar a organização da sociedade, “*mas todos devem buscar a sua organização a partir da livre vontade, do seu próprio entendimento e do interesse comum*”.¹¹⁰

Na perspectiva de um reformismo concreto Hitze procurou imprimir nas associações de trabalhadores um dinamismo propositivo, fazendo com que os operários egressos comissões que representassem os seus interesses frente aos patrões. Procurou criar estruturas de apoio como refeitórios, bibliotecas populares, salas para reuniões, assembléias ou conferências sobre higiene, saúde, educação, habilitação profissional entre outros temas, para dar aos trabalhadores as condições mínimas para poderem se organizar diante do avanço capitalista. Não descurou, no

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ Idem, p. 55.

¹⁰⁹ Idem, p. 58.

¹¹⁰ Idem.

entanto, da dimensão assistencial, criando seguros de amparo às doenças. Com Franz Brandts, empresário católico de grande expressão, ensaiou, na fábrica deste, um modelo solidário de relação entre operário e patrão, organizando a empresa como uma família. As mulheres e os filhos não trabalhavam. Os domingos e feriados eram livres.¹¹¹ Apesar deste ensaio de matiz socialista cristã romântica, Hitze começou a entender, e sempre mais, que a intervenção política na questão social era o meio mais eficaz para dar respostas imediatas à questão social. Eleito deputado, em 1884, passou a ser o porta-voz do Partido do Centro – *Zentrum* – e o principal proponente da política social, sempre atento às questões do cotidiano dos trabalhadores. Esta postura de vanguarda lhe rendeu o mérito de, em pouco tempo, conseguir a aprovação de leis substancialmente significativas para os trabalhadores, tais como: a proibição do trabalho dominical, o seguro para a velhice, a pensão para a invalidez e a fixação da jornada diária de trabalho em onze horas.¹¹²

6. A VISÃO EVANGÉLICA LUTERANA DA QUESTÃO SOCIAL

A questão social foi vista muito mais por pensadores evangélicos do que assumida como compromisso institucional da Igreja. Na perspectiva institucional e sob o ponto de vista doutrinário a relação homem-Deus não comportava mediações sociais. Na VI Conferência Luterana, em Hannover, em 1890, ficou ressaltado que a interpretação científica e prática das questões sociais não cabia à Igreja e aos seus servidores.

¹¹¹ KRUIP, loc. cit., p. 206 e 207.

¹¹² RITTER, op. cit., p. 56-62; KRUIP, loc. cit., p. 207.

*“A condução da Igreja nesta direção aumenta o problema em si, a Igreja do alto da sua consciência legada por Deus, portadora e mediadora do reino do céu deve prever seu eterno bem celestial e deve distinguir e separar a ordem mundana da ordem cristã”.*¹¹³

Estabeleceu-se, desta forma, um amplo debate no interior da Igreja. Uma facção mais progressista da hierarquia da Igreja Evangélica percebeu que a doutrina socialista representava uma possibilidade de atração dos seus fiéis e, ao mesmo tempo, uma ameaça à própria instituição enquanto organização social comunitária e proprietária de bens. Inspirada no pensamento do pastor Rudolf Todt (1838-1887) buscou desmistificar o caráter personalista da vida evangélica para aproximá-la da realidade social. Entendeu que a proposta do socialismo estava embasada em situações concretas da vida dos trabalhadores, por isso a sua grande receptividade, e para fazer-lhe frente era necessário partir do entendimento que o Novo Testamento não só enuncia princípios doutrinários, mas se embasa num discurso social concreto. Este entendimento permitiria à Igreja uma nova postura, sem que ela renunciasse às especificidades de sua missão que se situam na esfera espiritual e se traduzem, basicamente, na revelação dos bens celestiais e na salvação da alma. Percebeu que os tempos modernos, com a industrialização, apresentavam novos desafios que exigem novas respostas. As respostas encontrariam sentido quando consideradas a partir da história da formação do mundo do trabalho, que se assentou em bases que imprimiram uma grande mobilidade social e definiram novas classes sociais.¹¹⁴

A tendência renovadora da Igreja evangélica buscava estabelecer uma relação entre a esfera espiritual e a mundana, buscando o renascimento social cristão. Este renascimento não poderia ficar limitado no serviço da palavra e na preocupação com a alma, mas teria que se orientar na direção da partilha cotidiana do amor e na

¹¹³ SHÜRMAN, op. cit., p. 80.

¹¹⁴ Idem, p. 82.

ação cristã de conduzir as classes trabalhadoras à forma do cristianismo prático do associativismo. Para Todts, “a Igreja deve empregar, ao invés de velhos, novos meios com seriedade e novo zelo”.¹¹⁵

A reação da facção mais conservadora foi severa. Rudolf Uhlhorn (1826-1901) sistematizou esta tendência afirmando que “a realidade política social significa para os protestantes, sobretudo entre os luteranos, uma sentença contra a doutrina da Igreja”.¹¹⁶ Não se poderia buscar inspiração na Igreja Católica, pois esta, na sua perspectiva teocrática, tomava para si todos as questões humanas de ordem temporal, num engajamento ativo, o que provocava constantemente desvios na sua conduta pastoral. A Igreja Evangélica teria que se limitar às questões sociais com a pregação do evangelho. Permanecer neutra. Colocar-se ao lado de todo o desenvolvimento e afastar-se definitivamente das doutrinas sociais e da organização do proletariado. “Quem entende que a Igreja tem uma obrigação com as questões sociais além da prédica e da preocupação com a alma, está no desvio romano”, sentenciava Uhlhorn.¹¹⁷ Contrapondo-se à tese de Todts, que fez uma leitura também social da Bíblia, Uhlhorn defende a idéia de que a Bíblia não dá orientação social, senão, sempre e em todo lugar, ética.

Já a partir de 1810, havia associações de trabalhadores evangélicos em Bayern; em MÜNCHEN a partir de 1848; em WÜRZBURG de 1854 em diante; em AUGSBURG em torno do ano de 1858. Sem endosso oficial da Igreja, os evangélicos começaram a perceber que as associações não eram integradas somente por operários, mas por fiéis de toda a natureza, como comerciantes, industriais, professores, mestres de obras, religiosos, funcionários públicos, agricultores. Operários propriamente ditos

¹¹⁵ Idem, p. 83.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ UHLHORN, Gerard. *Katholicismus und Protestantismus gegenüber der sozialen Frage*. Göttingen, 1887, p. 37. Citado em: SHÜRMAN, op. cit., p. 82.

existiam tão somente em torno de 25%. Estas associações visavam, antes de tudo, a preservação da ordem social, frente à possibilidade do avanço do socialismo, e a ajuda mútua para enfrentar as situações de doença e da crise.¹¹⁸

O associativismo dos anos oitenta do século XIX alcançou expressão de um movimento social que despertou a consciência em torno da necessidade da organização social. As iniciativas sociais dos evangélicos luteranos nem sempre compreenderam a mesma dinâmica de mobilização social dos sindicatos e das associações católicas. Isto pode ser tributado, em parte, ao freio institucional da Igreja Evangélica Luterana, que não dava a devida retaguarda às iniciativas dos leigos, mesmo que o primeiro motivo da inserção evangélico-luterana no movimento associativista fosse de natureza apologética cristã, simbolizando uma certa retaguarda perante a forte preponderância dos elementos católicos no associativismo cristão. Para os católicos da região do Reno e da Westfália a resistência premeditada dos evangélicos frente às iniciativas sociais católicas era parcialmente compreensível.

Com o surgimento, em 1887, do *Kalender für die evangelische Arbeitvereine Rheinland-Westfalens*, começou a haver uma orientação mais sistemática para o associativismo cristão evangélico. O princípio orientador central, em termos de visão política, era o de que as novas associações teriam que ter uma visão pacífica da questão social e nesta direção orientar os seus estatutos. Interessava à Igreja Evangélica encontrar mecanismos para que a ordem social e econômica não fosse subvertida, a fim de que o progresso e o bem-estar dos indivíduos não fosse impedido. No plano doutrinário fixou-se um referencial rígido que indicava que toda a associação que fosse fundada no terreno da confissão evangélica deveria encontrar aí mesmo o seu fim. Certamente que os reflexos da luta da Igreja Católica pela sua liberdade de ação, contra o autoritarismo do Estado e contra a ética do individualismo protestante,

¹¹⁸ SHÜRMANN, op. cit., p. 83.

estavam aí presentes. Deste modo, a constituição de novas associações deveria ocorrer mediante a definição clara dos seus objetivos, assim expressos:

- a) despertar e fortalecer a consciência entre os fiéis evangélicos;
- b) promover a elevação moral e a formação dos seus associados;
- c) zelar pela manutenção e dar assistência para uma convivência pacífica entre operários e patrões;
- d) apoiar os associados em suas necessidades em situações emergenciais e anormais.¹¹⁹

A efetiva preocupação pela manutenção da ordem social e de manter uma proximidade com o governo monárquico, emprestou ao associativismo cristão evangélico uma imagem de cunho conservador, o que o privou em muitas situações da simpatia dos operários. Nesta direção, a contribuição de Friedrich Naumann, pastor da paróquia de Langenberg, na Saxônia, com a publicação, em 1889, do *Catecismo para os Trabalhadores*, foi fundamental para tentar reverter esta imagem. Ao falar da necessidade de se fundar associações cristãs patrióticas, aponta para a necessidade destas associações responderem às questões trabalhistas, representando e negociando as questões sociais e religiosas dos trabalhadores. No universo das indústrias o convívio de católicos e protestantes era uma realidade do cotidiano, o que poderá ser tido como elemento positivo, uma vez que solidificava laços da fraternidade entre trabalhadores de credos diferentes. Naumann pode ser tido como o precursor das idéias de formar uma *grande união fraterna* de trabalhadores, católicos e evangélicos, ligados por laços patrióticos e cristãos. Dizia que “os católicos como os protestantes têm um compromisso similar, que é o de providenciar que a sua família tenha pão e possa levar uma vida digna”.¹²⁰

¹¹⁹ Idem, p. 84.

¹²⁰ Idem, p. 88.

Se a razão fundamental da Reforma Protestante residia na separação da religião das realidades temporais, isto é, distinguir os bens espirituais da ordem social, a mobilização dos fiéis em torno dos problemas sociais do seu tempo não podia ser ignorada. No universo evangélico, dois fatores entravavam o reformismo: os cargos oficiais e o postulado teológico do subjetivismo. Talvez em virtude disto, crescia entre os pensadores evangélicos a tendência de abrir possibilidade para que se constituíssem associações interconfessionais. Se, por um lado, entendia-se que era possível a convivência de protestantes e católicos nas associações, assim como o era nas fábricas, por outro, indicava-se a necessidade de que as associações fossem assumindo, progressivamente, um caráter não confessional e de neutralidade política.¹²¹

Já o pensador católico Hitze entendia que o princípio da livre iniciativa só poderia vingar mediante *“uma reforma social que começa através de um trabalho pedagógico e de compreensão desta realidade num entendimento maior que amadureça as relações entre Estado e Sociedade”*.¹²² As arestas existentes entre católicos e protestantes restringiam-se, fundamentalmente, ao universo das questões institucionais, que eram nutridas basicamente pelas hierarquias eclesiásticas. Os protestantes reconheciam o avanço da proposta social do catolicismo, embora entendessem que era muito mais um exercício de manutenção da hegemonia da Igreja Católica Apostólica Romana do que uma efetiva ação pastoral de convicção doutrinária. Admitiam, porém, que o diferencial residia na liberdade de ação pastoral. Para os católicos,

“a Igreja Evangélica não é regida por especificidades religiosas, mas pela ideologia que conduz à política do Estado, e seus objetivos mais elevados são ditados pelo Estado (...) A Igreja Católica, com a sua liberdade,

¹²¹ A neutralidade política tinha o objetivo de reforçar a social democracia. Veja-se: HOFFMANN, p. 64 e seguintes.

¹²² SHÜRMANN, op. cit., p. 97.

*progride, enquanto que a Evangélica Luterana, com sua confusão com o Estado e com a falta de um regimento verdadeiramente eclesiástico, não frutificará”.*¹²³

Nos Estados Unidos, o associativismo cristão tornou-se mais expressivo a partir de 1888, já com um caráter ecumênico de interesses interconfessionais. O cardeal Gibbons justificou que “na organização os trabalhadores católicos encontram-se misturados com os protestantes exatamente assim como acontece no seu próprio trabalho, pois numa população mesclada como a nossa a separação religiosa não se torna possível nas questões civis”. E argumentou que os interesses dos industriais e dos trabalhadores não poderiam ser classificados por religião. De sorte que não se pode lançar sobre o mundo do trabalho uma visão dualista que separa o corpo teórico do técnico, segundo ele.¹²⁴ Gibbons fez referência clara à postura da Igreja Protestante.

O pastor luterano Schall, entendeu que a “Igreja, do alto da sua postura sobrenatural, deve descer para as profundezas da realidade social, para que a sua mensagem possa frutificar”. Solicitou da Igreja e do Estado uma atitude que não fosse só de natureza defensiva. Que encarasse as questões do salário e do trabalho de forma positiva para que tivessem encaminhamento concreto, “evitando que recursos como a greve sejam geradoras de mudança”.¹²⁵ Para fortalecer os trabalhadores apontava que a coalizão da Igreja com o Estado e o fomento à organização de associações interconfessionais era importante. Já Friedrich Naumann entendia que a questão da liberdade de organização era fundamental para a solidificação das associações, uma vez que o seu desenvolvimento só poderá se dar na livre vontade. A organização dos trabalhadores não deveria somente promover o seu soerguimento moral, mas fomentar

¹²³ Idem, p. 99.

¹²⁴ Idem, p. 104.

¹²⁵ SHÜRMAN, op. cit., p. 116; SCHALL, Eduard. *Die Sozialdemokratie in ihren Wahrheiten und Irrtümern und die Stellung der protestantischen Kirche zur sozialen Frage*. Berlim, 1891, p. 299-364.

um espírito de solidariedade que estabelecesse o convívio entre elas, para, assim, solidificar a social democracia. A preocupação com a estabilidade política, a prosperidade e a aliança com o Estado, revela uma das faces da Igreja Evangélica Luterana, embora se afirmasse que “a única preocupação da Igreja deve ser que estas organizações estejam permeadas de espírito cristão”. A nova realidade social, segundo ele, indicava para a profissionalização, o que levaria à organização de cooperativas de trabalho e de sindicatos aprovados por lei.¹²⁶ O controle social através de uma ordem constituída e a conduta social referenciada na ética cristã, se constituíram nos esteios da organização social defendida no Programa Evangélico- Social.¹²⁷

7. DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA CATÓLICA.

O social-catolicismo alemão foi, de certa forma, precursor da doutrina social da Igreja, promulgada por Leão XIII, em 15 de maio de 1891, na encíclica *Rerum Novarum*. A encíclica trata da questão operária, em virtude dos antagonismos crescentes na sociedade industrial, marcada pelo distanciamento entre capital e trabalho, que gerou tensões, cada vez mais acentuadas, entre os donos dos meios de produção e os trabalhadores. No seu preâmbulo diz:

“A sede de inovações, que há muito tempo se apoderou das sociedades e as tem numa agitação febril, devia, tarde ou cedo, passar das regiões da política para a esfera da economia social. Efetivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entram as artes, a

¹²⁶ SHÜRMANN, op. cit., p. 122:”...eine Neugliederung des Volkes entsprechend den Berufs- und Arbeitsverhältnissen (Genossenschaften und gesetzlich anerkannte Gewerkschaften)”.

¹²⁷ Idem.

*alteração das reações entre os operários e os patrões, a afluência da riqueza nas mãos de um pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito”.*¹²⁸

A doutrina social católica nasceu de uma crise teórica e prática das relações entre a Igreja e o mundo e se propôs estratégias de estabilidade intraeclesial e de mobilização dos católicos frente à nova ordem social em construção. Por esta razão a doutrina social alemã pode ser entendida como *ideologia da formação social* do catolicismo social alemão.¹²⁹

O ultramontanismo foi criando fortes adeptos dentro e fora da Alemanha a ponto de entender que as questões de política social deveriam ter seu foco de discussão transferido para Roma, uma vez que lá se acreditava ser possível dar um enfoque multifacetado ao problema social. O Abade Villeneuve, do Canadá, tomista de formação, entendeu que a reordenação do mundo católico só se faria possível mediante um segura orientação de Roma. Para isto, propôs a constituição de um *Comitê de Estudos* das políticas sociais diretamente vinculado a Roma, para que as situações diferenciadas tivessem um entendimento e uma orientação comum. O direito natural, defendido pelo tomismo e incorporado pela neoescolástica, se caracteriza por ser uma doutrina sobre uma determinada ordem social, que é invariável na sua essência e universalmente válida, cognoscível ontologicamente graças a uma congruência fundamental entre a racionalidade humana e a racionalidade divina e que, em virtude disto, necessita da autoridade eclesiástica como última instância de interpretação. Franz X. Kauffmann demonstrou em seu estudo sobre “a sociologia do catolicismo”

¹²⁸ LEÃO XII, *Rerum Novarum*, p. 9.

¹²⁹ KRUIP, loc. cit., p.194.

que o pensamento embasado no direito natural neoescolástico teve influência na Alemanha a partir da segunda metade do século XIX.¹³⁰ Em decorrência desta posição o Papa Leão XII encarregou o Arcebispo Domenico Jacobini, com o apoio de Monsenhor Boccali, secretário particular do Papa, para organizar um *Círculo de Estudos Sociais e Econômicos*, que se ocupasse das questões que afetavam as relações de trabalho.¹³¹

A encíclica *Humanum Genus*, de 1884, de Leão XIII, advertiu que os operários que ganhavam duramente com o seu salário a sua vida eram os mais sujeitos ao socialismo e aos perigos da maçonaria. “Com o maior amor temos que ir ao encontro deles e reuni-los em sólidas associações, para que não sejam pervertidos”, asseverava a carta pastoral.¹³² A situação dos operários encontrava, de certa forma, alento no discurso socialista. Por esta razão, a encíclica *Humanum Genus* recomendava aos bispos o fomento à vida associativa. “Organizai os nossos trabalhadores cristãos, antes que seja tarde; organizai-os em associações cristãs, antes que os inimigos estejam em nossos próprios muros”.¹³³ Na encíclica *Quod Apostolici Muneris*, Leão XIII admoestou que os operários e as associações de ofício fossem fomentados para que pudessem, sob a proteção da religião, trazer a todos os seus associados a satisfação na sua liberdade e a paciência no trabalho, convidando-os para uma vida de convívio pacífico. A possibilidade de uma iminente revolução social se afigurava, cada vez mais, ameaçadora ao universo da ação pastoral da Igreja. A busca de mecanismos de aproximação, ou de reaproximação dos trabalhadores à Igreja teria que se valer da estratégia da socialização da mensagem cristã e, ao mesmo tempo, da organização de associações cristãs, cujo elo de unidade, além dos interesses comuns, teria que ser reforçado pelos vínculos da fraternidade e da caridade cristãs.

¹³⁰ KAUFMANN, Franz Xaver. *Zur Sociologie des Katholizismus*. Mainz, 1.980, p. 201-25; KRUIP, p. 211.

¹³¹ RITTER, op. cit., p.165.

¹³² Idem, p. 65.

¹³³ Ibidem.

Com este teor as Assembléias Católicas - *Katholikentagen* - fomentaram a criação das corporações profissionais – *Arbeitsvereinen*.

Na reunião de Fulda, em 23 de agosto de 1890, os bispos da Alemanha novamente destacaram a importância da associação dos trabalhadores. Para tanto foi criado um Comitê para a centralização das associações, no intuito de achar um caminho, que não poderia ser o do autoritarismo, para promover o associativismo livre na perspectiva da política social católica. Os pontos já destacados em 1881 pelo Comitê Central dos *Katholikentage* para o enfrentamento da problemática social foram retomados:

- a) reorganização da sociedade em base a princípios cristãos e corporativos;
- b) capitalismo, lucro e juro, plutocracia e judeus;
- c) as justas referências para o estabelecimento dos salários;
- d) a situação agrária e os impostos;
- e) o trabalho aos domingos e o fretamento de mercadorias aos domingos;
- f) associações de agricultores e as caixas *Raiffeisen*.¹³⁴

Estes pontos passaram a integrar o programa dos partidos de orientação católica e a Igreja entendia que, com esta ação programática, estava indo ao encontro do Estado moderno. Mais tarde a própria encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, viria confirmar esta preocupação:

“O problema nem é fácil de resolver, nem isento de perigos. É difícil, efetivamente, precisar com exatidão os direitos e os deveres que devem ao mesmo tempo reger a riqueza e o proletariado, o capital e o trabalho. Por outro lado, o problema não é sem perigos, porque não poucas vezes homens

¹³⁴ RITTER, op. cit., p. 81.

*turbulentos e astuciosos procuram desvirtuar-lhe o sentido e aproveitam-no para excitar as multidões e fomentar desordens”.*¹³⁵

A *Rerum Novarum*, em seu preâmbulo, destaca a época marcada pela sede de inovações, que, provocadas pela cobiça humana, deixam as classes sociais inferiores desprotegidas.

*“O século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para eles uma proteção; os princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, e assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada”.*¹³⁶

As corporações, as associações de socorro e de previdência são apresentadas como vitais para o salutar funcionamento da sociedade. Defende as “sociedades privadas, cujo direito de existência foi-lhes outorgado pela própria natureza; e a sociedade civil foi instituída para proteger o direito natural e não para o aniquilar”.¹³⁷ Ao Estado, visto sob a ótica do jusnaturalismo e definido como “todo o governo que corresponde aos preceitos da razão natural e dos ensinamentos divinos”, cabe manter a ordem social e a proteção da sociedade.¹³⁸ Mesmo assim, condena todos os ensaios de inversão da ordem e de destruição das instituições, refutando o critério socialista de

¹³⁵ *Rerum Novarum*, 4, p. 10.

¹³⁶ *Rerum Novarum*, 6.

¹³⁷ *Rerum Novarum*, IV, 68-81.

¹³⁸ *Rerum Novarum*, III, 46-50.

propriedade, conceituando-a como fruto do trabalho do homem, e afirmando a primazia do homem sobre o Estado.¹³⁹

Na questão social básica, a doutrina social da Igreja admite a desigualdade, convocando o homem a aceitá-la pacientemente, uma vez que “é impossível que na sociedade civil todos estejam elevados no mesmo nível”, mas não tolera a luta de classes. Prega a harmonia, através de relações sociais justas e de salários dignos, e reserva ao concurso da Igreja a possibilidade de êxito nos esforços humanos.¹⁴⁰

A justificação da exclusividade da Igreja Católica em torno das questões sociais está fortemente ligada à estratégia de renovação espiritual e representa uma forma de reação à situação marcada pela marginalização dos católicos no contexto da modernização alemã. Kauffmann chegou a entender que havia uma intenção de segregar os católicos do conjunto da sociedade e de defender e de estabelecer uma subcultura católica mais ou menos fechada, para recuperar o controle social perdido em virtude da industrialização. Para tanto, o catolicismo teria se estruturado em uma sub-sociedade de associações, de tal forma que buscou oferecer aos católicos uma rede quase completa de relações sociais possíveis.¹⁴¹

A implantação do socialismo e a crescente conversão dos trabalhadores à sua doutrina tornaram a Igreja Católica mais tolerante diante das questões que orientavam a organização associativa dos seus fiéis. A encíclica comemorativa aos quarenta anos da edição da *Rerum Novarum*, a *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, justifica esta postura assegurando que:

¹³⁹ *Rerum Novarum*, I, 7-23.

¹⁴⁰ *Rerum Novarum*, II, 25-45.

¹⁴¹ KAUFMANN, op. cit., p. 210 e seguintes.; KRUIP, loc. cit., p. 212.

“...nos países onde as leis pátrias, as instituições econômicas, ou a discórdia de inteligências e de corações tão deploravelmente enraizada na sociedade moderna, ou ainda a necessidade urgente de opor uma frente única aos inimigos da ordem, impedia os católicos a fundação de sindicatos próprios. Em tal estado de coisas os católicos vêem-se quase obrigados a inscrever-se em sindicatos neutros, uma vez que façam profissão de justiça e equidade e deixem aos sócios católicos plena liberdade de obedecer à própria consciência e seguir os preceitos da Igreja”.¹⁴²

Os perigos eminentes do socialismo, vislumbrados pela encíclica de Pio XI, fizeram com que a Igreja Católica reafirmasse o cristianismo como o único caminho de renovação da sociedade. Embora pensadores católicos e luteranos já tivessem afirmado que os princípios do cristianismo deveriam se sobrepor às peculiaridades confessionais, as associações inter e trans-confessionais representavam para a alta cúpula eclesiástica católica uma solução emergencial e cabia aos bispos “...reconhecerem que tais associações são impostas pelas circunstâncias e não oferecem perigo para a religião...”.¹⁴³ Recomendava, no entanto, de seguir as recomendações de Pio X, expressas na encíclica *Singulari Quadam*, de 1912, e de tomar as precauções necessárias para que a filiação a associações não representasse perigo para a religião.¹⁴⁴ A flexibilização desta prerrogativa no conjunto da organização da sociedade teve como contrapartida a conclamação para o revigoramento da ação católica, pela união das forças católicas, para combater os males da sociedade e promover a sua renovação cristã. E invocando a *Rerum Novarum*, Pio XI convidou a todos para que, seguindo os ensinamentos da Igreja, se unam “não se procurando a si mesmos nem a seus próprios interesses, mas os de Jesus Cristo; não teimando em fazer triunfar as suas idéias, por boas que sejam, mas

¹⁴² “PIO XI. *Quadragésimo Anno*. (QA, 35). Brasília: Congresso/Câmara dos Deputados, 1981, p.54.

¹⁴³ *Ibidem*.

¹⁴⁴ *Ibidem*.

dispostos a sacrificá-las ao bem comum; para que em tudo e sobre tudo reine e impere Cristo, a quem seja “*honra, glória e poder por todos os séculos*”.¹⁴⁵

8. A UNIÃO POPULAR PARA A ALEMANHA CATÓLICA - *VOLKSVEREIN*

A questão social, no final do século XIX, começou a marcar definitivamente os rumos da organização social da sociedade capitalista. Os contrastes que se estabeleceram entre sociedade rural e sociedade burguesa, foram se acentuando de forma definitiva, o que colocou em choque valores e elementos culturais antes emanados de uma sociedade teocrática, fundamentada nas honras e na hierarquia, e agora construídos numa sociedade leiga, que se referencia no lucro e no contrato.¹⁴⁶ O progresso industrial, a redefinição do sentido do espaço vital, com o fenômeno da urbanização e da divisão do trabalho, e a concentração da riqueza, imprimiram uma mobilização social fortemente alimentada pela instabilidade do trabalho, pela incerteza diante da subsistência e pela insatisfação popular. Diante deste quadro, as propostas revolucionárias foram se difundindo e representaram uma ameaça à ordem social vigente. Instituições conservadoras como a Igreja ou setores hegemônicos da sociedade como os industriais, perceberam que no movimento social dos trabalhadores estava embutida a possibilidade de subversão da ordem, ainda mais que no horizonte da questão do conflito social se apresentava a utopia socialista.

Na França, na Bélgica e, também, na Alemanha os fabricantes católicos reuniram-se para promover uma reforma social católica. Entenderam que era possível humanizar, a partir de um espírito cristão, as relações de trabalho a tal ponto que a

¹⁴⁵ *Quadragesimo Anno*, 146, p. 89.

¹⁴⁶ MAURO, Frédéric. *Do Brasil à América*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p.171.

convivência entre patrões e operários se tornasse possível, sem que fosse afetada a estrutura e a propriedade dos meios de produção e a administração da distribuição dos bens produzidos. Na Alemanha, na Assembléia Católica - *Katholikentag* - de Aachen, esta preocupação ficou evidenciada com a criação do *Comitê da Associação Católica dos Industriais*, em 1879.¹⁴⁷ Este comitê tornou-se, de certa forma, o braço forte do social-catolicismo. Hitze já havia exercitado na fábrica de Brandts um modelo de relações de trabalho inspirado na estrutura familiar, mantendo a concepção hierárquica do poder de decisão, mas exercitando o convívio fraterno com a criação de espaços de convivência nas fábricas, garantindo alimentação, assistência à saúde, regulando a jornada de trabalho, excluindo dela os domingos e abolindo o trabalho das mulheres e das crianças. Assim procedendo, se faria possível o exercício do controle social dos trabalhadores no interior do próprio espaço de trabalho, fazendo com que se sentissem integrantes de uma organização familiar produtiva, num ambiente de convivência fraterna.

A idéia de uma grande organização dos católicos fora da Igreja Institucional já vinha de longa data. Já em 1838, com a fundação da *Clemens-August Verein*, em Köln, se prognosticava a necessidade de uma organização mais efetiva dos católicos para que os fundamentos da cultura, da nacionalidade e da própria organização social fossem balizados no cristianismo. Em 1844, no encontro das associações católicas de Baden, esta questão voltou a ser enfocada com ênfase. Foi, no entanto, no encontro das associações católicas de Mainz, em 1848, que efetivamente o associativismo cristão católico começou a criar corpo na Alemanha, quando se decidiu instituir os *Katholikentage*. Os *Katholikentage* eram assembléias anuais de todas as associações católicas da Alemanha, nas quais se tiravam as grandes orientações para a política do social-catolicismo. Embora fosse missão precípua do *Pius-Verein* defender a bandeira da liberdade democrática, as assembléias dos católicos buscavam a unidade dos fiéis

¹⁴⁷ RITTER, op. cit., p. 129.

sob a proteção do Papa e na defesa da liberdade da Igreja.¹⁴⁸ A orientação ultramontana revelou a temeridade institucional da Igreja Católica alemã frente às demandas políticas oriundas do conflito entre a Igreja e o Estado e do movimento de unificação nacional, e frente ao protestantismo.¹⁴⁹

A expulsão dos jesuítas, em 1872, que exerceram uma forte influência na educação e na formação da consciência religiosa, representou, de certa forma, um golpe para o catolicismo e um agravamento nas relações interconfessionais, uma vez que os inicianos combatiam ferrenhamente o protestantismo. A partir daí a necessidade de fomentar a união mais efetiva das associações católicas tornou-se um grande desafio. Félix von Loe entendia que não bastavam só as *Pius-Verein* para manter o caráter de defesa institucional da Igreja católica. Por esta razão passou a desenvolver a organização de grupos distritais da Assembléia Católica criada em Mainz, em 1848. Estes grupos deveriam dar maior mobilidade e promover um maior enraizamento do pensamento social católico no seio das comunidades locais. A partir desta estratégia, desenvolvida pela inspiração de Loe, cresceu substancialmente o número de filiações às associações católicas, fazendo com que no seu conjunto contassem com 88.000 associados, sendo 70.000 destes da região do Reno e da Westfália.¹⁵⁰ A forte concentração regional do movimento social católico, embora estivesse permeado no seio de toda a sociedade alemã, e a crescente influência política do Partido do Centro, que cada vez mais se tornou expressão deste movimento, chamaram contra si duas ações reativas bem caracterizadas: a propaganda anticatólica

¹⁴⁸ Idem, p. 137.

¹⁴⁹ De 1862-1871 a Alemanha fez sua expansão territorial, anexando principados e cidades livres, promovendo guerras contra a Àustria-Hungria, contra a Dinamarca e contra a França, até constituir a unidade do Império em 1871. Neste processo, sob a condução militar do ministro Bismarck, muitos interesses eclesiásticos foram feridos pela intromissão autoritária em assuntos internos da Igreja Católica, o que afetou, inclusive a sua organização e a sua liberdade de ação pastoral.

¹⁵⁰ RITTER, op. cit., p. 138.

sistemática do protestantismo e as restrições políticas e legais desencadeadas pelo autoritarismo de Bismarck, que expressaram no seu conjunto o *Kulturkampf*.¹⁵¹

A ação católica, que deveria empreender uma luta a favor da liberdade e do direito da Igreja Católica, chamou contra si a ação política de Bismarck e a contra-propaganda protestante. Apesar desta situação adversa, a ação católica se fortificou. Surgiram movimentos e associações antievangélicas. A Restauração Católica criou novo alento com uma maior união em torno do Partido do Centro, uma ligação mais estreita com Roma, com uma maior participação política do clero e, a partir do isolamento frente ao Reich, a formação da consciência comunitária do catolicismo.¹⁵²

Num contexto de efervescência da ação católica, sob a liderança de intelectuais, de políticos, de empresários e do alto clero, foi fundada a União Popular para a Alemanha Católica - *Volksverein* -, em agosto de 1890. Sob a liderança de Hitze, Windhorst, Félix von Loe, o Bispo Hasffner, Galland, Schädler, Muller, Koblenz, Landau, Brandts, integraram a galeria dos membros constituintes daquela que viria a ser a mais representativa organização associativa católica da Alemanha. Nos discursos constituintes os focos perseguidos indicavam a defesa do catolicismo, a sua difusão e promoção como objetivos básicos. O *Volksverein* deveria atingir a todos os católicos, portanto, na concepção dos líderes não poderia ser uma associação com altas contribuições, para manter o caráter e a simpatia popular. A manutenção do

¹⁵¹ O *Kulturkampf*, como expressão local da ilustração, isto é, do otimismo no poder da razão e na possibilidade de organizar a sociedade em base a princípios racionais, caracterizou-se pela reação ao movimento católico do ultramontanismo, que havia colocado o foco da condução religiosa e das organizações católicas sob a orientação de Roma. Esta orientação representava para Estado alemão, unificado em torno da Prússia protestante, uma ameaça à unidade e à hegemonia política. Com o apoio dos protestantes e dos nacional-liberais e contestando a infalibilidade do Papa, Bismarck “eliminou a Divisão Católica do Ministério dos cultos, substituiu os inspetores escolares católicos, nomeados, até então, pela Igreja Católica, e proclamou o decreto facultando a expulsão dos jesuítas apenas por uma ordem policial e ainda proclamou as Leis de Maio que limitavam o campo de ação da Igreja Católica”. Era um movimento fortemente anticlerical. KREUTZ, *O professor paroquial*, p. 34; RITTER, op. cit., p 137 e seguintes.

¹⁵² KREUTZ, *O professor paroquial*, p.34.

movimento social católico deveria advir das fontes das outras organizações, que, inclusive, dariam parcela de contribuição para manter as atividades do próprio *Volksverein*. Deveria ser, sobretudo “*a associação do povo católico para promover e divulgar as idéias do catolicismo social mediante uma obra gigantesca de educação popular para lutar contra o socialismo e pela liberdade religiosa*”.¹⁵³

O *Volksverein* constituiu-se num órgão fomentador e subsidiário das ações políticas do Partido do Centro, que se transformou na força política de vanguarda das reformas sociais e de combate ao socialismo na Alemanha.¹⁵⁴ Ao invés de alterar profundamente a ordem social, buscou a melhoria das condições de vida baseando-se no próprio sistema capitalista. Procurou reunir as associações menores sob a sua proteção e arregimentou-as para a defesa do catolicismo. Os meios empregados para tal fim eram: a realização de cursos para lideranças, os congressos e as assembléias populares, efetivados nos mais diferentes lugares e épocas, e a imprensa.¹⁵⁵

Comprometida com a questão social resultante do crescimento industrial e do aumento do proletariado, a União Popular para a Alemanha Católica ligou a defesa da Igreja Católica ao ideal de reforma social. A organização e a defesa da ordem social tiveram como horizonte uma crescente influência cultural e uma participação política mais representativa dos católicos, para que estes pudessem marcar as relações sociais e exercer um certo poder sobre a organização da sociedade. No sul da Alemanha e na Áustria, os católicos haviam perdido, de certa forma, este poder de influência, uma vez que as transformações da sociedade na direção da modernidade, através da industrialização, eram capitaneadas pelos protestantes e pelos judeus. Em outro ambiente e em uma realidade social diversa, Metzler proclamou a necessidade da união de forças e a elevação do nível cultural dos católicos para a afirmação do social-

¹⁵³ RITTER, op. cit., p. 151

¹⁵⁴ HOFFMANN, op. cit., p.106-8.

¹⁵⁵ *Skt Paulusblatt*, Porto Alegre: Typografia do Centro, n. 2, 1912, p. 19 e seguintes.

catolicismo. A respeito da realidade alemã disse que: “*peessoas mais espertas que os católicos de lá implantaram novas indústrias e, em consequência, assumiram a direção da sociedade*”.¹⁵⁶

A organização do *Volksverein* era formada por uma diretoria geral composta por 29 membros, e por uma diretoria executiva integrada por 9 membros. As ações da entidade eram coordenadas através de um escritório central – *Zentralstele*, que tinha um diretor geral, dois diretores coadjuvantes e funcionários que prestavam serviços administrativos e de divulgação. Este modelo organizacional foi referido pelo padre Murmann por ocasião da fundação da União Popular para os Católicos do Rio Grande do Sul. Entendia ele, no entanto, que as especificidades locais teriam que ser respeitadas, uma vez que as lutas religiosas e o processo de industrialização eram peculiares na Alemanha.¹⁵⁷

Na Suíça, registrou o padre Theodor Amstad em suas *Memórias autobiográficas*, instalou-se, depois da Revolução de 1848, um clima de radicalismo político e instabilidade social. Neste ambiente “*tratou-se de explorar a derrota dos Cantões católicos na guerra separatista da Federação, praticando uma verdadeira tutela e escravidão no concernente à Igreja Católica e servindo-se, para tanto, de todos os meios possíveis*”.¹⁵⁸ Os Cantões, de maioria católica, conseguiram organizar uma resistência ao avanço revolucionário, de caráter liberal e/ou socialista, fundando as *Associações São Pio* de ajuda mútua. Fomentaram a organização do Partido Popular Católico, que passou a representar e defender os interesses dos católicos. Em 1904, num movimento de sinergia da ação católica, foi fundada a *Sociedade União Popular Católica da Suíça*.¹⁵⁹

¹⁵⁶ *Skt Paulusblatt*, n. 1, 1912, p. 1.

¹⁵⁷ *Skt Paulusblatt*, n. 2, 1912, p. 19 e seguintes.; ZILLES, p. 32-4.

¹⁵⁸ AMSTAD, Teodoro. *Memórias autobiográficas*. São Leopoldo: UNISINOS, 1981, p. 27.

¹⁵⁹ *Skt. Paulusblastt*, n. 2, fevereiro de 1928, p.2; AMSTAD, *Memórias autobiográficas*, p.28.

A exemplo da Suíça a questão social e os conflitos ideológicos foram criando corpo nos mais diferentes países da Europa. O catolicismo reagiu a esta onda modernista e anticlerical. Inspirada no social-catolicismo alemão, ensaiou formas de organização e de inserção social capazes de manter o espaço eclesial e a legitimidade social da Igreja Católica. A mobilização dos católicos permitiu que o associativismo cristão tomasse forma e se tornasse expressão da defesa da liberdade do espaço eclesial e da afirmação dos princípios da ética cristã. Assim, por toda parte surgiram associações com fins diversos, mas sempre alicerçadas na doutrina social da Igreja Católica. O exemplo da fundação de Sociedades Populares, como o *Volkverein* alemão, que congregassem as diferentes associações católicas, foi seguido pelos Países Baixos, em 1905, e, em 1908, pela Áustria-Hungria.¹⁶⁰

A consolidação de organizações sindicais aconfessionais, de caráter ateísta e anticlerical, colocavam os operários católicos diante de um dilema: não se afastar da bandeira de luta destes sindicatos, ou contrariar a orientação do social-catolicismo. A postura anti-socialista inibia a militância sindical proposta pelo socialismo. Por outro lado, a animosidade que alimentava a questão religiosa confessional criava situações constrangedoras, que se projetaram sobre o mundo do trabalho. No cotidiano dos operários este quadro lhes era desfavorável, uma vez que representava fator de subtração à luta da classe em prol dos seus interesses como um todo. As hierarquias das igrejas não toleravam, contudo, oficialmente a organização sindical interconfessional, realidade que só veio se consumir em 1931, com a encíclica *Quadragesimo Anno*.¹⁶¹ A interferência desta postura na livre organização dos trabalhadores e o paternalismo que se exercia sobre eles incomodava a muitos setores do laicato e do clero católico. Não menos incômodo foi aos trabalhadores perceberem que eram tratados como se fossem irresponsáveis. A tendência de uma organização autônoma dos trabalhadores foi se constituindo no maior desafio para a Igreja

¹⁶⁰ *Skt. Paulusblatt*, n. 2, 1928, p.2.

¹⁶¹ *Quadragesimo Anno*, 35.

Católica. O protecionismo e a falta de confiança neles depositada provocou reação que pode ser sintetizada nas palavras do presidente da União dos Sindicatos Cristãos da Alemanha, em 1908:

“Apesar de todo o nosso respeito e admiração ante os nossos pastores espirituais, sobretudo os bispos, temos que dizer: até aqui e basta! Eles têm o direito e o dever de guiar-nos enquanto assuntos religiosos e eclesiais. Mas se tratar de questões profissionais, de assuntos mais ou menos econômicos, não pode haver um só bispo que exija o direito a dizer a última palavra. Neste terreno somos autônomos e temos que sê-lo”.¹⁶²

A construção desta autonomia representava a possibilidade de perda do controle da Igreja sobre a organização da sociedade, numa alusão romântica à sociedade medieval, e na perspectiva da subversão da ordem institucional.

A grande mobilização e a vitalidade do social-catolicismo alemão fez com que a sua ação se voltasse para os alemães católicos que viviam no exterior. Surgiu assim, em 1911, em Dresden, a “União para os Alemães Católicos do Exterior” - *Katholisches Deustchtum im Auslande*. Esta organização se assentou nos objetivos de: dar assistência viva na educação entre a pátria (Alemanha) e os colonos católicos que vivem no exterior; zelar pela manutenção e pelo fomento da língua, dos costumes, da cultura e da religião; fornecer subsídios para o desenvolvimento espiritual e material dos alemães que estiverem distantes de sua pátria.¹⁶³ Revelava, de certo modo, a busca de um elo de coesão social onde o elemento identificador da unidade nacional esteve

¹⁶² KRUIP, loc. cit., p. 210.

¹⁶³ *Deutsches Volksblatt*, Porto Alegre, 10 de janeiro de 1912, p. 4.

envolto em torno do conceito de cultura, neste caso consignado em base aos elementos étnico-lingüísticos e religiosos.¹⁶⁴

No interior da Alemanha, em caminhos contrários, mas com um alvo central comum que era o combate ao socialismo, houve uma aproximação maior entre a ação católica e o Estado. A marcante representatividade do Partido do Centro, que passou a ter maior identificação com um modelo econômico de cunho nacional, e a forte influência da Igreja Católica sobre a sociedade, notadamente sobre os setores populares do operariado e dos camponeses, restabeleceram canais de diálogo entre a Igreja e o Estado.¹⁶⁵ Ritter corrobora esta posição assegurando que o conflito entre Estado e Igreja teve, portanto, um sentido esvaziado, uma vez que o inimigo comum era maior: o socialismo. A Igreja já havia organizado o povo e com o seu poder de pensamento moral o mantinha. O Estado, sem estes instrumentos de controle social, aproximou-se da Igreja com o interesse da manutenção da ordem social.¹⁶⁶

¹⁶⁴ Veja-se o estudo de: NASCIMENTO, *A cultura ocultada*, na página 113 assegura que os processos de formação social alemã e francesa, especificamente da sociedade burguesa, encontram expressão e diferenciação nos conceitos de cultura e de civilização. Enquanto que a expressão preferida dos alemães fosse “cultura”, a dos franceses era “civilização”. “Enquanto o conceito francês de civilização abrange os âmbitos político, econômico, religioso, técnico, moral e social, o conceito alemão está restrito ao campo intelectual propriamente dito, artístico e religioso, deixando à margem fatos de natureza política, econômica e social. Se para os franceses o conceito de civilização se aplica inclusive a atitudes e ao comportamento das pessoas, os alemães preferem a palavra “kulturell” para tal campo, e quando querem expressar o sentido de civilização, tal como fazem os franceses, aplicam a palavra “kultuviert”- cultivado. Civilização diz respeito a um processo e aos seus resultados, enquanto cultura trata de produtos humanos visivelmente materializados. Enquanto o conceito de civilização enfatiza as regularidades de diferentes nações, o que é comum a todos os homens, o conceito de cultura marca com clareza as diferenças, trata das identidades nacionais”.

¹⁶⁵ HOFFMANN, op. cit., p. 104.

¹⁶⁶ RITTER, op. cit., p. 157 e seguintes.

CAPÍTULO II

A IGREJA E A SUA CONSTRUÇÃO SOCIAL NO PRIMEIRO CINQUENTENÁRIO DA REPÚBLICA BRASILEIRA

1. A IGREJA CATÓLICA E A BUSCA DA SUA LEGITIMIDADE SOCIAL

Não é sem sentido que a história relaciona a conquista da América Latina aos signos da cruz e da espada.¹⁶⁷ Em nome destes signos foram deslocadas estruturas matriciais de poder que, de forma superior, passaram a ser impostas aos povos nativos. A diversidade cultural dos povos indígenas foi reduzida a uma alteridade única e excludente em relação à cultura eurocristã. Populações africanas, escravizadas, deram o suporte para o exercício do poder e da exploração colonial. A Igreja Católica, concebida sob o ponto de vista da sua universalidade e sob o regime do padroado, legitimava os atos da conquista e do processo colonizador, dando-lhes sentido e expressão de unidade política.

No Brasil, nas comemorações dos 500 anos do descobrimento, enquanto o Estado reprimia as manifestações da população indígena, a Igreja pedia perdão pelos erros praticados no passado. As posturas diferenciadas indicam para um Estado que não perdeu as suas raízes elitistas, baseadas no privilégio, e para uma Igreja que, ao longo da história, construiu bases populares a partir de sua abertura para a diversidade sociocultural.

¹⁶⁷ ROMANO, Ruggiero. *Os mecanismos da conquista colonial*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1972.

A Igreja Católica teve um duplo caráter presencial na formação social brasileira. A Igreja Institucional, enquanto representação hierárquica, manteve-se fiel à ortodoxia católica, o que contribuiu para ocultar diferenças sociais e regionais e, assim, construir referências para a unidade política do processo colonizador, legitimando suas estruturas de poder.¹⁶⁸ Os mecanismos da conquista mesclavam elementos da religião e da política, o que contribuiu, em muitas circunstâncias, para a submissão dos sujeitos eclesiásticos aos detentores do poder emanado do patriarcalismo.¹⁶⁹ As estruturas de poder, seja as derivadas da ordem política e da ordem econômica, ou as da ordem religiosa eclesiástica, forjaram-se distantes da participação popular.

A Igreja Missionária, animada de forma marcante pela presença dos jesuítas, foi ao encontro das populações nativas, desencadeando uma ação evangelizadora e educativa que teve significativas repercussões sociais e culturais. Aos índios não fora atribuída a natureza escrava.¹⁷⁰ Eram considerados bárbaros e pagãos. Teriam que ser civilizados e cristianizados. No contato com as culturas autóctones, a Igreja Missionária promoveu uma interação sociocultural que aproximou, de uma ou de outra forma, os povos indígenas da modelação social pretendida pelos agentes religiosos, sem que isto significasse, contudo, uma assimilação dos elementos de uma cultura pela outra. Com o aldeamento, ou com a redução dos indígenas em povoados, as missões procuraram sedimentar, nas diferentes regiões do Brasil, bases sociais para a construção de um campo religioso que fosse capaz de consolidar o espaço eclesial.¹⁷¹

¹⁶⁸ FREYRE, Gilberto, *Casa-grande e senzala*. 3 ed., Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 365 e seguintes.

¹⁶⁹ Gilberto Freyre assegura que, muitas vezes, o capelão morava na casa-grande. Na hierarquia patriarcal, a delegação do mando econômico e político precedia o religioso.

¹⁷⁰ COUTO, Jorge. “Os jesuítas e a escravatura dos negros no Brasil”. In: GADELHA, Regina A. F. (ed.). *Missões guarani: impacto na sociedade contemporânea*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 1999, p. 151-165.

¹⁷¹ BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. “De aldeamentos a vilas: circunstâncias pós-jesuíticas em São Paulo no terceiro quartel do século XVII. In: *Simpósio Nacional de estudos missioneiros*, 4, Santa Rosa: FFCL Dom Bosco, 1981, p. 203-217; SCHALLENBERGER, Erneldo. *A integração do Prata no Sistema Colonial: colonialismo interno e missões jesuíticas do Guairá*. Toledo: EdT, 1997, cap. II.

A catequese e a educação representaram os instrumentos básicos para veicular os conteúdos sociais e religiosos propostos. Os aldeamentos representaram a matriz primeira de uma formação social brasileira que buscava na mescla de elementos das culturas nativas com a cultura eurocristã, sem a renúncia da superioridade desta, sua força de identidade.¹⁷² Por outro lado, as aldeias tornaram-se importantes bases para a colonização do interior do Brasil e passaram a ser canais de ligação da força de trabalho nativa ao sistema de exploração colonial. Em situações dadas, configuraram-se como unidades de resistência ao sistema colonial.

As bases sociais construídas pela Igreja Missionária, a partir dos aldeamentos indígenas, foram afetadas, de forma decisiva, pelas ordenações pombalinas. Com a afirmação do regalismo, o Marquês de Pombal fez prevalecer a superioridade do Estado sobre a Igreja.¹⁷³ Os assuntos da fé e do culto passaram para o controle do Estado. Os sacerdotes e os bispos eram funcionários do Estado e a Igreja era uma instituição a ele integrada.

A expulsão dos jesuítas representou o fim da dualidade Igreja/Estado. A Igreja Católica, sem a inserção social missionária, ao invés de legitimar o seu próprio discurso e construir as suas próprias bases eclesiais, passou, como instituição social integrada no Estado e veiculadora da religião oficial, a legitimar as suas ações políticas e a garantir uma certa representação de unidade estatal. Esta situação não lhe facultava autonomia diante das questões sociais, embora tivesse uma profunda inserção social a partir dos serviços públicos que prestava e do culto e dos sacramentos que

¹⁷² SCHALLENBERGER, *A integração...*, 97 e seguintes; GADELHA, Regina Maria A. F. “Jesuítas e guarani: a experiência missional triunfante.” In: GADELHA, Regina A. F. (ed.). *Missões guarani: impacto ...*, p. 233-248

¹⁷³SANTOS, Manuel Isaú Poinciano dos. *Luz e sombras nos internatos do Brasil*. São Paulo: Dom Bosco. 2000, p. 50.

ministrava.¹⁷⁴ Nesta dupla funcionalidade de dar conta das demandas políticas e religiosas, o catolicismo brasileiro passou a integrar os referenciais da cultura popular, mas não conseguiu evitar um certo desprestígio da instituição eclesiástica e uma certa vulgarização do conteúdo religioso. Afora isto, vinha se fomentando um espírito anticlerical, alimentado principalmente pela vertente francesa da intelectualidade brasileira, que engrossava as fileiras da maçonaria e das facções políticas que articulavam a mudança do regime. A relação histórica entre o Estado e a Igreja no Brasil desafiou, por certo, a modernidade.¹⁷⁵ As obrigações herdadas do padroado e do regalismo só perderam força da expressão moral, quando foram desautorizados pelo papa, em decorrência do processo de laicização do Estado.

De pouca expressão política, porque confundida com o Estado e com um clero de precária formação, a Igreja foi por séculos uma instituição conservadora a serviço do Estado¹⁷⁶. Até a segunda metade do século XIX esta relação manteve-se inalterada, com exceção de alguns movimentos, mormente messiânicos, que tiveram participação de facções hierárquicas da Igreja.

¹⁷⁴ A estrutura administrativa do Estado brasileiro teve uma forte base paroquial e os serviços públicos eram basicamente atendidos nas paróquias. O clero esteve muito exposto aos esquemas do poder e, muitas vezes, confundiu-se com os seus interesses.

¹⁷⁵ Tício Escobar, num capítulo dedicado à cultura e à modernidade, analisa o projeto da modernidade a partir dos paradigmas tecnológicos e dos mitos racionalistas. Na sua utopia de aproximar a possibilidade da satisfação das necessidades humanas aos domínios do próprio homem, analisa que a ganância provocou um distanciamento antes nunca verificado entre eles, impondo “ritmos estrangeiros” e processos alienantes, que, muitas vezes, serviram de referência para afirmar conteúdos pseudonacionais e subsidiar os movimentos modernistas. ESCOBAR, Tício. *Textos vários sobre cultura, tradición y modernidad*. Asunción: Agencia Española de Cooperación Internacional/ Centro Cultural Español Juan Salazar, 1992, p. 115-38. Referências para a construção e para o entendimento da nova racionalidade e para aproximar a modernidade das grandes transformações sociais ocorridas no Brasil na passagem do século XIX para o XX podem ser encontradas em: COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977, p. 265; TELES, Gilberto M. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976. IGLÉSIAS, Francisco. *Modernismo: uma verificação da inteligência nacional*. In: ÁVILA, Affonso. *O modernismo*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 16 e seguintes; ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1974, p. 242.

¹⁷⁶ SANTOS, Manoel Isaú Souza Ponciano dos. *Luz e sombras: INTERNATOS NO Brasil*. São Paulo: Salesianos, 2000, p. 50.

À medida em que o pensamento liberal tomou forma no Brasil, principalmente com a organização do Partido Liberal Progressista, em 1864, formado pelos liberais históricos e por conservadores e moderados dissidentes, começou uma campanha acirrada contra o Estado Imperial clerical e decadente. As idéias liberais passaram a veicular a mudança da estrutura do Estado, o voto direto e o fim da escravidão.¹⁷⁷ Do mesmo modo e concomitantemente o ideário positivista fez-se portador da modernidade em substituição à antiga ordem da filosofia cristã e do Império. O positivismo no Brasil, na percepção de José Antônio Tobias, “*será contra o Império, contra a união da Igreja e o Estado, contra a Monarquia, contra a Igreja Católica, contra o clero, porque o considera herança e representante da antiga ordem*”.¹⁷⁸ Assim como o liberalismo, o positivismo rejeitou a liderança e a matriz cultural de Lisboa, de Coimbra ou de Roma e estabeleceu vínculo em causa com o centro cultural de Paris. O Manifesto Republicano, de 1870, proclamava o fim do “*privilégio de religião, privilégio de raça, privilégio de sabedoria, privilégio de posição, isto é, de todas as distinções arbitrárias que criam no seio da sociedade civil e política a monstruosa superioridade de alguns sobre muitos*.”¹⁷⁹ O fim destes privilégios, pactuados pela Igreja Institucional, indicavam o caminho na direção de uma sociedade livre, baseada nas relações contratuais e na livre iniciativa, sem as tradicionais barreiras morais e legais.

A Igreja Católica era, de modo geral, resistente ao avanço das idéias liberais e ao ideário positivista, embora no interior da maçonaria, com a qual parcela do clero mantinha convivência, os princípios por eles defendidos adquiriam roupagem interpretativa e forma de expressão política.

¹⁷⁷ CASALECHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 32-47.

¹⁷⁸ TOBIAS, José Antônio. *História das idéias no Brasil*. São Paulo: EPU, 1987, p. 120-125.

¹⁷⁹ PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro. “Manifesto republicano de 1870”. In: *A idéia republicana no Brasil através dos documentos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973, p. 41.

Na segunda metade do século XIX, o movimento de mudanças no interior da Igreja, provocado pelo avanço do liberalismo, pelo crescente processo de industrialização, pela afirmação do estado laico e pelo agravamento da questão social na Europa, teve reflexos no Brasil. A reafirmação dos seus princípios doutrinários e da sua missão universal e a necessidade de uma maior disciplina e de uma unidade de ação do clero fizeram surgir o movimento conhecido como “ultramontanismo”, que visava colocar Roma no centro de todas as orientações e decisões do mundo cristão católico. A promulgação da bula papal *Syllabus*, em 1864, constituiu-se em um momento de explicitação da postura da Igreja, contrária à modernidade. Nas suas teses, a *Syllabus* condenava o pensamento liberal, a maçonaria e proibia os católicos de participar das sociedades maçônicas. Pio IX questionava nesta bula a legitimidade do poder puramente laico, sem o aval religioso. Entendia que sem inspiração divina o poder se reduziria ao sentido transitório e efêmero como o são as coisas temporais. Diante disso, ele não poderia simbolizar o perene e representar o inquestionável¹⁸⁰. Esta postura reacionária contrapôs-se às tendências políticas contemporâneas, que do viés autoritário ou democrático, associavam a ingerência da Igreja nos assuntos do Estado como um fator de imobilidade social.

Num esforço de centralização dogmática e de afirmação do poder divino diante do temporal, o Concílio Vaticano I, realizado em 1870, proclamou a infalibilidade do Papa, contrariando, inclusive, uma parcela significativa de bispos, com destaque aos bispos alemães, que entendiam ser esta uma postura extemporânea.¹⁸¹ Com Pio IX a Igreja chegou ao máximo da sua reação ao mundo moderno. A orientação antimodernista da Igreja Católica chamou contra si os mais

¹⁸⁰ Veja-se sobre a matéria os estudos de: ROMANO, Roberto. *Conservadorismo romântico: origem do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981; KREUTZ, *O professor paroquial...*; LARA, op. cit., p. 160-164; AZZI, *A cristandade colonial: mito e ideologia*. Petrópolis-RJ.: Vozes, 1977, p. 137-152; HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr (orgs.). *História geral da civilização brasileira – o Brasil monárquico – declínio e queda do império*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971, v. 4, cap. I e II.

¹⁸¹ HEINEN, op. cit., cap. I, ponto 2: Deutsche Bischöfe gegen Rom, p. 24 e 24.

diversos ataques tanto da sociedade civil, quanto dos estados que não aceitavam as orientações emanadas de Roma.

No Brasil, as diretrizes emanadas dos documentos papais não tiveram aceitação de parcelas significativas da intelectualidade e das facções políticas emergentes. Tampouco o governo imperial pôde anuir, sem restrições, aos propósitos do Vaticano, uma vez que as resistências políticas e sociais poderiam enfraquecer e inviabilizar o poder monárquico. Os apelos reacionários da hierarquia eclesiástica contribuíram para que segmentos hegemônicos da sociedade, intelectuais e políticos, se tornassem, cada vez mais, deístas e cada vez menos cristãos.¹⁸² Contrariada e diante do crescente anticlericalismo que ameaçava a sua autoridade moral, e do regalismo, que afetava a sua liberdade de ação, a hierarquia da Igreja, apoiada nas orientações de Roma, começou um movimento de reação, que visava a definição de um caminho próprio, independente do Estado. A tendência de orientação ultramontana que propugnava a supremacia da Igreja sobre o Estado, apoiada no princípio que defendia a origem divina de todo o poder temporal, fez crescer, portanto, a tensão entre duas instituições em crise: a Igreja Católica e o Estado Monárquico.

O Seminário de Olinda, criado já em 1832, e o Colégio São Francisco Xavier, de Recife, fundado pelos jesuítas na década de 1860, representaram dois importantes centros de formação do pensamento cristão e do movimento de renovação católica no Brasil. No plano pedagógico e na ação pastoral assumiram posições fundamentadas na doutrina moral da Igreja que se confrontavam diretamente com as posturas liberais e/ou cientificistas defendidas pela maçonaria e por outras instituições da sociedade civil da época. A intransigente postura dos jesuítas diante das questões doutrinárias e morais e a confessada orientação ultramontana de D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda, fez crescer a resistência em torno da sua

¹⁸² O deísmo rejeita toda a revelação divina, mas acredita em Deus e o concebe como força infinita, causa de todos os fenômenos do universo. SANTOS, Manoel., loc. cit., p. 50.

missão eclesial e educativa. Proliferaram movimentos de intimidação e de repressão. Os maçons e os liberais promoveram a depredação dos colégios, usaram de violência contra os jesuítas, convencendo o Gabinete do Império a expulsá-los das províncias de Pernambuco e da Paraíba, alegando serem os instigadores da revolta dos camponeses do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Alagoas e de Pernambuco contra os novos impostos criados sobre a atividade e sobre os produtos agrícolas.

O conflito entre a Igreja e o Estado agravou-se quando os bispos de Olinda, D. Vital de Oliveira, e de Belém, D. Antônio de Macedo Costa, procuraram aplicar as determinações do papa, expulsando os maçons das irmandades. Acusados de afrontarem as leis e promoverem a agitação, os prelados foram processados e condenados a quatro anos de prisão, em 1874, sendo posteriormente anistiados pelo Gabinete de Duque de Caxias¹⁸³.

A crise que se estabeleceu entre a Igreja e o Estado, além de motivar uma maior organização na estrutura da própria Igreja, desvelou a “*ignorância religiosa, o pietismo balofo, o fanatismo e a alienação do catolicismo brasileiro*”¹⁸⁴. “*Em fins da época imperial, tanto os liberais como os positivistas passaram a blandir com mais violência as suas espadas, dispostos a destruir definitivamente o mito da cristandade já enfraquecido e decadente*”¹⁸⁵. Rui Barbosa atacava violentamente o caráter retrógrado e autoritário da Igreja, denunciando o domínio do jesuitismo e do clericalismo sobre a corte imperial.¹⁸⁶ Chamou a si a questão da separação da Igreja do Estado, já proposta por Demétrio Ribeiro em reunião ministerial de 9 de dezembro de 1889. O Decreto governamental de 7 de janeiro de 1890, em seu artigo primeiro

¹⁸³ Sobre a questão religiosa consultar: NASCIMENTO, *A cultura ocultada*, cap. II, p. 31-85, especialmente p. 69-81.

¹⁸⁴ LARA, op. cit., p. 161.

¹⁸⁵ AZZI, *A cristandade...*, p. 138.

¹⁸⁶ Os jesuítas, além do seu papel preponderante na educação, fiéis ao primado da universalidade da Igreja, eram considerados como os esteios da doutrina e do catolicismo no Brasil.

proibiu à autoridade federal e aos Estados federados “*expedir leis, regulamentos, ou atos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e criar diferenças entre os habitantes do país, ou nos serviços sustentados à custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões filosóficas ou religiosas.*” Na seqüência assegurou igualdade de fé e de culto a todas as religiões, sem serem contrariados em seus atos, tornando a liberdade extensiva aos indivíduos, às igrejas, às associações e aos institutos para se constituírem e viverem coletivamente segundo o seu credo e disciplina sem intervenção do poder público. O mesmo decreto extinguiu o padroado e reconheceu personalidade jurídica a todas as igrejas e confissões religiosas.¹⁸⁷

Para os setores mais conservadores da Igreja Católica, a propalada separação da Igreja do Estado representava a laicização da sociedade. As populações rurais mantinham-se apegadas à visão sagrada da natureza e ao caráter sacral da sociedade, daí porque os movimentos messiânicos do início da República constituíram verdadeiras reações à profanação que o Estado teria promovido.

Antônio Conselheiro, já antes da questão religiosa propriamente dita, pregou pelo interior do Nordeste, organizando mutirões para a construção de igrejas e de cemitérios. Seus conflitos com a ordem estabelecida mereceram a repreensão da própria Igreja que, em 1882, o proibiu de fazer sermões. Com a proclamação da República opôs-se ferreamente ao novo regime, alegando tratar-se do anti-Cristo em virtude do casamento civil, da laicização do ensino e da liberdade religiosa introduzidos na Constituição de 1891.¹⁸⁸

¹⁸⁷ RABUSKE, Arthur. “Os inícios da república brasileira e a Igreja Católica.” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n. 126, 1990, p. 119-120.

¹⁸⁸ Veja-se a rebelião de Antônio Conselheiro e seus seguidores, a emergência do P. Cícero no Nordeste como o santo milagreiro, o contestado no Sul que foi, de certa forma uma reação ao progresso da região trazido pela estrada de ferro, em: AZZI, *A cristandade...*, p. 138-139. VENTURA, Roberto. “Canudos como cidade iletrada...”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, n. 1, v. 40, 1997, p. 165-179.

Se, por um lado, no período posterior à proclamação da República o episcopado reclamava contra o antigo Estado sacral ainda vigente, reivindicando maior liberdade em sua ação religiosa, por outro, a desestruturação da ordem sacral, típica do catolicismo tradicional, não foi feita sem conflitos, como é possível aferir pelos episódios de Canudos, de Juazeiro do Norte e do Contestado, com a liderança religiosa de Antônio Conselheiro, do Padre Cícero e do Monge José Maria, respectivamente.

A reação da Igreja Católica ao processo de laicização foi maior ainda quando o ministro de Estado, Rui Barbosa, propôs, no anteprojeto constitucional de 22 de junho de 1890, princípios que contrariavam os interesses do catolicismo brasileiro. Assim, no artigo 70 deste anteprojeto estava expresso o princípio restritivo do exercício do voto, declarando, no inciso 4º do parágrafo 1º, que “*os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações, ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas ao voto de obediência, regra ou estatuto, que importe a renúncia da liberdade individual*” não poderiam votar. Apregoava ainda, no artigo 72, a prevalência do casamento civil sobre o religioso, o ensino leigo nos estabelecimentos públicos, a secularização dos cemitérios, além da liberdade de culto e da sua não subvenção oficial. Contraditoriamente e numa prerrogativa regalista dizia o artigo 72, no seu parágrafo 8º, “*é [continua] excluída do país a companhia dos jesuítas [!] e proibida a fundação de novos conventos ou ordens religiosas [monásticas]*”.¹⁸⁹

A bancada rio-grandense, liderada pelo então presidente do Rio Grande do Sul, Dr. Júlio de Castilhos, reagiu à tentativa de expulsão dos jesuítas do país, pois via nisto um conluio atentatório contra a liberdade de consciência. Júlio de Castilhos, ao que consta, era admirador dos jesuítas, que desde que se fixaram no Rio Grande do Sul, em 1872, provenientes do exílio do império germânico, começaram uma obra educacional e social sem precedentes. Fundaram em São Leopoldo o Colégio de Nossa

¹⁸⁹ Anteprojeto Constitucional de 22 de junho de 1890. In: RABUSKE, “Os inícios da república...”, p. 129.

Senhora da Conceição, que se tornou uma referência na formação do clero, dos professores e da elite da época.¹⁹⁰ O poder de articulação do grupo de orientação positivista do Rio Grande do Sul sobre a organização do Estado Republicano era tamanho que o projeto de Rui Barbosa caiu por terra.

Não menor do que a do grupo positivista rio-grandense foi a insatisfação do episcopado brasileiro. Os bispos dirigiram-se ao Governo Provisório da República como “*chefes e guias espirituais do povo brasileiro*”, que

*“tendo sob a nossa guarda o princípio superior, o interesse supremo e permanente de que dependem a honra e a dignidade humana, – a santa liberdade das almas –, cumprimos o imperioso dever, levantando perante Vossa Excelência, Sr. Marechal, perante a nação que nos escuta, vozes sentidas e respeitadas, para reclamar e protestar contra essa opressão das consciências, absolutamente impossível de admitir-se num país cristão e livre”.*¹⁹¹

No documento dirigido ao chefe do Governo Provisório, vários foram os pontos destacados pelo episcopado brasileiro, sobre os quais manifestou seu agravo. Com ênfase especial proclamava que:

“Na pastoral coletiva que dirigimos ao clero e aos fiéis da Igreja brasileira, alçamos bem alto o pendão católico; profligamos com energia, sim, também com calma cheia de dignidade, a clamorosa injustiça praticada contra a

¹⁹⁰ JAEGER, Luis Gonzaga e NEIS, Rubem. “São Leopoldo no seu primeiro centenário”. Separata dos *Anais do Congresso de História e Geografia de São Leopoldo 1846-1946*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1947, p. 28-34.

¹⁹¹ “Reclamação do Episcopado Brasileiro dirigida ao Exmo. Sr. Chefe do Governo Provisório”. In: RABUSKE, “Os inícios da república...”, p. 130-137.

*Igreja Católica, excluída ignominiosamente de toda a relação oficial com o Estado, banida das escolas, dos colégios, de todos os estabelecimentos do governo e esbulhada da dotação que lhe era devido pelo erário nacional para a sustentação e decoro do culto”.*¹⁹²

No que diz respeito à liberdade, assegurava que a proposta constitucional se firma em princípios falsos, uma vez que “*a pretexto da liberdade de consciência, escancara as portas a todos os cultos, nivelando, assim, a verdade com o erro, e pondo na mesma categoria a Religião Santíssima de Nosso Senhor Jesus Cristo, Filho de Deus, e as tristes seitas engendradas pelo orgulho e paixão de homens desvairados.*”

Quanto à instituição do casamento civil, o documento episcopal o repelia taxativamente, afirmando que com ele “*pretende-se legitimar entre os cristãos, sem a bênção de Deus, sem a ação da graça, a união do homem e da mulher, a união que, fora do Sacramento do Matrimônio, tantas vezes tem sido anatematizada pela Santa Sé como um torpe e funesto concubinato, de que devem abster-se com horror todos os cristãos.*”

A despeito destes postulados que feriam a tradição da Igreja Católica os bispos sentenciaram:

“Embora não nos surpreendesse a consignação destes princípios dissolventes da sociedade e da família cristã, em decretos ditatoriais da nascente República, contudo, apesar das mitigações nelas postas, apesar das promessas feitas, não deixamos de sentir amarga dor, vendo os triunfos

¹⁹² Idem.

*alcançados pelo ímpio Positivismo, que rejeitou a Cruz da nossa bandeira, para ali inscrever a sua triste legenda e o seu louco simbolismo!”*¹⁹³

E, adiante, o documento expressava: “*No entanto, nós, como bispos e como cidadãos, levantamos, não contra a República, mas contra este ateísmo, as nossas reclamações até o poder supremo, como um desagravo à consciência oprimida*”.¹⁹⁴

A ruptura com o Estado, embora pudesse parecer um avanço na direção da liberdade e da autodeterminação da Igreja Católica, representou a perda de privilégios e, ao mesmo tempo, o fim da exclusividade do catolicismo como religião oficial do Estado. As idéias anticlericais e o Estado laico tornaram-se ameaça para uma Igreja que vivia à sombra do poder do Estado, uma vez que a ele esteve vinculada por força do padroado.

2. SINCRETISMO RELIGIOSO E IDENTIFICAÇÃO SOCIAL

A presença tímida de outras confissões religiosas, toleradas mas não reconhecidas pelo Estado brasileiro, teve com a separação da Igreja Católica do Estado e com a garantia constitucional da liberdade religiosa, novo alento. As igrejas evangélicas passaram a explicitar mais ostensivamente a sua respectiva missão na sociedade, o que veio caracterizar, de forma definitiva, o fim da exclusividade católica. A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil passou a centrar a sua atenção em torno da sua organização interna, buscando um perfil institucional e uma maior

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ Idem.

unidade de orientação. Neste intuito, os sínodos passaram a exercer uma função importante de integração das comunidades e de representação institucional diante da sociedade. Os vínculos de integração que se estabeleceram entre os sínodos das diferentes regiões caracterizaram uma presença institucional antes não percebida em termos nacionais. Com forte atuação no campo educacional, a constituição de comunidades educativas e religiosas marcou a presença evangélica luterana na formação social brasileira. Na busca da construção da sua identidade, a Igreja Evangélica Luterana no Brasil, começou a preocupar-se com a formação de pastores, que teriam que ser brasileiros. O desejo de ter uma Igreja autônoma incluía a necessidade de ter pastores nascidos e formados no país.¹⁹⁵ Neste esforço, esteve implícita a intenção de livrar-se das dependências e de criar uma personalidade própria e mais identificada com o povo brasileiro. Isto demandaria necessariamente uma familiaridade maior com a cultura e com as demandas sociais dos brasileiros. As guerras e a atmosfera nacionalista gerada por elas criaram dificuldades para a manutenção do carisma germânico da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, que, por sua vez, tornou a prerrogativa da identificação no povo ainda mais viva.¹⁹⁶ Com isto, a Igreja, que esteve intimamente ligada à imigração alemã, passou a promover uma maior abertura, no sentido de possibilitar-lhe uma inserção social mais ampla.

A Convenção do Sínodo Missouri, dos Estados Unidos, por considerar as circunstâncias decorrentes das mudanças da ordem social, com a imigração, da ordem política, com a proclamação da República, e da ordem religiosa, com o fim da religião oficial, favoráveis, decidiu iniciar os trabalhos missionários no Brasil. A motivação primeira fundamentava-se na presença de “... *grande número de almas imortais,*

¹⁹⁵Wilhelm Rotermund já declarava, em 1877, que os futuros pastores teriam que ser brasileiros e que, por isso, teria que criar-se uma instituição para formá-los. BECKER, Rudolf. “O Sínodo Rio-Grandense no século XX.” In: *Enciclopédia Rio-Grandense*. 5 vol. Imigração, Canoas: Regional, 1958, p. 144.

¹⁹⁶Idem, p. 171.

*redimidas por Jesus Cristo, que, sendo alemães e filhos de alemães, descendem do mesmo povo que nós.*¹⁹⁷ A existência de uma identidade étnica e religiosa para dar embasamento ao trabalho missionário e à organização eclesiástica serviu de referência para apontar o imenso campo pastoral das novas fronteiras da missão.

As igrejas pentecostais também foram buscando a consolidação do seu espaço religioso numa sociedade em transformação. A urbanização havia provocado o surgimento de agrupamentos sociais instáveis, multi-étnicos e caracterizados por uma diversidade cultural, que possibilitava espaços para a criação de novas referências socioculturais e religiosas. O catolicismo e o luteranismo consolidavam os seus campos pastorais, primordialmente, a partir de referências socioculturais e religiosas estáveis. No início do século XX, a Assembléia de Deus lançou as suas bases no Brasil em meio às populações mais carentes e marginalizadas. Atenta aos novos espaços urbanos em formação, buscou aproximar a sua mensagem religiosa das situações sociais caracterizadas pela transitividade e pelo infortúnio. Marcada pelas resistências derivadas da própria religiosidade popular e pelas oferecidas pelas demais instituições eclesiásticas que procuravam a sua legitimação social, a Assembléia de Deus foi consolidando o seu campo religioso preferencialmente no espaço urbano.¹⁹⁸

A disputa em torno da construção do campo religioso e a influência dos distintos grupos sociais e das diferentes culturas sobre a religiosidade popular fez com que os símbolos e as motivações de conduta religiosa dessem lugar a um sincretismo religioso. No sincretismo religioso, responsável pela produção e pela reprodução dos elementos constitutivos da religiosidade popular, as igrejas tiveram que buscar a

¹⁹⁷ WARTH, Carlos Henrique. “Igreja Evangélica Luterana.” In: *Enciclopédia Rio-Grandense*. 5 vol. Imigração, Canoas: Regional, 1958, p. 237-267.

¹⁹⁸ A Assembléia de Deus começou a se estruturar em 1911, em Belém do Pará, seguindo, posteriormente para o Rio de Janeiro, Salvador e demais cidades significativas do Brasil. <http://www.assembleiadedeus.br/na-web.net> (15 de junho de 2001).

transcendência a partir das manifestações concretas, expressas nas formas religiosas produzidas através de símbolos e de imagens.¹⁹⁹

Em vista do processo de secularização e da inserção de novas religiões e de novas seitas no seio da sociedade brasileira, surgiu a primeira Pastoral Coletiva do Episcopado brasileiro, “*que orientava os católicos a bem aplicar a liberdade da Igreja em si e a liberdade concedida pelo Regime Republicano*”.²⁰⁰ As “*seitas espíritas e norte-americanas*” representavam um risco para a sociedade, na visão das lideranças do catolicismo, uma vez que corroíam os valores tradicionais que sustentavam a ordem e a conduta social.²⁰¹ A Igreja Católica passou, de então em diante, a assumir uma postura positiva, conclamando os fiéis a uma participação efetiva na ação pastoral e na vida política a fim de garantir as reivindicações sociais fundamentais, principalmente no que diz respeito à família e à educação²⁰². Defendeu o princípio da equidade e da cidadania, assegurando que os governantes, enquanto detentores da autoridade que vem de Deus, deveriam exercê-la na perspectiva de não estender menos a cada uma das criaturas em particular do que a todo o conjunto social.²⁰³ A Igreja Católica assumia, desta forma, a condição de guardiã da sociedade. Por esta razão, proclamava a prudência civil e o dever dos governantes de zelar para que os esteios de todo o desenvolvimento fossem

“os costumes puros, as famílias fundadas sobre as bases da ordem e da moralidade, a prática da religião e o respeito da justiça, uma imposição moderada e uma repartição equitativa dos encargos públicos, o progresso da indústria e do comércio, uma agricultura florescente e outros elementos,

¹⁹⁹ BORGONHO, Miguel Alvarado. *Sincretismo religioso latinoamericano y pensamiento católico*. Santiago-Chile: Universidad Católica Blas Cañas, 1995. (Serie de Investigaciones, 2).

²⁰⁰ SANTOS, Manoel, op. cit., p. 52.

²⁰¹ As lideranças do *Volksverein* entendiam que o único remédio para fazer frente às seitas e aos modismos religiosos era a educação religiosa das crianças. O que se ensina na infância pratica-se na vida adulta. *Skt. Paulusblatt*, n. 4, abr. 1932.

²⁰² Idem.

²⁰³ LEÃO XII, *Rerum Novarum*, 52, p. 27.

se os há, do mesmo gênero: todas as coisas que se não podem aperfeiçoar, sem fazer subir outro tanto a vida e a felicidade dos cidadãos.”²⁰⁴

A assunção de uma posição marcante, que colocava como referência para a ordem social e política os princípios derivados da doutrina social da Igreja, motivou a conclamação de todos os católicos para, com zelo infatigável, tanto no campo social e econômico, como no do ensino e da religião, a promover a renovação da Igreja e a restauração da sociedade. A formação de lideranças religiosas e a educação popular constituíam-se, sem mais, os maiores desafios para tal intento. A promoção da vinda de congregações e ordens religiosas aceleraria o processo da renovação da Igreja e representaria uma possibilidade de inserção social maior.²⁰⁵ De fato, com a vinda das diferentes ordens e irmandades a presença evangelizadora, assistencial e educacional da Igreja Católica tornou-se mais intensa.

Na educação, os jesuítas haviam revelado a sua presença pedagógica com trabalhos e com grandiosos estabelecimentos de ensino, principalmente nos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo e do Rio de Janeiro. De relevante presença na formação do clero, este empreendimento educacional, associado a toda a obra evangelizadora da Companhia de Jesus no Brasil, havia merecido referência na intransigente defesa feita pelo episcopado brasileiro ante a tentativa da sua expulsão, engendrada no anteprojeto constitucional de Rui Barbosa.²⁰⁶ Criticados, muitas vezes, pelos próprios jesuítas, os seus opositores renderam-se diante do fomento dado às ciências e às letras pela pedagogia inaciana. Marcante foi, também, a contribuição jesuítica na organização das paróquias. A formação do clero e a

²⁰⁴ Idem, 48, p. 25.

²⁰⁵ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil – 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989; ALMEIDA, Candido A. M. de. *Os religiosos, a Igreja e seu desenvolvimento político no Brasil*. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Justiça e Paz, 1978

²⁰⁶ Reclamação do Episcopado Brasileiro... In: RABUSKE, “Os inícios da república...”, p. 133. O referido documento veio assinado por 15 bispos.

organização paroquial representaram fatores de vital importância para a renovação da Igreja Católica brasileira. O clero, numericamente reduzido e mal preparado até então, não conseguia dar a devida distinção entre o ministério sacerdotal e as obrigações do serviço público.²⁰⁷ As paróquias teriam que, nestas circunstâncias, adquirir personalidade jurídica própria, enquanto instâncias da organização eclesiástica, capazes de atender às demandas religiosas e consolidar o campo religioso da Igreja na sociedade. Constituíam-se, portanto, nos espaços privilegiados para a conversão social da mensagem religiosa.

3. O PENSAMENTO SOCIAL CRISTÃO E A RENOVAÇÃO DO CATOLICISMO BRASILEIRO

Se a religiosidade esteve impregnada na cultura do povo brasileiro, as igrejas, nestas novas circunstâncias, procuravam dar-lhe forma, para criar uma identidade a partir de si mesmas. O progressivo avanço dado pela Igreja Católica na direção de um diálogo com a modernidade, através da publicação das encíclicas de Leão XIII, *Libertas*, em 1888, e da *Rerum Novarum* de 1891, teve eco no Brasil. A *Libertas*, que tratava da questão da liberdade, conceituando-a como um bem da natureza, e a *Rerum Novarum*, que tratava da questão operária e inaugurou a doutrina social da Igreja, foram decisivas para o movimento da renovação católica no Brasil. A necessidade de buscar uma maior legitimação social demandava uma maior aproximação do povo. Impunha-se a compreensão da sua cultura, das suas angústias e

²⁰⁷ RUBERT, Arlindo. “Os bispos do Brasil no Concílio Vaticano II.” In: *Revista eclesiástica brasileira*, n. 29, v. 1, p. 103-120, mar. 1969, citado, também, em : SANTOS, Manoel, op. cit., p. 50, refere que o comportamento de muitos sacerdotes não se distinguia do dos leigos e lavavam uma vida promíscua, voltada para os interesses pecuniários.

do seu espírito para que a mensagem religiosa tivesse receptividade e pudesse encarnar-se.

Assim como o “*modernismo nos ofereceu – do Urupês, de Monteiro Lobato, ao Retrato do Brasil, de Paulo Prado – um fio condutor que descerrava um país ignorado, por inconveniente e constrangedor,*”²⁰⁸ assim, também, o catolicismo brasileiro revelou uma Igreja desfalecida e um povo propositadamente mantido na ignorância, no fanatismo e na alienação religiosa.²⁰⁹

A descoberta do povo e a conquista de espaços sociais para despertar o catolicismo brasileiro tornaram-se elementos vitais que deveriam ser conciliados na ação renovadora da Igreja Católica. O pensamento católico começou a formar escola e teve no padre Júlio Maria (1850-1917) e no bispo D. Sebastião Leme (1865-1941) estímulo especial. D. Sebastião Leme lançou, em 1916, a Carta Pastoral sobre *a Ignorância religiosa e seus remédios*. Argumentava que a grande força de transformação social residia na pregação, na leitura e na instrução religiosa, no lar e na escola. O bispo de Olinda, depois cardeal do Rio de Janeiro, pode ser apontado como o grande líder da renovação do catolicismo brasileiro. Com ele o padre Júlio Maria tornou-se um grande difusor do pensamento católico renovado. Pregava a aceitação da República e o aproveitamento das oportunidades que ela nos oferecia. Acreditava na força da doutrinação e apontava para a necessidade da Igreja deixar de lado a aliança com as classes sociais privilegiadas e de colocar-se ao lado do povo.²¹⁰ Júlio Maria percorreu o Brasil inteiro num esforço gigantesco de uma conversão pastoral para a modernidade.

²⁰⁸ SCHALLENBERGER, Erneldo. *Modernismo e revolução estética*. Porto Alegre: PUCRS, 1984, p. 5, não publicado; CURY, Maria Zilda Ferreira. “Arte e criação em Macunaíma”. In: *Ensaios de semiótica*, Belo Horizonte, v. III, n. 6, dez. 1982, p. 151. Neste estudo Maria Zilda aponta o surgimento das “ligas nacionais” como um movimento no seio da sociedade brasileira que apontou para o despertar da nacionalidade.

²⁰⁹ Veja-se sobre o assunto: AZZI, *a cristandade...*, 160-170; SANTOS, Manoel, op. cit., p. 54.

²¹⁰ Veja-se sobre o assunto: AZZI, *A cristandade...*

A necessidade de aproximar-se do povo revelava o novo desafio da Igreja Católica diante das questões sociais no Brasil, que tiveram na passagem do Brasil Império para a República uma presença crescente de outras confissões religiosas e de ideologias, que apontavam para utopias sociais divergentes da ordem social cristã e da utopia inspirada no Reino de Deus. O anarco-sindicalismo e o socialismo afiançavam uma ordem social que desafiava os princípios da ética cristã e da doutrina social do catolicismo. O movimento social no Brasil começou a ter uma articulação maior a partir da difusão dos movimentos revolucionários da Europa e dos conteúdos de cunho socialista ou anarquista veiculados na imprensa. Em decorrência disto surgiu, entre 1878 e 1907, um significativo número de periódicos, de orientação socialista ou anarco-sindicalista, voltados para o movimento operário ou para as questões sociais emanadas dos conflitos de uma sociedade em transformação.²¹¹

A incipiente industrialização, e com ela a urbanização, a imigração e a mudança nas relações sociais que estes processos engendraram, criaram espaços para o surgimento do movimento operário e para a difusão de novas propostas de desenvolvimento social. Sem uma inserção social positiva, o catolicismo brasileiro não

²¹¹ Entre 1878 e 1907 surgiram inúmeros periódicos, dentre os quais pode-se apresentar a seguinte amostra: *O Internacional Socialista* (1878), de Salvador; *O Socialista* (1878), do Rio de Janeiro; *O Protesto* (1899), do Rio de Janeiro; *O Tributo Socialista* (1878), de Pelotas; *Voz do Povo* (1890), do Rio de Janeiro; *O Socialista* (1882), de Salvador; *A Terra Livre* (1905), São Paulo – Rio de Janeiro; *O Nihilista* (1882), do Rio de Janeiro; *Gazeta dos Operários* (1875), do Rio de Janeiro; *O Socialista* (1885), de Paraisópolis (MG); *A Questão Social* (1895), de Santos; *O Operário* (1889), de Fortaleza; *Echo Popular* (1890), Rio de Janeiro; *A Voz Operária* (1894), de Salvador; *El Grito del Pueblo* (1899), de São Paulo; *O Panificador* (1900), do Rio de Janeiro; *A Lanterna* (1904), de São Paulo; *O Primeiro de Maio*, do Rio de Janeiro; *Brasil Operário* (1903), Rio de Janeiro; *Gazeta Operária* (1902), Rio de Janeiro; *União Operária* (1906), do Recife; *Jornal Operário* (1905), de São Paulo; *O Avante* (1900), de Niterói; *Avanti* (1900), São Paulo; *La Bataglia* (1900), de São Paulo; *Amigo do Povo* (1903), São Paulo; *A Lanterna* (1901), de São Paulo; *O Chapeleiro* (1904), São Paulo; *A Guerra Social* (1909), do Rio de Janeiro; *O Luctador* (1908), do Rio de Janeiro; *A Aurora* (1905), de São Paulo. O *Avante* e *La Bataglia* eram escritos em língua italiana e tinham uma orientação anarquista, como ademais, em toda a imprensa operária prevaleceram as idéias dos imigrantes. Sheldon apresenta em sua obra um estudo demográfico em que demonstra a superioridade quantitativa e tecnológica dos imigrantes. SHELDON, Leslie Maran. *Anarquistas, imigrantes e movimento operário (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

conseguiria conter estas novas propostas e as articulações sociais delas decorrentes. A imprensa católica era praticamente nula em relação à imprensa operária, que, por sua vez, manifestava-se hostil ou era indiferente ao catolicismo. Até o final da primeira década do século XX, as experiências desenvolvidas pela imprensa católica eram acanhadas. Em 1921, um grupo de católicos liderados por Jackson de Figueiredo, após fundarem a escola de pensamento católico Centro Dom Vital, instituíram a revista *A Ordem*, de orientação ultramontana e preocupada em cerrar fileiras em torno da Igreja Institucional, para difundir doutrinas tradicionalistas que pudessem mobilizar os católicos.²¹²

O incremento dado ao catolicismo brasileiro através da vinda das ordens e das congregações religiosas teve significativa repercussão sobre a formação do clero e das lideranças religiosas. Portadores de sólida formação religiosa e de um discurso social renovado em base à doutrina social de Igreja e exercitado no social-catolicismo, os religiosos procuravam aproximar o catolicismo brasileiro da tradição religiosa apreendida dos seus países de origem. Da mesma forma como os agentes religiosos da Igreja Evangélica Luterana encontravam nos espaços sociais e culturais criados pela imigração o lugar apropriado para a constituição de suas bases e de identificação das suas concepções e práticas religiosas e sociais. O ponto de partida para a missão dos evangélicos luteranos e de muitas congregações religiosas era, portanto, o espaço da imigração.

Nos espaços construídos pela imigração, onde a tradição e a religião conjugavam-se no cotidiano, apresentava-se um terreno propício para a difusão de idéias apreendidas do pensamento social cristão. Na essência da vida das congregações e das ordens religiosas estava um ordenamento social compreendido a partir das relações comunitárias. Isto aproximou-as dos ambientes sociais onde os elementos da

²¹² SANTOS, Manoel, op. cit., p. 54 e 55.

cultura e da religiosidade facultassem a identificação e a construção de vínculos de solidariedade, capazes de abrigar as propostas religiosa e social que portavam.

No Sul do Brasil, no espaço criado pela imigração desenvolveu-se uma imprensa, de orientação cristã, católica e evangélica, muito representativa. Visava não só a difusão do cristianismo para fazer frente aos perigos da modernidade, especialmente ao socialismo, mas também a formação humana e cristã das famílias, no intuito de alavancar o “*bem-estar material e espiritual dos colonos*”. Jornais, revistas, almanaques multiplicavam-se na perspectiva de solidificar uma ação pastoral e educativa que servisse de referência para as práticas sociais e para o modelo de desenvolvimento social desejado.²¹³ Padres e pastores empenhavam-se neste trabalho educativo, com metodologias e percepções políticas diversas, mas com o objetivo de fazer frutificar o cristianismo. A Igreja Evangélica mais próxima da modernidade, buscava a construção do seu espaço social a partir de uma educação que fosse capaz de instrumentalizar os seus membros para uma participação social efetiva e para a obtenção dos benefícios no mundo da produção. A católica, sob forte influência dos jesuítas, que consolidaram a sua obra depois que a constituição brasileira lhes ofereceu garantia de permanência no país, desencadeou o movimento de ação educativa e apostólica, tendo como horizonte a sua renovação.

²¹³ JAEGER e NEIS, “São Leopoldo no seu primeiro centenário...” A imprensa no Rio Grande do Sul teve, neste ambiente caracterizado, forte incremento entre os teuto-brasileiros. Na vertente católica surgiram, entre outros escritos: *O Riograndenser Bauernfreund*, *Sankt Paulus-Blatt*, *Familienfreund Kalender*, além de textos e escritos esporádicos. No universo evangélico: *Kalender für die Deutschen Evangelische Gemeinden in Brasilien*, *Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien*, *Riograndenser Synode-Berichte*, *Sonntagsblatt*, entre outros noticiários e anais esporádicos. O *Deutsches Volksblatt*, jornal existente desde 1871, o *Deutsche Zeitung* e o *Neue Deutsche Zeitung*, não assumiam um caráter religioso confessional, embora o primeiro esteve próximo das causas do catolicismo, enquanto os dois últimos eram simpáticos ao protestantismo. Das *Nachrichtenblatt*, órgão da Liga das Uniões Coloniais, se dizia a-confessional, mas teve uma linha editorial fortemente influenciada pelo luteranismo. O mesmo pode-se dizer do *Serra-Post*, de Ijuí, mesmo sendo um jornal laico, tornou-se um forte instrumento de apoio e difusão das ações pastorais da Igreja Evangélica Luterana.

O pensamento católico brasileiro, de forte mas não exclusiva orientação tomista, não conseguiu de todo a sua expressão como doutrina social norteadora do magistério da Igreja. As orientações emanadas da encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, no Brasil passaram a ser lidas, na ótica da Igreja Institucional, muito mais à luz dos perigos eminentes e das conveniências do que das *coisas novas* que estavam a exigir uma releitura da doutrina e uma postura nova e diferenciada no universo da pastoral, muito bem expressa mais de meio século depois.²¹⁴

O avanço da questão social promoveu, de certa forma, uma nova aproximação entre a Igreja e o Estado. A postura de Roma esteve aberta para esta possibilidade a partir da década de 1920. No Brasil, Riolando Azzi assegura que:

*“Se, no início da era republicana, a burguesia emergente julgou poder dispensar a colaboração da Igreja, mediante a proclamação da laicidade do Estado, a importância da religião passou a ser revalorizada quando as novas forças populares, resultantes do processo industrial, começaram a se organizar sob a inspiração dos ideais anarquistas e socialistas. Aos líderes da velha república pareceu então indispensável contar com a força da instituição eclesiástica para moldar a consciência popular dentro dos padrões da ordem e respeito às autoridades constituídas”.*²¹⁵

A idéia renovada da aliança entre Igreja e Estado teve guarida, também, no Sul do Brasil. Com a nomeação de D. João Becker como primeiro bispo da Diocese de Florianópolis, em 3 de maio de 1908, depois da sua criação pela Bula *Quum Sanctissimus Dominus Noster*, por Pio X, em março do mesmo ano, e com a criação da

²¹⁴ CNBB. *Exigências cristãs de uma nova ordem política*. Série documentos, 10. São Paulo: Paulinas, 1977. As encíclicas *Mater et Magistra* (1961), de João XXIII, e *Octagésima Adveniens* (1971), de Paulo VI, evocam a releitura da doutrina social da Igreja.

²¹⁵ AZZI, *A cristandade...*, p. 139.

Província Eclesiástica do Rio Grande do Sul, pela Bula *Predecessorum Nostrarum*, de agosto de 1910, elevando a Diocese de Porto Alegre à condição de Arcebispado, que viria a ser ocupado durante 34 anos, a partir de 1912, por D. Becker, a orientação pastoral da Igreja apontava para uma aliança com o Estado.²¹⁶ “A Igreja prescreve a razoável submissão às autoridades. Ela, que é a coluna e o sustentáculo da verdade, ensina as doutrinas e os princípios, em que radicam inteiramente a tranqüilidade, a salvação e a segurança da sociedade...” declarou em sua XXIV Carta Pastoral.²¹⁷

Na sua concepção de Estado expressa que “é indubitavelmente certo que a vontade divina é a última fonte do poder público”²¹⁸ e “toda a vida pública deve ser penetrada e determinada pela moral cristã”²¹⁹. Com isso procurou evidenciar que, apesar dos esforços do laicismo para eliminar os vínculos naturais que existem entre a religião e o Estado, ninguém pode ignorar a “interdependência entre a religião, a moral, o direito e a vida política”.²²⁰

Partindo do exclusivismo que marcou o pensamento do social-catolicismo, D. João Becker enunciava que só a Igreja Católica, fundada por Jesus Cristo, era quem tinha condições de oferecer à sociedade humana possibilidades para remodelar as suas instituições. Cabia, no entanto, ao Estado atuar no terreno político e material, seguindo

²¹⁶ D. João Becker nasceu em São Wendel, na Alemanha, a 24 de fevereiro de 1870. Na infância veio, em companhia dos seus pais para o Brasil, fixando-se em São Sebastião do Caí, no Rio Grande do Sul. Estudou em São Leopoldo e formou-se sacerdote pelo Seminário Episcopal de Porto Alegre, sendo ordenado em 1896. Pároco do Menino Deus, foi sagrado Bispo de Florianópolis pelas mãos de D. Cláudio José Gonçalves Ponce de León, Bispo do Rio Grande do Sul, em 1908. Em 1912 ocupou o lugar de D. Cláudio na qualidade de Arcebispo. Veja-se o artigo de: CABRAL, Osvaldo R. “Subsídios para a história eclesiástica de Santa Catarina”. In: *Revista de História*, n. 72, v. XXXV, 1967, p. 417-462.

²¹⁷ BECKER, D. João. *Vigésima quarta carta pastoral – O futuro da nação brasileira*. Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa, 1934, p. 8.

²¹⁸ BECKER, D. João. *Vigésima carta pastoral – Cristo e a república*. Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa, 1931, p. 15.

²¹⁹ BECKER, *Vigésima quarta...*, p. 34-35.

²²⁰ BECKER, D. João. *Vigésima primeira carta pastoral – O laicismo e o Estado moderno*. Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa, 1931, p. 62.

a orientação moral e espiritual da Igreja. Para Becker, o novo Estado brasileiro necessitava a reintegração dos princípios cristãos ensinados pela Igreja Católica para garantir a estabilidade e o progresso. Dizia: *“Nada merece maior louvor que a conformidade entre o direito de Deus e o direito dos homens, entre o direito da Igreja e o direito do Estado. Para conciliar esta harmonia, contribuem, de modo especial, as relações amistosas entre a Igreja e os poderes públicos, denominadas concordatas”*.²²¹ No horizonte desta visão, vislumbrava a influência da Igreja Católica sobre a sociedade como uma forma de fortificar os vínculos de obrigação e de respeito ao poder público, prestando-lhe colaboração e obediência.

Esta visão que perpassava o ideário da mais representativa parcela da hierarquia eclesiástica, nem sempre foi de todo partilhada pelo clero ou pelas lideranças leigas, especialmente quando se tratava de ordens que mantiveram vínculos de obediência fora da jurisdição eclesiástica das igrejas locais, a exemplo da Companhia de Jesus. Desta forma, desenvolveram-se trabalhos pastorais em realidades sociais diversas, que colocavam no seu horizonte a promoção humana através da doutrina social cristã e não a promoção e a garantia do espaço político institucional pela subordinação dos fiéis.

A postura de parte da hierarquia da Igreja Católica como aliada do poder político e a sua crescente preocupação anticomunista inibiram um trabalho pastoral mais próximo das realidades sociais mais conflitantes. Mesmo assim, sob a liderança de D. Sebastião Leme e de D. Helvécio Gomes de Oliveira, uma parcela do episcopado brasileiro conseguiu uma grande mobilização em torno das idéias e da defesa do catolicismo. Beozzo afirma a respeito que *“a força da Igreja, em 1931-34, não residia no episcopado simplesmente, mas na capacidade que este teve de mobilizar o povo e uma fração da intelectualidade brasileira católica em torno de*

²²¹ BECKER, *Vigésima quarta carta ...*, p. 10.

alguns objetivos”²²². De fato, o Cardeal Leme representou a expressão maior da renovação católica no Brasil. Criou a Confederação Católica Brasileira, experiência embrionária da Ação Católica Brasileira, implementada na década de 1920 e oficializada pelos bispos do Brasil, a pedido do papa Pio XI, em 9 de junho de 1935, que se tornou o maior instrumento de mobilização do laicato católico.²²³ Além de criar novas paróquias e organizações, contribuiu significativamente para a dinamização das estruturas eclesiais. Na década de 1920 a Ação Católica Brasileira começou a estruturar as suas bases no seio da sociedade, organizando movimentos de juventude, de adultos, femininos e masculinos. Tratava-se de envolver os leigos na ação pastoral da Igreja, com a finalidade de torná-la presente no povo e de mantê-la influente na sociedade.²²⁴ Era preciso despertar nos católicos clareza, segurança e intrepidez para que pudessem fazer frente aos novos desafios postos pela modernidade.²²⁵ Os trustes, os sindicatos e os movimentos sociais organizados refletiam os desafios do novo tempo. A organização dos leigos através da Ação Católica Brasileira, mais expressiva a partir da década de 1930, fez com que a Igreja se aproximasse dos movimentos sociais, sem conseguir, no entanto, exercer um controle sobre eles. As próprias organizações de leigos, como a Juventude Católica e a Juventude Operária Católica, próximas dos movimentos operários, fugiam, muitas vezes, do controle da hierarquia eclesial.²²⁶

Embora o episcopado impedisse que a Ação Católica entrasse no debate político, para não bater de frente com os poderes constituídos do Estado, foi através da Liga Eleitoral Católica, fundada em 1932, que os católicos conseguiram influenciar a

²²² BEOZZO, José Oscar. “A Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. T. 4 – Brasil republicano. São Paulo: DIFEL, 1978, p. 341. D. Sebastião Leme foi nomeado Cardeal e Arcebispo Auxiliar do Rio de Janeiro, enquanto D. Helvécio era Arcebispo de Mariana. Veja-se: SANTOS, Manoel, op. cit., p. 56.

²²³ *Skt Paulusblatt*, n. 6, jun. 1938, p. 123.

²²⁴ <http://historiadajoc.hpg.com.br/historico.htm> (14 jun. 2001).

²²⁵ *Skt Paulusblatt*, n. 8, ag. 1936, p. 1 e 2.

²²⁶ <http://www.historiadajoc.hpg.com.br/historico.htm> (14 jun. 2001).

Constituição de 1934. Com o programa da Liga, dentre outras questões, ficou garantido o voto feminino e a inclusão dos princípios cristãos na legislação trabalhista.²²⁷

Para desenvolver a Ação Católica era necessário remover a ignorância religiosa e a alienação do catolicismo brasileiro.²²⁸ Por toda parte foram fundadas “Ligas Católicas” com a finalidade de despertar a consciência e desenvolver ações coletivas que pudessem fazer avançar as propostas pastorais e servir de força reivindicatória na defesa dos interesses eclesiásticos. As Ligas Católicas expressavam, também e por seu turno, a intencionalidade de uma maior presença da Igreja nas questões de ordem política. Esta intencionalidade teve expressão concreta na reforma constitucional de 1926, quando os católicos apresentaram pontos importantes, que foram, posteriormente, incorporados ao programa da Liga Eleitoral Católica e defendidos na Constituinte que elaborou a Constituição de 1934. Dentre estes pontos merecem destaque:

- a) promulgação da constituição em nome de Deus;
- b) defesa da indissolubilidade do laço matrimonial;
- c) assistência às famílias numerosas;
- d) reconhecimento de efeitos civis ao casamento religioso;
- e) incorporação legal do ensino religioso facultativo nos programas das escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais;
- f) assistência religiosa facultativa às classes armadas, prisões, hospitais...;
- g) legislação do trabalho inspirada nos preceitos da justiça social e nos princípios da ordem cristã;
- h) repouso semanal, coincidindo com o domingo;
- i) defesa dos direitos e deveres da propriedade individual;

²²⁷ Veja-se nota 57; LIMA, Alceu Amoroso. *Indicações políticas – da revolução à constituição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936, p. 133-144.

²²⁸ Idem.

- j) liberdade de sindicalização, de modo que os sindicatos católicos, legalmente organizados, tenham as mesmas garantias dos sindicatos neutros;
- l) reconhecimento do serviço eclesiástico, de assistência às forças armadas e às populações civis como equivalente ao serviço militar;
- m) decretação de lei de garantia da ordem social, contra quaisquer atividades subversivas, respeitadas as exigências das legítimas liberdades políticas e civis.²²⁹

Além das questões doutrinárias e da moral cristã, estiveram presentes preocupações sociais relativas à legislação trabalhista, ao associativismo e à política expressa em torno da ordem social e do regime de propriedade. Embora não tivessem alcançado pleno êxito na reforma constitucional de 1926, foi na Constituição de 1934 que todas as propostas foram contempladas a rigor, com o reforço do princípio da pluralidade sindical, garantindo às associações religiosas a possibilidade de adquirirem personalidade jurídica nos termos da lei civil.²³⁰ Na trajetória da renovação do catolicismo brasileiro, os temas da doutrina social da Igreja Católica passaram a ter importância para construir as referências centrais para a conversão social da mensagem cristã. Num contexto de mudança social, as preocupações em torno da ordem social e do modelo de desenvolvimento social tomaram corpo no interior do catolicismo. Nesta perspectiva, o eixo central de todas as relações sociais e de toda a ordem social era a família. Na integridade da família, constituída a partir do matrimônio religioso, indissolúvel, sustentar-se-iam as relações e as instituições estáveis da sociedade. Todo o desenvolvimento social deveria assentar-se sobre o equilíbrio e o bem-estar da família. A propriedade, como espaço de criação e de realização e como fator de segurança, era tida como imprescindível para o

²²⁹ Idem.

²³⁰ Idem.

desenvolvimento do indivíduo e da sociedade.²³¹ A educação, de caráter religioso, apresentava-se como mediação fundamental para o aprendizado dos princípios da ética cristã, que levariam a uma conduta social condizente com a ordem social cristã.

As questões mais próximas da modernidade,²³² como o trabalho assalariado e a organização sindical, embora a Igreja Católica majoritariamente não renunciasse da sua cosmovisão a partir do horizonte da sociedade agrária, não foram desconsideradas pelo catolicismo brasileiro. Reivindicava, nos espaços políticos apropriados, a dignificação do trabalho e uma legislação inspirada na justiça social e na ética cristã. Defendia a organização de sindicatos livres, que possibilitassem a presença da Igreja nos movimentos sociais. Os sindicatos neutros, suscetíveis às influências anarquistas e socialistas representavam uma ameaça à ordem social cristã. Ao Estado cabia, portanto, o combate à subversão, para que a sociedade não fosse desviada do desenvolvimento social proposto pela doutrina social da Igreja.²³³

O empenho da Igreja Católica em desenhar um mapa social que comportasse um discurso social único para a aplicação da doutrina social da Igreja enfrentou muitos percalços. A desvinculação do poder hierárquico das estruturas de poder do Estado, consolidadas na convivência histórica, foi lenta e disforme no interior da própria Igreja. O conteúdo social e religioso e a compreensão da problemática social de uma sociedade em formação não era uniforme entre o clero brasileiro e as ordens e congregações religiosas que vieram ao Brasil. Nesta realidade complexa, de visões e de práticas diferenciadas, o discurso social da Igreja Católica, que se propunha a renovação, ficava, muitas vezes, distante do povo, ou, em muitos casos, não era assimilado pelos sujeitos que veiculavam o conteúdo religioso.

²³¹ *Rerum novarum*, 55, p. 28 e 29.

²³² Modernidade é entendida aqui como expressão do impulso à industrialização e à urbanização. Conforme SCHALLENBERGER, “Modernismo...,” p. 5.

²³³ LIMA, op. cit., p. 133 e seguintes.

O conteúdo do pensamento social cristão e, particularmente, do social-catolicismo teve na Igreja da Imigração, isto é, nas ordens religiosas que se instalaram no Brasil e nos evangélicos luteranos os seus principais portadores e propagadores. Teve no seio da Imigração e entre os imigrantes de origem européia, de modo particular germânica, força de identificação e receptividade. No Sul do Brasil, onde a colonização através da imigração estruturou-se a partir de bases étnicas e familiares, o pensamento social cristão encontrou um espaço privilegiado para o seu enraizamento social e para a implementação de experiências pioneiras de associativismo cristão e de desenvolvimento comunitário.

CAPÍTULO III

A IMIGRAÇÃO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL NO SUL DO BRASIL

1. A FIXAÇÃO DO POVOAMENTO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL NO SUL DO BRASIL

No Sul do Brasil, sobre o espaço primitivo do carijó, do guarani, do tape, do kaingang, do charrua, do minuano e de outros agrupamentos indígenas, se projetaram interesses coloniais que, cedo ou tarde, interferiram no desencadeamento de experiências sociais, que, de uma ou de outra forma, passaram a constituir lastro para a formação social. A conquista espiritual dos nativos e a experiência humana e cristã com eles desenvolvida, sob a forma de organização comunitária com base nas práticas de cooperação, pode ser idealizada e cristalizada na memória como obra soterrada pelo colonialismo. O índio e o gado missioneiro, bem como as estâncias e as vacarias das missões renderam um certo fascínio aos bandeirantes e aos contrabandistas vindos da porção oriental do rio Uruguai ou de São Paulo e, principalmente, de Laguna, no litoral catarinense. Para Laytano, “*as bandeiras representaram a ligação entre o período espanhol e o período português da conquista do Rio Grande do Sul*”.²³⁴ No início os tropeiros apanhavam o gado na chamada Vacaria do Mar e daí o conduziam

²³⁴ LAYTANO, Dante. *A estância gaúcha*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1952, p. 1-2; MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre, urbanização e modernidade*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1995, p. 21 e seguintes.

aos centros de consumo de São Paulo e Laguna. Foram, assim, se definindo os caminhos do gado e com eles surgiram estâncias e povoados. De Rio Grande e de Viamão a Vacaria e daí a Araranguá e Laguna ou por Lages, Curitibanos, Lapa, Castro, Itararé, Itapeva a Sorocaba e São Paulo juntaram-se os caminhos que vinham das missões e da Vacaria dos Pinhais, passando por Cruz Alta, Chapecó, Palmas, Guarapuava e Tibagi.²³⁵ Nesta interação entre os tropeiros lagunenses e paulistas com os índios e espanhóis se configurou uma primeira experiência de formação de núcleos de povoamento no Sul do Brasil. Constituídos a partir da perspectiva do mercado da pecuária, não conseguiram representar uma fixação efetiva de povoamento. Contribuíram, contudo, juntamente com o avanço militar em torno da fixação das fronteiras e dos “méritos” daí decorrentes, com a formação do latifúndio. Para Oliveira Viana o campo de guerra não era somente uma escola onde se apuravam as capacidades de organização dos caudilhos gaúchos, era também uma escola onde eles adquiriam hábitos de autoridade e reforçavam as suas capacidades de mundo.²³⁶

A tentativa de fixação de povoamento no Sul do Brasil teve no incentivo à colonização agrícola, por casais açorianos, a sua primeira expressão oficial e concreta. O Rei de Portugal, além de 272,25 hectares de terra, ferramentas e sementes, garantia aos açorianos o transporte e auxílio para a sua fixação.²³⁷ Com o seu estabelecimento no Sul do Brasil, a partir de 1747, as dificuldades em torno da produção e da comercialização agrícola foram empurrando este contingente de migrantes para as atividades pecuárias nas estâncias, ou para a organização das charqueadas, em base ao

²³⁵ PINHEIRO MACHADO, Brasil e outros. *Campos gerais: estruturas agrárias*. Curitiba: UFPR, 1968; SCHALLENBERGER, Erneldo e HARTMANN, Hélio Roque. *Nova terra, novos rumos*. Santa Rosa: BLE, 1981, p. 47-52.

²³⁶ VIANA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, p. 130, v. II. Veja-se também: VIANA, Oliveira. “Clã do fazendeiro”. In: CARVALHO, Nanci V. de (org.). *Leituras sociológicas*. São Paulo: Vértice, 1987, p. 101-102.

²³⁷ PELLANDA, Ernesto. “Imigrações e colonização italiana (a colonização açoriana)”. In: *Enciclopédia rio-grandense*. Porto Alegre: Regional, 1956, p. 128.

trabalho escravo, ou, ainda, para as atividades comerciais nos núcleos urbanos mais próximos.²³⁸

Em torno das estâncias gravitavam índios ou changadores que as assaltavam ou viviam de trabalhos temporários.²³⁹ Com a vinda dos açorianos, o cultivo de cereais, o manejo do gado nas estâncias, as charqueadas e outras atividades nos núcleos urbanos passaram a comportar e a requerer o trabalho escravo. As estâncias que se formaram nos Campos Gerais, ao longo dos caminhos de Lages, de Curitiba e de Vacaria e nas antigas Vacarias do Mar e dos Pinhais e as atividades extensivas de produção agrícola fixaram o escravo, enquanto que as charqueadas o absorveram integralmente. Margaret M. Bakos sustenta a importância do escravo negro na formação social sulina a partir destas formas de produção e organização do espaço. Mostra que, embora distribuído em atividades diversas e não sendo fundamental em nenhuma delas, com exceção na das charqueadas, o escravo negro representou um elemento constitutivo central para a formação da sociedade aristocrática.²⁴⁰ Flores estabeleceu uma certa estratificação social a partir da ocupação dos diferentes agentes sociais, que, na primeira metade do século XIX, concorreram para a formação da sociedade rio-grandense e assegura ao escravo o lugar tenente de sustentação da pirâmide social.²⁴¹ À época, os escravos correspondiam a um terço da população rio-grandense, na estimativa de Monteiro.²⁴²

A base de sustentação desta sociedade, que se organizou em torno do originário gado missioneiro, se complexificou com a estruturação das charqueadas e do surgimento dos núcleos de povoamento e entrou em crise com o declínio da economia mineira, da qual era subsidiária. No Sul do Brasil, a crise da pecuária afetou

²³⁸ LAYTANO, *A estância...*, p. 392 e seguintes.

²³⁹ FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986, p. 26-28; CESAR, Guilhermino. *O contrabando no Sul do Brasil*. Caxias do Sul: EST, 1978.

²⁴⁰ BAKOS, Margaret Marchiori. *RS: escravidão e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, p. 12-24.

²⁴¹ FLORES, Moacyr. *Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984, p. 17.

²⁴² MONTEIRO, op. cit., p. 30, refere este dado estimativo para o ano de 1837.

significativamente o conjunto da sociedade. A mão-de-obra escrava passou a ser dispensada, em muitas circunstâncias, sendo aproveitada temporariamente, o que provocou a sua revolta e representou um risco para os segmentos sociais detentores dos meios de produção.

Por volta de 1822, mais da metade da população rio-grandense gravitava em torno das charqueadas e do latifúndio arrozeiro. Os núcleos de povoamento polarizados por Rio Grande – Mostardas – Piratini e por Canguçu – Pelotas – Jaguarão concentravam 54.400 habitantes dos 106.196 estimados para toda a Província. O núcleo de Rio Grande superava o de Porto Alegre – Gravataí – Triunfo. Eram 34.360 habitantes contra 23.400.²⁴³ Junto com o eixo Rio Grande – Pelotas, a região da Campanha - Alegrete, Caçapava, Bagé e São Gabriel - e dos campos de Vacaria representaram o coeficiente populacional mais significativo da antiga Província do Rio Grande. Em 1859, as estatísticas apontam 38,2% do total da população da Província para a região da Campanha e 18,4% para o litoral.²⁴⁴ Expressa-se, desta forma, o forte poder de atração da economia do gado sobre a organização social gaúcha, caracterizada pela marcante presença do escravo. Para uma população de 282.547 habitantes em 1858, mantinham-se, em 1859, 70.880 escravos no Rio Grande do Sul.²⁴⁵

As estatísticas apresentadas por Rickert demonstram que o maior índice de escravos se concentrava efetivamente nas áreas cuja economia esteve embasada na pecuária. Assim, em 1859, em todas as regiões o número de escravos ultrapassava os

²⁴³ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. v. 1. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 83.

²⁴⁴ Idem, p. 84.

²⁴⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 81-82.

60% do total da população, menos da de Porto Alegre, onde a relação de escravos era de 8.417 para 21.306 habitantes livres.²⁴⁶

Na província do Paraná a maior concentração populacional também convergiu em torno dos núcleos originados pelo tropeirismo e pela formação das estâncias. Até 1854 os núcleos de povoamento mais significativos, com exceção do de Paranaguá, que esteve vinculado à economia mineira, eram do Planalto, da região dos Campos Gerais. Situavam-se aí 68,8% do total da população da Província, que na época possuía 62.258 habitantes. Curitiba, Castro, Príncipe (Lapa), São José dos Pinhais, Campo Largo, Ponta Grossa e Guarapuava representavam os principais núcleos de povoamento.²⁴⁷ Curitiba significou um ponto intermediário e de ligação entre os Campos Gerais e o litoral.

Em Santa Catarina, o caminho das tropas que ligou o Sul a Minas Gerais fez surgir Lages e Curitiba, que eram núcleos intermediários da atividade pecuária gaúcha. Piazza refere-se ao período colonial de Santa Catarina dizendo que não se afirmou um lastro econômico significativo que pudesse caracterizar a sociedade de então. Atribui uma certa importância ao povoamento açoriano, que muito mais serviu para abastecer as campanhas militares do que propriamente formar uma base econômica.²⁴⁸ Saint-Hilaire atestou, em sua visitada de 1822, que era pequeno o número de negros e menor ainda o de mulatos, prevalecendo a população originária da Ilha dos Açores. A esta população atribui um gênio mais industrioso do que aos fazendeiros do interior, dizendo que “*como sejam raros ali os negros, principalmente no campo, e a população seja pobre e muito numerosa, ninguém considera uma desonra cultivar a terra com suas próprias mãos, e em Desterro são os brancos que*

²⁴⁶ RICKERT, Aldomar A. *A trajetória da terra: ocupações e colonização do Centro-Norte do Rio Grande do Sul – 1827-1931*. Passo Fundo: EdUPF, 1997, p. 88.

²⁴⁷ PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria de Cultura e do Esporte do Governo do Paraná, 1981, p. 26.

²⁴⁸ PIAZZA, Walter Fernando. *Santa Catarina, sua história*. Florianópolis: EDUFSC – Lunardelli, 1983, p. 133.

exercem todos os ofícios”.²⁴⁹ É importante frisar que, na Província de Santa Catarina, a influência do latifúndio pecuarista restringiu-se mais ao planalto de Lages – Curitiba exercendo, desta forma, menor interferência e imprimindo menos traços culturais sobre a sociedade do que nas outras províncias do Sul do Brasil. A presença açoriana, fundamentalmente no litoral e na Ilha, marcou preponderantemente as relações sociais da pacata população, que centrou suas atividades em torno da agricultura e da pesca. Por não possuir um produto específico que se enquadrasse nas demandas da economia mercantil, os catarinenses começaram a produzir, de forma modesta, a sua auto-suficiência alimentar desde os primórdios da colonização açoriana. Desta forma, ao contrário da demonstração dos generalistas, o Sul do Brasil comportou experiências de organização social que precederam a imigração alemã e que fogem dos padrões da aristocracia agrária, calcados no latifúndio agropecuário e nas relações sociais escravocratas.

No que tange ao latifúndio, preponderante na Campanha Sulina e nos Campos Gerais, as suas contradições internas, aliadas às pressões exercidas pelo mercado externo, tiveram acentuada expressão a partir do segundo quartel do século XIX. A sociedade escravocrata, formada a partir dele constituiu-se, na visão de Fernando Henrique Cardoso, um obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas e para a formação plena das relações capitalistas em curso no século XIX.²⁵⁰ A imigração, com colonos livres, responderia, pois, à mística do progresso.

2. A COLONIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DO ESPAÇO COMUNITÁRIO

A ocupação dos espaços agricultáveis pelos imigrantes, vista sob a ótica da geopolítica, pode significar, juntamente com um aumento da densidade demográfica e

²⁴⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978, p. 173-175.

²⁵⁰ CARDOSO, op. cit., p. 188-199.

da produção de bens para o mercado interno, especialmente de alimentos, uma maior integração territorial. Diferente da imigração promovida para substituir a mão-de-obra no setor cafeeiro, a colonização no Sul do Brasil não significou simplesmente a introdução de novos habitantes, ou seja, mão-de-obra para ser empregada nos estabelecimentos agrícolas, como querem alguns estudiosos.²⁵¹ Ela não ocorreu à margem e nem alheia ao latifúndio, mas impôs-se como uma forma de superação dos problemas da região. Curitiba e, de modo especial Porto Alegre, representaram dois núcleos urbanos que, a partir da emancipação política brasileira, tiveram função vital na modernização das relações de produção num universo de economia periférica. Novais insiste que o processo de colonização implica sempre na idéia de valorização econômica do espaço, na perspectiva da sua integração na dinâmica do Estado Moderno, através do povoamento e da organização produtiva.²⁵²

A fixação das colônias de imigração próximas aos antigos núcleos de povoamento, não as sobrepondo ao latifúndio escravocrata e, sim, as situando na região das matas, próximas aos cursos d'água para facilitar a navegação, representava, pois, uma inserção de estruturas e de processos produtivos subsidiários e modernizantes na economia tradicional decadente do latifúndio pecuarista. Nesse sentido, o conceito que se pode atribuir ao colono transcende o de um simples proprietário de um lote de terra, que a desbravava e cultivava na base do trabalho familiar.²⁵³ Além disto, ele deve ser entendido como alguém que exerceu um domínio sobre a produção diversificada, possuidor de conhecimentos tecnológicos e de referências culturais que lhe garantiam a reprodução da existência na unidade familiar. Esta concepção traz no seu bojo a idéia da organização da produção e do processo

²⁵¹ ROCHE, op. cit.; GROSSELI, Renzom. *Vencer ou morrer: camponeses trentinos nas florestas brasileiras*. Florianópolis: EDUFSC, 1987; WAIBEL, Léo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979, entre outros.

²⁵² NOVAIS, Fernando A. "Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica". In: *Colonização e imigração. Anais do IV Simpósio Nacional de Professores Universitários de História*. São Paulo, 1976, p. 245-254.

²⁵³ ROCHE, op. cit., vol. 1, p.3; KLIEMANN, Luiza H. S. *Rio Grande do Sul: terra e poder – história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, p. 13-14.

produtivo como formas possíveis de superação das necessidades básicas e dos limites impostos pelo meio. Na acepção do espírito moderno, estaria aí imbricado o sentido do progresso pela busca constante do êxito.

Se ao colono pode ser atribuída toda esta carga cultural, que a partir da sociedade de origem desbravava e cultivava a terra, à colônia, enquanto unidade produtiva, pode se emprestar o sentido de centro vital de todas as relações familiares. É, portanto, mais do que um estabelecimento rural.²⁵⁴ A colônia, vista sob a ótica de um núcleo de povoamento, transcende o sentido da soma dos estabelecimentos rurais, uma vez que nela se expressam outras formas de exercício da sociabilidade e se desenvolvem atividades subsidiárias e complementares das unidades de produção familiar. O que se quer definir aqui é que o estabelecimento de europeus em colônias, comunidades rurais, a partir da distribuição ou venda de lotes rurais, em base a unidades familiares de produção, não pode ser apreendido a partir da idéia da marginalização e do isolamento de grupos étnicos. Trata-se, sobretudo, de descobrir o nível de integração que estas colônias exerceram na função de complementaridade e de subsidiaridade do abastecimento interno e de resposta às pressões do mercado capitalista em expansão como um todo.²⁵⁵ Neste sentido, formou-se uma sociedade complexa, onde a solidariedade étnica e cultural desempenhou uma função importante, mas não exclusiva, no conjunto das relações sociais. Práticas culturais que exigiam uma disposição cultivada eram estimuladas por professores, intelectuais, escritores ou por eclesiásticos. Muitas inovações tecnológicas eram introduzidas por comerciantes e industriais que, com novos insumos e ferramentas, qualificavam a produção.²⁵⁶ Assim,

²⁵⁴ ROCHE, op. cit., vol. 1, p. 3.

²⁵⁵ SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1984, p. 137.

²⁵⁶ BOURDIEU, *A economia das trocas simbólicas*, no capítulo 7 busca demonstrar como as diferentes práticas culturais são reproduzidas nas diferentes classes de representação da cultura e sustenta que a apropriação dos bens culturais supõe a posse prévia dos instrumentos de apropriação. Vide p. 295-313.

o trabalho livre e eficiente do imigrante marcaria, pelos tempos adiante, a modernização da economia sul-brasileira.²⁵⁷

O espírito das leis revelava, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a preocupação pela introdução de novas relações de trabalho e de produção, sem, contudo, ferir os interesses e os privilégios da aristocracia pecuarista escravocrata. As restrições ao tráfico negreiro impuseram uma concepção diferenciada de trabalho: o não pago escravo e o familiar. Pela Lei provincial de nº 183, de 18 de outubro de 1850, proibia-se a introdução de escravos no território marcado para as colônias existentes e para as futuras. Já na Lei nº 304, de 30 de novembro de 1854, ficou expresso que a colonização se faria sob a venda de terras “*onde os colonos poderão cultivá-las por si mesmos ou por assalariados*”.²⁵⁸

No primeiro quartel do século XIX, enquanto a política de colonização esteve sob a orientação do Império, a formação dos núcleos coloniais foi pouco expressiva e descontínua.²⁵⁹ Amstad sustenta que até a segunda metade do referido século, a imigração esteve um tanto quanto desordenada. Referia-se ele, assim como Avé-Lallemant, ao abandono institucional das novas áreas de imigração.²⁶⁰ Não se tratava tanto de um isolamento dos novos núcleos de colonização, como quer uma boa parte da historiografia, mas da constituição dos verdadeiros mecanismos e das

²⁵⁷ O Deputado Estadual pelo Rio Grande do Sul Alberto Brito em: “O trabalho alemão no Rio Grande do Sul”. In: SOVERAL, Antônio. *O patriótico governo do General Flores da Cunha*. s/loc., s/ed., 1935, destaca o papel fundamental que o imigrante alemão exerceu não só nas atividades agrícolas, mas sobretudo nas industriais e comerciais para introduzir o Rio Grande na moderna economia de mercado.

²⁵⁸ A Legislação citada e parcialmente reproduzida por: RICKERT, p. 90-91.

²⁵⁹ LANDO, A. M. e BARROS, E. C. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1976.

²⁶⁰ Veja-se a respeito: AMSTAD, Padre Theodor. “Die 10 ersten Jahre des Volksvereins”. In: *Skt. Paulusblatt*, n. 8, ago. 1932; VERBAND DEUTSCHE VEREINE (org.). *Hundert Jahre Deutschum in Rio Grande do Sul (1824-1924)*. Porto Alegre: Typografia do Centro, 1924, p. 41; AVÉ-LALLEMANT, Robert. *1858, viagem pelo Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995, p. 7 e seguintes.

instituições que pudessem promover a solidariedade étnica e cultural. Pode-se afirmar, desta forma, que São Leopoldo, Rio Negro e São Pedro de Alcântara nasceram como Colônias depois de instalada a imigração.

Afora as questões relativas à ocupação do espaço para a fixação de fronteiras, a promoção da imigração no Sul do Brasil desenvolveu-se de forma estratégica, visando o abastecimento e criando bases produtivas que pudessem concorrer para a formação de centros catalisadores e propulsores de desenvolvimento, concebidos a partir da economia de mercado. São Leopoldo, constituída a partir da primeira leva de imigrantes alemães para o Sul do Brasil, em 25 de julho de 1824, situava-se nas proximidades de Porto Alegre e, estrategicamente, num horizonte desenhado por uma rede hidrográfica que poderia facultar a sua expansão. As colônias criadas a seguir, por iniciativa do Império, foram instaladas nas áreas de maior densidade demográfica das Províncias de Santa Catarina e do Paraná. Os lugares privilegiados foram os que deram origem aos povoados que se constituíram ao longo do caminho das tropas. Assim, a primeira colônia alemã estabelecida em território catarinense foi a de São Pedro de Alcântara, em 1828, no caminho de São José de Lages. No Paraná, a colônia alemã de Rio Negro foi fundada em 1829, no caminho das tropas da Lapa, nas cercanias de Curitiba. Avé-Lallemant escreveu, em 1858:

”Quando começava a colônia de São Leopoldo e quase ao mesmo tempo se formava a colônia de São Pedro de Alcântara no Maruim, em Santa Catarina, vieram também numerosos alemães para Curitiba e foram instalados pelo governo local ao Sul desta cidade, até ao Rio Negro. O ponto central desta peculiar colonização é a localidade da Lapa, a umas onze léguas ao sudoeste de Curitiba; devem cultivar o campo, criar gado e negociar burros uns quinhentos a seiscentos alemães, com o que chegaram a uma abastada situação. Há muitos outros na própria Curitiba e em

*pequenas plantações nos arredores, no campo, no Rocio, de onde trazem para a capital os produtos da terra”.*²⁶¹

Saint-Hilaire já distinguia, em 1820, as peculiaridades dos habitantes de Curitiba. Dizia ele que

*“em nenhuma parte do Brasil eu havia visto tantos homens verdadeiramente brancos, como no distrito de Curitiba. Os habitantes daqui pronunciam o português sem alterações de que falei alhures e que são um sinal de mistura da raça caucásia com a vermelha. São grandes e bonitos. Têm os cabelos castanhos e a tez rosada. Suas maneiras são agradáveis, sua fisionomia aberta e nada têm desse sarcástico humor (bazófia) que freqüentemente torna insuportáveis os empregados e comerciantes da capital do Brasil. As mulheres têm traços mais delicados que as das outras partes do império onde viajei; escondem-se menos e conversam com desenvoltura”.*²⁶²

Ainda na primeira fase da imigração, em 1847, sob os auspícios da política do Império, o médico francês Dr. João Maurício Faivre, com o apoio da Imperatriz Tereza Cristina Maria, fundou um núcleo colonial de franceses, sob a denominação de colônia Tereza. Este núcleo teve duração efêmera em decorrência da migração interna dos seus colonos.²⁶³ *“A enorme extensão de terras, a facilidade da lucrativa criação de gado, o crescimento espontâneo do valioso mate na floresta – são as causas de que tenha sido diminuta a laboriosidade na Província do Paraná...”*, afirma Avé-

²⁶¹ AVE-LALLEMANT, 1858, *viagem pelo Paraná*, p. 65.

²⁶² SAINT-HILAIRE, op. cit. Apud: MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 349.

²⁶³ MARTINS, Romário, op. cit., p. 353.

Lallemant.²⁶⁴ A isto faz-se mister relacionar a proximidade com os núcleos de povoamento oriundos dos antigos caminhos do gado, formados a partir da miscigenação decorrente da presença de tropeiros negros e índios, o que certamente dificultou a solidariedade étnica e cultural. É, talvez, por esta razão que o cronista registrou o êxodo das colônias do Paraná e a atração exercida por Curitiba e, posteriormente, por Dona Francisca (Joinville) sobre elas. Curitiba, porque o salário que se praticava lá era quase o dobro do que era possível perceber nas outras colônias. Dona Francisca, porque se “*sentem chamados e encadeados pelos encantos da nova pátria alemã nas terras baixas de Santa Catarina*”. A questão da solidariedade étnica e cultural é reforçada quando o mesmo cronista registrou: “*A mim mesmo a vida e as maneiras da colônia denominada em homenagem à gentil irmã do Imperador de origem alemã, de costumes e educação simpáticos aos alemães, me atraíram mais e me prenderam por mais tempo do que qualquer outro ponto alemão*”.²⁶⁵

No Paraná, antes dos anos de 1850 e mesmo depois, quando se desencadeou a intensa imigração com as mais diferentes etnias, prevalecendo contudo a polonesa, o imigrante alemão era desejado como trabalhador e considerado como um industrioso elemento de modernização das relações de trabalho. A fixação da colonização nas imediações dos núcleos de povoamento oriundos do tropeirismo certamente favoreceu um relacionamento inter-étnico mais intenso, marcado também por conflitos, o que dificultou a formação de núcleos coloniais étnica e culturalmente mais homogêneos.²⁶⁶

Em Santa Catarina, a colônia alemã de São Pedro de Alcântara também esteve privada de elementos mais sólidos que pudessem promover a sociabilidade e a reprodução da cultura. A falta de sacerdote, de mestre-escola e de médico, anotada por

²⁶⁴ AVÉ-LALLEMANT, 1858, *viagem pelo Paraná*, p. 66.

²⁶⁵ Idem.

²⁶⁶ MARTINS, op. cit., p. 350-351, indica que nos 13 anos subsequentes a 1853 entraram 20.170 imigrantes no Paraná. No centenário de 1829-1929 teriam entrado 128.953.

Avé-Lallemant em sua visita, em 1858, denota isto. Transferida em 1837, para as margens do rio dos Bugres na colônia de Vargem Grande, o ambiente tornou-se mais favorável para o desenvolvimento da solidariedade étnica e cultural. Em 1847, o governo imperial fundou outra colônia, a de Santa Isabel, nas proximidades de Vargem Grande, e iniciou a colonização de Piedade, situada no litoral em frente à Ilha de Santa Catarina. Nesta região, a presença açoriana era forte. Buscava-se, no entanto, intensificar a produção de bens de consumo e incrementar a força de trabalho para subsidiar o desenvolvimento de Desterro. De Santa Isabel, Avé-Lallemant registrou que, em 1858, já haviam sido edificadas duas capelas, uma vez que era habitada por evangélicos luteranos e por católicos em partes mais ou menos iguais. Destaca, no entanto, que “*deve-se pensar em sacerdotes para esta remota colônia*”.²⁶⁷

No Rio Grande do Sul, o núcleo social que se formou a partir da distribuição de lotes rurais da Fazenda do Linho e Cânhamo a imigrantes alemães, não era tão homogêneo a ponto de evitar conflitos internos. Roche e Porto, entre outros, dão conta que a diversidade de interesses, aliada às dificuldades iniciais, obrigou a que os perturbadores da ordem e os elementos indesejáveis fossem levados a outras instâncias, onde passariam a representar a base inicial para a constituição de novas colônias. Surgia, assim, em 1825 a colônia São João das Missões, que teve duração efêmera em virtude e, nestas circunstâncias sim, de um estado de abandono generalizado em que se encontrava aquela região, distante de qualquer mercado de consumo.²⁶⁸ A colonização de Torres, com os núcleos católicos de Dom Pedro de Alcântara e de Osório e o protestante de Três Forquilhas, foi iniciada em 1826, sob os auspícios de Fernandes Pinheiro, presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, com o intuito de equacionar os problemas da colonização. Estes núcleos

²⁶⁷ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, p. 119.

²⁶⁸ ROCHE, op. cit., vol. 1, p. 98; PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Santa Terezinha, 1934, p. 85-89.

permaneceram estacionários por muito tempo, uma vez que não receberam incremento populacional novo e tampouco subsídios governamentais.²⁶⁹

3. A PRESENÇA TEUTA E A EXPANSÃO DA COLONIZAÇÃO

As experiências pioneiras de colonização com imigrantes alemães no Sul do Brasil tiveram, no período subsequente a 1830, muitos reveses. A legislação do Império buscava suprimir créditos para a colonização estrangeira e a pretensão de favorecer a agricultura nacional, aliada às dificuldades em torno da nacionalização dos estrangeiros, são arroladas por Roche como entraves que inibiram o processo de colonização.²⁷⁰ É importante referir que a abdicação de Dom Pedro I, incentivador da imigração alemã, e a Revolução Farroupilha criaram um clima de instabilidade política, desfavorável à imigração. “*A insegurança e o clima de desconfiança afetou o espírito de solidariedade dos colonos*”, assegura Flores, embora Hillebrand tivesse apelado aos líderes das picadas para formarem guarnições prontas para entrar em ação quando necessário.²⁷¹

Assim como se encontrava dividida a Colônia frente à questão farroupilha, alguns apoiando as forças revolucionárias e outros defendendo-se delas, também encontram-se divididas as opiniões dos historiadores que dão conta da participação dos

²⁶⁹ ROCHE, op. cit., vol. 1, p. 98; PORTO, op. cit., p. 89-91; SCHALLENBERGER e HARTMANN, op. cit., p. 60.

²⁷⁰ ROCHE, op. cit., vol. 1, p. 99-100.

²⁷¹ FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Alemães na Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 86-87. Hillebrand era o Diretor da Colônia de São Leopoldo. Aurélio Porto lhe dedica capítulo de destaque em sua obra “O trabalho alemão no Rio Grande do Sul”. Loc. cit., p. 94 e seguintes.

colonos na vida social e política do período.²⁷² Diante da crise do abastecimento de Porto Alegre, Roche entende que, apesar da guerra civil, se desenvolveu um frutuoso comércio entre São Leopoldo e Porto Alegre, que garantiu aos alemães uma efetiva participação no desenvolvimento comercial e industrial.²⁷³ Porto conseguiu demonstrar a retomada do desenvolvimento da colônia de São Leopoldo a partir dos anos de 1840 pela sua produção industrial crescente, pela intensificação da rota fluvial entre São Leopoldo e Porto Alegre, e pelo incremento dado ao comércio de importação e exportação.²⁷⁴ Esta possibilidade de articulação produtiva da colônia de São Leopoldo com Porto Alegre facultou uma crescente participação do imigrante alemão na formação social urbana.

Ainda em 1846, no primeiro período da colonização européia, pelo registro de Roche, foram constituídas as colônias de Feliz, de Santa Maria da Boca do Monte e de Mundo Novo. Esta última representou uma colônia mista e particular. O proprietário, Tristão José Monteiro, determinou o sistema de povoamento, *“responsabilizando-se pelo estabelecimento e manutenção dos colonos e pela abertura de estradas”*.²⁷⁵

Em Santa Catarina, a formação do núcleo de Itajaí, por iniciativa do governo central, também teve o intuito de aproximar e de integrar a imigração alemã à realidade sócio-econômica resultante da colonização açoriana. Situado

²⁷² PORTO, op. cit., p. 121, refere o Relatório do Dr. João Daniel Hillebrand que dá conta desta situação, indicando que a maioria da população pretendia a neutralidade. Embora já destacasse alguns líderes que tiveram participação significativa no período da República Rio-grandense. Hilda Flores destaca um certo sobressalto que se projetou sobre os colonos deixando-os, de certa forma, inoperantes diante da situação, vendo seus bens destruídos e eles próprios vivendo uma ameaça constante. Isto tudo teria dificultado e inibido a sua participação na produção econômica. FLORES, H., op. cit.

²⁷³ ROCHE, op. cit., vol. 1, p. 100.

²⁷⁴ PORTO, op. cit., p. 139-141.

²⁷⁵ A respeito das fases da colonização consulte-se: ROCHE, vol. 1, p. 94 e seguintes. A fundação de novas colônias pode ser acompanhada no estudo de NOGUEIRA, A. R. e HUTTER, L. M. *A colonização em São Pedro do Rio Grande do Sul durante o Império (1824-1889)*. Porto Alegre: Guaratua/IEL, 1995, p. 45.

estrategicamente em área propícia ao desenvolvimento da navegação fluvial e marítima, viria a constituir-se num centro de apoio e de dinamização da colonização, em função do atendimento das demandas das colônias através da importação e do escoamento dos produtos coloniais.

Não obstante ao emaranhado de leis que definiram a participação das províncias na obra da imigração, a partir de 1848, houve um substancial incremento no processo de colonização com imigrantes europeus no Sul do Brasil. Segundo as estatísticas de Romário Martins, de 1853 a 1866, teriam se fixado no Paraná 20.170 imigrantes de diversas etnias.²⁷⁶ Deste contingente, Waschowicz distingue 1.500 imigrantes alemães para todo o século XIX, destacando os poloneses e os ucranianos como elementos mais representativos do processo de colonização da Província do Paraná.²⁷⁷ Estabeleceram-se nos arredores de Curitiba, no eixo Rio Negro-Príncipe (Lapa) e na região do rio Araçungi.

Santa Catarina comportou, a partir de 1850, uma política de colonização desencadeada pela iniciativa particular, principalmente de Hermann Blumenau. Como representante da *Sociedade de Proteção aos Emigrantes Alemães*, Blumenau estimulou a vinda de profissionais e de artesãos que concorreram substancialmente para a industrialização e a urbanização futura do Vale do Itajaí. A Colônia Blumenau, fundada em 1850, transformou-se rapidamente num núcleo urbano. Dona Francisca, atual Joinville, fundada em 1851, pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo, foi considerada como colônia modelo por Avé-Lallemant. Seu desenvolvimento tinha muito a ver com a estrada imperial que a ligava a Curitiba, para onde iam muitos jovens e “*ali ganharam algum dinheiro e, o que é digno de nota, ali adquiriram alguns conhecimentos da língua e condições do país e depois, com dinheiro e*

²⁷⁶ MARTINS, op. cit., p. 350.

²⁷⁷ WASCHOWICZ, Rui. *História do Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1982, p. 113-117.

experiência, regressaram à Dona Francisca para lá se estabelecerem”.²⁷⁸ Blumenau e Dona Francisca possuíam características fortemente marcadas pela presença de artesãos e profissionais que passaram a exercer atividades complementares e paralelas às lides agrícolas, superando-as progressivamente. A Colônia de Brusque, constituída a partir de 1860, contribuiu decisivamente para o povoamento dos Vales do Itajaí-Mirim e, com Blumenau, do Itajaí-Açu. Piazza assegura a estas colônias uma função polarizadora sobre o processo de colonização e povoamento do Norte de Santa Catarina.²⁷⁹ Estudiosos como Azzi e Dall’Álba apontam condições de superioridade entre os imigrantes alemães em relação aos italianos e aos poloneses que foram se fixando nas imediações, acentuando que entre eles havia um grupo significativo de artesãos, comerciantes, profissionais liberais, engenheiros e médicos.²⁸⁰ Diferente das experiências oficiais e em face aos problemas a elas inerentes, as sociedades ou companhias de colonização buscavam já na origem dos imigrantes uma seletividade que lhes garantiria êxito, além do provimento de todas as funções requeridas para o desenvolvimento das colônias. Desta forma, as funções subsidiárias e complementares atendidas pelo comércio e pela indústria e as que, de forma cultivada, respondiam às necessidades de sociabilidade foram, progressivamente, dando conta das demandas que a sociedade e o Estado brasileiro, desencontrados e conflitantes, não podiam dar. A venda dos lotes neste espaço de colonização, criada a partir da iniciativa privada, já requeria uma poupança inicial, ou a formação de uma reserva a partir do trabalho assalariado, na perspectiva do testemunho dado por Avé-Lallemant.²⁸¹ A intercomplementaridade das funções sociais criava, pois, um ambiente favorável para o desenvolvimento de uma certa auto-administração (*Selbstverwaltung*), o que se torna elemento importante para o exame da colonização de iniciativa particular. Neste caso,

²⁷⁸ AVÉ-LALLEMANT, *Viagem pelas províncias...*, p. 181; AVÉ-LALLEMANT, *1858, viagem...*, p. 66.

²⁷⁹ PIAZZA, op. cit., p. 64.

²⁸⁰ AZZI, Riolando. *A obra de Dom Bosco em Santa Catarina*. V. I – A atuação salesiana em prol dos imigrantes (1916-1941). São Paulo: Dom Bosco, 1988, p. 26-27; DALL’ALBA, João Leonir. *A imigração italiana em Santa Catarina*. Caxias do Sul: EDUCS, 1983.

²⁸¹ AVÉ-LALLEMANT, *1858, viagem...* loc. cit.

torna-se importante associar colonização e urbanização, que é um processo complexo, uma vez que o urbano, além da forma, representava um lugar de manifestação e de produção de relações e de representações sociais distintas, com motivações peculiares. A produção social do urbano no universo da colonização requer o entendimento e implica numa certa reconstituição dos modos como os colonos, não só os agricultores, representavam as relações sociais que os definem enquanto tais.²⁸² Claro que estas relações estiveram sempre e fortemente referenciadas na cultura europeia, traduzidos pelos costumes, pela linguagem, pelas expressões religiosas, dentre outras formas, mas, por outro lado, foram constantemente desafiadas pelas interferências sofridas no novo espaço social em construção.²⁸³

No Rio Grande do Sul, a colonização que se assentou ao longo do curso dos rios na primeira fase (1824-1848), teve nos conflitos internos, a exemplo da colônia de São Leopoldo, e no ambiente revolucionário do período da Revolução Farroupilha, dois ingredientes que lhe foram desfavoráveis. Estas situações marcaram uma espécie de dialética da ausência/presença do Estado na colonização, fundamentada no corte de subsídios, na suspensão do processo imigratório e na intervenção com a criação de novas colônias oficiais a partir do declínio da Revolução Farroupilha. A presença do Estado no processo de colonização fez-se sentir através da orientação e da fixação das colônias. A Colônia de Santa Cruz, já sob os auspícios da Província, foi estabelecida como ponto de apoio e elo de ligação entre Rio Pardo e Cruz Alta. Não mais se fixou ao longo dos “caminhos naturais do desenvolvimento” que eram os rios, mas cumpriu a função da interiorização do povoamento. Assim também ocorreu com Nova Petrópolis, estabelecida em 1858, para servir de entreposto e liame entre Porto Alegre

²⁸² KRELL, Andreas J. “Associativismo municipal e proteção do meio ambiente na Alemanha”. In: *Seminário internacional sobre experiências comunitárias*. Toledo, 1994, não publicado; sobre a questão da produção social do urbano leia-se: CHARTIER, *A história cultural: entre práticas e representações*, p. 17-18.

²⁸³ WILLEMS, Emílio. *Assimilação e populações marginais no Brasil: estudos sociológicos de imigrantes germânicos e seus descendentes*. São Paulo: Nacional, 1940.

e o Planalto.²⁸⁴ A exemplo das anteriores, Santo Ângelo, criada em 1855 e instalada em 1857, apresentava sérias dificuldades para o seu desenvolvimento inicial, uma vez que os limites para o abastecimento e as possibilidades para a circulação de bens era de difícil equação. Foi, contudo, com o desenvolvimento de núcleos coloniais a partir da iniciativa particular que a colonização ganhou maior forma e expressão. Os vazios entre os estabelecimentos oficiais foram sendo progressivamente ocupados. Num curto espaço de tempo, não mais de 12 anos, as colônias particulares proliferaram: no vale do rio dos Sinos, a Colônia de Mundo Novo; no vale do rio Caí, Bom Princípio (1846), Forromeco, Escadinhas e São Sebastião do Caí (1848), Montenegro, Parecí, Santa Maria da Soledade, Maratá e Brochier (1857); no vale do rio Taquari, a partir de 1853, Conventos, Estrela, Mariante, Bom Retiro, São Gabriel, São Caetano, Arroio do Meio, Conventos Vermelhos, Teotônia, Venâncio Aires; no entorno de Santa Cruz, Sinimbu, Cerro Branco, Candelária, Colônia Germânia e Colônia Rio-Grandense; e, no Sul, a Colônia de São Lourenço, em 1858.²⁸⁵ São Lourenço transformou-se num importante centro de produção de alimentos para abastecer os mercados de Pelotas e de Rio Grande, bem como o principal núcleo de fixação da colonização alemã na porção meridional da Província do Rio Grande.

As décadas de 1870 e 1880 foram marcadas por uma certa indiferença dos órgãos governamentais em relação à imigração. Apesar do desenvolvimento que as colônias empreenderam a partir de si mesmas, o movimento imigratório alemão era tímido, em virtude da restrição imposta pelo Império Alemão, especialmente ao Rio Grande do Sul. Roche assegura que no período entraram menos de 6.000 imigrantes alemães na Província.²⁸⁶ Italianos, sim, especialmente no Rio Grande do Sul e Santa

²⁸⁴ AMSTAD, Theodor. *Brief an Herr Volkmer*. São Leopoldo, 9 fev. 1933; ROCHE, vol. 1, p. 109, também leva a entender que as fixação dos núcleos de colonização obedecia uma política de interiorização do povoamento.

²⁸⁵ ROCHE, op. cit., vol.1, p. 113.

²⁸⁶ *Ibidem*, p. 115.

Catarina; poloneses, no Paraná e Santa Catarina, mais expressivamente; e ucranianos, entre outras etnias, começaram a ter representatividade no processo de colonização.

Visto sob a ótica demográfica, em Santa Catarina a colonização alemã concentrou-se em torno dos eixos Blumenau–Brusque e Joinville–São Bento. São Bento veio a constituir-se colônia no início dos anos 1900. Segundo estimativas do Consulado Italiano de Florianópolis, teriam existido, no final do século XIX, 60.000 alemães nestes espaços colonizados.²⁸⁷ O incremento dado à colonização catarinense esteve fortemente vinculado aos agentes e às companhias colonizadoras. A ação de Hermann Blumenau e da Sociedade Colonizadora de Hamburgo foi decisiva neste sentido. Os vínculos matriciais germânicos dos agentes da colonização mantiveram uma relação permanente e sistemática com a cultura alemã, o que, pela aferição da correspondência da época, nos permite concordar com Willelms que a colonização em Santa Catarina compreendeu uma marcante influência dos costumes tradicionais da cultura européia.²⁸⁸

No Paraná, a concentração dos núcleos coloniais deu-se em torno de Curitiba e no curso do caminho imperial que ligava Curitiba a Joinville, com ramificação para Colônia de Prudentópolis. No final do século formaram-se importantes núcleos nos arredores de Curitiba, como Pilarzinho, Abranches e Santa Cândida; ao longo do Rio Iguaçu, como São Mateus, Cruz Machado e Mallet; e outros no eixo polonês Prudentópolis - Irati. A formação dos núcleos de colonização do Paraná teve uma característica mais acentuada de convivência interétnica, embora a presença polonesa fosse mais marcante a partir da segunda metade do século XIX.²⁸⁹ A representativa presença de imigrantes fez com que a população paranaense se duplicasse de 18 em 18

²⁸⁷ AZZI, *A obra de Dom Bosco...*, vol 1, p. 27.

²⁸⁸ WILLEMS, *Assimilação ...*, op. cit.

²⁸⁹ As estatísticas dos censos e relatórios apresentados por: FERRARINI, Sebastião. *A imigração italiana na Província do Paraná e o município de Colombo*. Curitiba: Lítero-Técnica, s/d, p. 134 e seguintes, permite aferir esta realidade.

anos a partir de 1854.²⁹⁰ Martins indica um total de 63.163 imigrantes para o período de 1853 a 1906, sem considerar o intervalo de 1887 e 1888, do qual não localizou registros.²⁹¹ Já Padis assegura que só no curso de 1890 a 1896 teriam se fixado no Paraná 28.000 poloneses.²⁹² Vale lembrar, em comparação, que Waschowicz afirmou que aproximadamente 1.500 alemães participaram do processo de colonização do Paraná em todo o século XIX. Deste modo, no século XIX a imigração alemã teve maior expressão e fixou habitat com maior intensidade em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, até que, em 1871, o Império Alemão proibisse a emigração para o Brasil.²⁹³

No Rio Grande do Sul, as informações sobre a entrada e a fixação dos imigrantes alemães durante o período que precede à República são um tanto quanto desconhecidas. Schäffer apresenta um quadro estatístico que exhibe um total de 33.112 imigrantes alemães que teriam se fixado no período do Império.²⁹⁴ Koseritz, que como Haensel era representante político e defensor de um maior apoio governamental aos colonos, entendia que em 1889 existiam em torno de 60.000 a 70.000 alemães, incluindo os seus descendentes, de origem não católica. Como os protestantes representavam algo mais de 60% do total dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, a presença católica poderia ser expressa em torno de um contingente variável entre 40.000 a 46.000, o que somaria um total de 100.000 a 116.000 teuto-brasileiros.²⁹⁵ As informações de Roche dão conta de que o Rio Grande do Sul

²⁹⁰ PADIS, op. cit., p. 31.

²⁹¹ MARTINS, Romário, op. cit., p. 350.

²⁹² PADIS, op. cit., p. 31.

²⁹³ WASCHOWICZ, op. cit.; WILLEMS, Emílio. *Aculturação dos alemães no Brasil. Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1980, p. 46-47.

²⁹⁴ SCHÄFFER, Neiva Otero. “Os alemães no Rio Grande do Sul: dos números iniciais aos censos demográficos”. In: MAUCH, Cláudia e VASCONCELLOS, Naira (org.). *Os alemães no Sul do Brasil – cultura – etnia – história*. Canoas: ULBRA, 1994, (163-184), p. 169.

²⁹⁵ KOSERITZ, Carlos. *Anais da Assembléia*. Porto Alegre, 12 mar. 1889, p. 27; ROCHE, op. cit., vol. 1, p. 168.

ocupava, depois do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, o terceiro lugar no coeficiente de imigrantes, até 1872. Num total de 41.735 estrangeiros, a maioria absoluta era de origem alemã, conforme já ficou demonstrado.²⁹⁶ A presença polonesa no final do século XIX expressava, de certa forma, os motivos das reivindicações de Carlos Koseritz em torno de um maior apoio governamental às colônias. O padre Joseph von Lassberg, em carta a seu irmão, escreveu que:

*“no Rio Grande do Sul temos um número razoável de poloneses; aproximadamente 2.500. As colônias que visitei se localizam nas montanhas, no rio das Antas, rio Carriève e rio São Marcos (...). Eu até hoje não conheci imigração mais triste do que a destes poloneses. Eles saíram de um país que os expulsou praticamente e vieram para cá e aqui também são rejeitados”.*²⁹⁷

A imigração italiana, que começou a constituir seus primeiros núcleos de colonização a partir de 1875 nas terras devolutas do Império, situadas na encosta superior do Planalto, teve seus percalços, a ponto de ser considerada desfavorável. As colônias de Conde d’Eu, Dona Isabel e Caxias só tiveram um incremento a partir da intensificação da imigração com a abolição da escravatura e com a promulgação da Constituição Republicana de 1891, que passou as terras devolutas da União para o domínio dos Estados.²⁹⁸

²⁹⁶ ROCHE, op. cit., vol. 1, p. 161.

²⁹⁷ LASSBERG, Joseph von. “Einen Brief nach sein Bruder”. In: *Mitteilungen aus der Deutschen Provinz*, v. I, n. 6, 1897-1899, p. 525-528 (NETB).

²⁹⁸ ROCHE, op. cit., vol. 1, p. 115-117; WESTPHALEN, Cecília Maria. *História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna na região de Itaípu*. Curitiba: UFPR, 1987, p. 6.

As colônias do Rio Grande do Sul, mais do que as de Santa Catarina, que tiveram a presença marcante dos agentes colonizadores privados, ressentiram-se de uma estabilidade e continuidade política que propiciasse ambiente social favorável para o seu desenvolvimento. Sem serem influenciadas significativamente pelas políticas de controle estatal, buscaram, nas peripécias e nas dificuldades, construir o seu modelo de desenvolvimento em base à auto-suficiência alimentar, à complementaridade industrial e a partir da produção de pequenos excedentes, que mormente atendiam à demanda dos bens não supridos pela produção. Neste universo, e em base à tradição, muitos elementos culturais foram se reproduzindo ou emergiram no novo cenário, tendo sempre a família como núcleo social básico e a comunidade como instância complementar e de identificação. A língua e a religião eram os valores simbólicos fundamentais, através dos quais era possível significar e referenciar a realidade e a existência nas suas múltiplas dimensões.

4. A NOVA DINÂMICA DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

A nova dinâmica resultante do processo de substituição da mão-de-obra escrava, além da intensificação da imigração, trouxe consigo a necessidade da ampliação e da integração dos espaços econômicos. Os estados promoveram a ocupação das terras devolutas, agora sob sua responsabilidade, abrindo concessões a companhias particulares para acelerar e acompanhar a colonização. A vitalidade do processo de expansão da colonização residia, sobretudo, na intensificação da imigração, especialmente da italiana, e da pressão interna dos antigos núcleos coloniais, que viram suas fronteiras agrícolas reduzidas em vista do acentuado crescimento demográfico.

No Paraná, que durante a República recebeu mais imigrantes que os outros dois estados sulinos, grandes áreas de terras começaram a ser concedidas a colonizadoras em troca de obras públicas de acordo com a Lei de Terras de 1892.²⁹⁹

Em Santa Catarina, as regiões próximas a Blumenau, Joinville e São Bento passaram a ser colonizadas por uma empresa alemã, fundada em 1897 em Hamburgo, sob a denominação de *Sociedade de Colonização Hanseática*. A exemplo do Dr. Blumenau e da *Sociedade Colonizadora de Hamburgo*, buscou, além do assentamento rural, o desenvolvimento industrial e comercial.³⁰⁰ Do Centro ao Oeste de Santa Catarina as terras passaram a ser vendidas a colonizadoras, a partir de 1910, pela empreiteira da estrada de ferro de São Paulo ao Rio Grande do Sul, *Brasil Development and Colonization Company* e por sociedades colonizadoras do Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul, a expansão da colonização, a sua interiorização e a fixação dos caminhos de integração são processos complementares. O caminho do trem de antes da República limitava-se aos trechos Porto Alegre–São Leopoldo (1874)–Novo Hamburgo (1876); Porto Alegre–Cachoeira (1883)–Santa Maria (1884); Rio Grande–Pelotas–Bagé (1884); Itaquí–Uruguaiana (1888). Estendeu-se, até 1900, para Passo Fundo, via Cruz Alta e Carazinho, e uniu o Sul do Estado ao Centro via Bagé e Cacequi. No primeiro decênio de 1900 a ferrovia alcançou o Estado de Santa Catarina, pelos caminhos de Erechim e Marcelino Ramos, e ramificou-se para Santa Cruz e Caxias. Já no início do segundo decênio, alcançou Ijuí (1911), estendendo-se

²⁹⁹ PETRONE, Maria Tereza Schorer. “Imigração”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978, p. 96-97; GREGORY, Valdir. *Os euro-brasileiros e o espaço colonial: a dinâmica da colonização no Oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970*. Niterói, 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. p. 43.

³⁰⁰ RICHTER, Klaus. *A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau*. Florianópolis: EdUFSC; Blumenau: EdFURB, 1986.

para Santo Ângelo quatro anos depois. Bento Gonçalves e Jaguari também foram servidos pela ferrovia no período.³⁰¹

A fixação de colônias na Serra e no Planalto e no Alto Uruguai, integrando-as a uma rede de transporte ferroviário, inaugurou um novo período no processo de colonização do Sul do Brasil e de modo característico do Rio Grande do Sul. A possibilidade de circulação de produtos agregou valor às terras das regiões beneficiadas pelos trilhos e fez crescer a importância da atividade comercial, fomentando, assim, um conjunto de relações sociais que encontravam importância no núcleo urbano emergente ou no comunitário rural. Neste sentido, a manutenção de uma economia de auto-suficiência alimentar não excluiu da estruturação da propriedade os produtos que tivessem também valor comercial. A inserção da economia agrícola sul-brasileira no mercado mundial, notadamente a partir do novo cenário que se configurou com a Primeira Guerra Mundial, foi responsável pela introdução de novos produtos, de tecnologias mais aprimoradas e de novos vetores econômicos que requeriam crédito e organização da produção.³⁰²

As terras, que antes possuíam acima de tudo um valor relativo à subsistência familiar e, se muito, ao suprimento das necessidades do mercado interno, agora, na compreensão de Joseph Koenig, passaram a agregar o valor que os produtos agrícolas de exportação lhes consignavam.³⁰³ As regiões de colonização nova, da encosta da Serra, do Planalto e do Alto Uruguai, passaram a exercer forte atração em virtude da sua fertilidade. A extração da madeira, fonte subsidiária de renda, permitia que, nas

³⁰¹ Veja-se o mapa em: ROCHE, op. cit. vol. 1, p. 64.

³⁰² Os temas tratados na Assembléia Geral do *Volksverein* de Poço das Antas, em 10/05/1914, por Wilhelm Schmäddecke, Anton Müller e Josef Hartmann expressaram esta nova postura. *Deutsches Volksblatt*, Porto Alegre, 20 maio 1914, p. 2.

³⁰³ KOENIG, Joseph. “Interferências dos alemães no comércio e na indústria”. *Deutsches Volksblatt*, Porto Alegre, 07 set. 1924; “O comércio alemão no Brasil foi poderosamente ajudado pela colonização alemã, especialmente na Província do Rio Grande do Sul, onde já haviam se instalado 50.000 alemães”. *Correspondance Diplomatique Commerciale Française*, n. 4, 18 nov. 1858, p. 445 (NETB)..

áreas da floresta derrubada, se obtivesse grande produtividade nos primeiros anos de cultivo, o que passou a requerer crescente escoamento da produção. Johannes Rick acentuou que aqui o processo dá-se ao inverso do que ocorreu nos Estados Unidos da América: “*primeiro o trem, depois o povoamento*”. Aqui teria que ser: “*primeiro o povoamento e depois a construção do trem*”. E enfatizava a necessidade de trens locais, pois “*se houver muita espera haverá desvio de dinheiro e interrupção do comércio*”.³⁰⁴

A distância dos mercados consumidores forçou as regiões de colonização a adequarem-se ao grande mercado, o que motivou um desenvolvimento integrado entre agricultura, indústria e comércio. Núcleos como Blumenau, Joinville, São Leopoldo, Santa Cruz, Pelotas, Novo Hamburgo, Ijuí, Santa Rosa e Erechim, articulados com Curitiba, Itajaí ou Porto Alegre, passaram a concentrar atividades industriais que agregavam valor aos produtos coloniais. O comércio, além do fornecimento dos insumos, escoava a produção que mormente se destinava aos grupos do comércio de importação e exportação, estabelecidos nas capitais ou nas cidades portuárias. A navegação, amplamente desenvolvida pelos alemães, e as ferrovias inseriram de forma definitiva as colônias no circuito do capital.³⁰⁵ Se isto pode ter significado um avanço na direção da modernização da infra-estrutura básica no universo colonial, não se pode perder de vista que as carroças e as péssimas condições das estradas constituíram o elo de ligação a este circuito.

O elevado custo do transporte, o baixo preço dos produtos, a crescente presença do Estado na economia através da fixação de taxas e da cobrança de impostos, a inexistência de amparo às necessidades sociais, foram apequenando as

³⁰⁴ *Deutsches Volksblatt*, Porto Alegre, 17 set. 1924.

³⁰⁵ Na navegação e na construção naval descaram-se as famílias Blauth, Diehl, Jahn, Jaeger, Ruschel e Arnt. VERBAND DEUTSCHER VEREINE (ed.). *Hundert Jahre Deuschtum ...*, p. 273-275; *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 16 jul. 1881.

possibilidades e as expectativas do colono agricultor, que via o preço da terra e dos insumos aumentando cada vez mais.³⁰⁶ Os problemas sociais e, por que não culturais, daí decorrentes sugeriam uma reorganização e uma reorientação das colônias no sentido de “promover o bem-estar material e espiritual dos colonos”. A necessidade de transformar a agricultura numa atividade geradora de bens que permitissem ganhar a vida e garantir um espaço vital para os filhos, colocou o agricultor diante do dilema do endividamento para poder sobreviver, distanciando-o, de certa forma, da propriedade e do controle do seu trabalho e da sua produção. “*Vi muitas pessoas perdidas e desorientadas nestas minhas visitas*”, dizia Lassberg referindo-se à situação social e econômica dos colonos do vale do Rio das Antas e do rio São Marcos na passagem do século XIX.³⁰⁷ Mais uma vez a inoperância do Estado somítico fazia nascer na iniciativa particular o esforço da superação dos problemas sociais e econômicos decorrentes do novo modelo de desenvolvimento que se projetou sobre as colônias. O modelo, que correu mais rápido que o ambiente, atropelou, de certa forma, o imaginário dos colonos, o que sugeriu uma solução a partir da construção de uma imagem dos aspectos relevantes deste modelo para serem referenciados num novo ambiente desejável. Para tanto, além dos aspectos relativos ao ambiente externo, far-se-ia necessária toda uma motivação em torno da atividade mental para, em base aos valores da religião e da cultura, se pudesse construir uma organização social que permitisse encontrar satisfação neste ambiente complexo.³⁰⁸

³⁰⁶ Roche mostra que nas regiões beneficiadas pela estrada de ferro o valor das terras chegava a dobrar num ano. ROCHE, op. cit., vol. 1, p. 62-67, e situa o comércio como elemento vital na vida das colônias, p. 424, seguintes e 573.

³⁰⁷ LASSBERG, J., “Einen Brief ...”, loc. cit.

³⁰⁸ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 91-97, pode ajudar a referenciar e a esclarecer situações do gênero.

5. A PRODUÇÃO DA IMAGEM DO IMIGRANTE SUL-BRASILEIRO

Para o exame do associativismo cristão no Sul do Brasil e seu desdobramento entre os imigrantes, notadamente entre os teuto-brasileiros, parece ser importante criar referências que permitam uma aproximação possível da trajetória histórica dos diferentes agentes sociais que concorreram para a complexa formação social sul-brasileira. A historiografia aponta boas leituras que buscam desmistificar os estigmas produzidos em torno da história da sociedade sul-brasileira. Há, porém, lacunas no trato específico de questões relativas às formas de organização social entre os imigrantes, que em base à formação comunitária, transcenderam-na na direção de um associativismo que, além da auto-ajuda, lhes permitisse a inserção na sociedade competitiva, que foi criando corpo principalmente a partir da segunda metade do século XIX.

Não é sem razão constatar-se que ainda existe uma certa fascinação nostálgica em torno de temas épicos que evocam uma visão episódica de uma formação social a partir dos conflitos de fronteira, ou de temas exóticos que facilmente se tornam de interesse e são transformados em produtos de consumo do mercado capitalista.³⁰⁹ Assim, a Guerra Guaranítica, que criou o mito de Sepé Tiarajú, muitas vezes ocultou a trama das coroas espanhola e portuguesa contra a experiência reducional que os jesuítas desenvolveram com os guaranis e que representou uma ameaça às pretensões do colonialismo no extremo Sul da América.³¹⁰ Mesmo com o esforço acadêmico desenvolvido nas últimas três décadas, através de encontros científicos, de formação de grupos de pesquisa e do estabelecimento de linhas de pesquisa em programas de mestrado e de doutorado, que tentam desmistificar a experiência missionária procurando relacioná-la com o imaginário social e com o

³⁰⁹ CANCLINI, Nestor Garcia. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 112 e seguintes.

³¹⁰ SCHALLENBERGER, Erneldo. *Missões jesuíticas: fronteiras coloniais do Prata*. Canoas: La Salle, s/d.

universo político da época, desvelando a especificidade decorrente da fusão de elementos culturais e de uma organização social que tomou em conta aspectos da vida tribal, mesclando-os com os da sociedade eurocristã, prevalece a visão imposta pelos interesses hegemônicos da sociedade ou pelo mercado de produtos culturais que promoveu o exótico e o pitoresco como bens de consumo.³¹¹

Do bravo soldado das guerras de fronteira, que se transformou no latifundiário pecuarista, ao herói farroupilha, que passou a incorporar o mito do ideal libertário, estabeleceu-se uma cadeia intencional de ocultação do universo indígena e das relações escravocratas que se travavam na sociedade patriarcal, ou de desvio do foco analítico de uma elite decadente que não mais pôde sustentar os seus privilégios, apoiada num modelo econômico obsoleto. Resultou daí a produção idealizada da figura do gaúcho, ente abstrato, que personificava as aspirações de liberdade, de ordem e de democracia. Estilizado em torno do seu traje típico e associado ao cavalo, que lhe emprestou a idéia de movimento e de liberdade, sobrepôs-se ao estigma do *gaudério* e do marginal à sociedade a virtude de quem promoveu a convivência social numa sociedade marcada pelo conflito e pelas relações de dominação. De expressão machista o folclore retrata, em grande parte, a versão saudosista da arcaica vertente cultural hegemônica das velhas oligarquias pecuaristas, afirmada, principalmente,

³¹¹ As mais importantes Universidades do Rio Grande do Sul e de modo marcante a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS formularam em torno do tema missões linhas de pesquisa para os seus mestrados e doutorados. Várias dissertações e teses surgiram em torno do assunto e inúmeras publicações enriqueceram a historiografia missioneira. A partir de 1975 a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco começou a promover Simpósios Nacionais de Estudos Missioneiros, que reuniram especialistas e estudiosos que promoveram amplo debate em torno da temática, cujo resultado encontra-se publicado na série: *Anais dos Simpósios de Estudos Missioneiros*. Num movimento mais amplo ainda, a partir dos Simpósios, foram organizadas as *Jornadas Internacionales de las Misiones Jesuíticas*, que, organizadas, alternadamente, no Brasil, na Argentina, no Uruguai e no Paraguai, mantém vivo o debate em torno das missões.

diante da mudança das relações sociais e da modernização decorrente dos processos de imigração e da urbanização.³¹²

O imigrante, que à margem da sociedade patriarcal escravocrata foi modificando a paisagem do Sul do Brasil, organizando o seu espaço social a partir da pequena propriedade e em base a elos familiares e comunitários de convivência, constituiu-se em um elemento inovador, também no universo da produção econômica e da transformação social urbana. A produção de sentido, através da materialização de tecnologias trazidas dos seus países de origem, despertou reação diversa dos segmentos sociais dominantes. Na sua representação simbólica, o imigrante, ao invés de ser concebido como um agente de valorização econômica do espaço ou como potencial humano para a dinamização da força de trabalho³¹³, foi, em muitas circunstâncias, estereotipado como colono, apreendido pejorativamente como trabalhador braçal, de hábitos rudes e de linguagem grotesca. Estereótipos como “alemão batata”, “gringo polenteiro”, “polaco cachaceiro”, entre outros, normalmente ligados aos hábitos e aos bens por eles produzidos e utilizados, revelam uma tendência de redução cultural, uma vez que ao *status quo* vigente não interessavam os processos de organização social e de produção cultural que os imigrantes colocavam em curso, mas tão somente os produtos advindos do seu trabalho, que supriam as deficiências do mercado de consumo.³¹⁴ A associação da imigração à idéia de progresso expressou, neste caso, uma certa conveniência.

Esta digressão superficial pretende mostrar que interesses ameaçados, ou que necessitam de afirmação para assegurar prestígio, podem produzir representações ou

³¹² ALBECHE, Daysi Lange. *Imagens do gaúcho: história e mistificação*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 1996; PORTO, *O trabalho alemão ..*, p. 110-136.

³¹³ NOVAIS, loc. cit., p. 245.

³¹⁴ O uso do conceito de cultura restringe-se aqui à produção de fenômenos que contribuem, mediante a representação e à re-elaboração simbólica das estruturas materiais, para a compreensão, reprodução ou transformação do sistema social, ou seja, a cultura diz respeito a todas as práticas e instituições dedicadas à administração, renovação e reestruturação do sentido. Veja-se: CANCLINI, op. cit., p. 29.

bens simbólicos que traduzem uma visão fragmentada e parcial da formação social sul-brasileira. Por outro lado, esta produção de bens simbólicos pode ser usada, desavisadamente ou não, para reproduzir os interesses dominantes.³¹⁵ A etiquetagem de variados produtos culturais ou a produção de roteiros turísticos ocasionaram uma representação cultural, do modo-de-ser do gaúcho, que esconde a complexidade, a diversidade e a inter-relação dos diferentes agentes históricos no processo da formação social.

Em virtude disto, torna-se possível vender as imagens de democracia social, de Europa transplantada, de opulência e de fartura do celeiro do Brasil. De fato, para quem se valer de um pacote turístico pelo Sul do Brasil, a começar por Joinville e visitar a *Oktoberfest* de Blumenau, observar as manifestações culturais produzidas e estilizadas ao melhor paladar turístico, e se deslocar pelo Vale do Itajaí com uma parada nas cidades de Gaspar e Brusque, facilmente acompanha conclusões que atribuem ao filósofo Hermann Blumenau o transplante, a partir de 1850, de uma parcela desenvolvida da sociedade germânica para a realidade brasileira, marcada pelos contrastes e por nódulos de subdesenvolvimento. Se a viagem se estender à Serra Gaúcha e a visita for centrada no complexo turístico Gramado–Canela–Nova Petrópolis e na região dos Vinhedos, com sua paisagem vistosa, entremeada de parques, caminhos ajardinados e, quem sabe, montanhas que abrigam neve durante o inverno, sem contar a diversidade de produtos coloniais e a farta gastronomia, a idéia do enclave europeu parece criar forma no imaginário do turista. Caxias, Novo Hamburgo e seu entorno muito facilmente ratificam a idéia do imigrante industrial.

Talvez as missões, que representam uma certa referência internacional, tanto que constituem patrimônio da humanidade, e mantêm vestígios materiais de uma experiência social que desafiou, ao longo do tempo, conceitos e tornou muitos

³¹⁵ BOURDIEU, *A economia das trocas simbólicas*, em seu capítulo *Reprodução cultural e reprodução social*, p. 295 e seguintes, explica bem este fenômeno.

esquemas analíticos defasados, suscitem perguntas que exijam respostas mais acuradas. Mas ao assistir à epopéia da Guerra Guaranítica no espetáculo “Som e Luz”, a experiência civilizatória, mais que centenária, é novamente traduzida a um episódio. De resto, o roteiro turístico reproduz visualmente a paisagem transformada pelo imigrante e ostenta os “produtos coloniais”, agregados de valores que lhes são embutidos pelo mercado capitalista. O Parque dos Imigrantes, de Nova Petrópolis, consegue, de certa forma, reunir ficção e tradição, feira e folclore, num esforço de conjugação da memória com a história. Na tentativa de dar sentido e expressão à experiência comunitária dos imigrantes, preserva uma réplica do espaço edificado de um núcleo comunitário, junto ao qual procura imprimir animação através de encontros que pretendem manter viva a tradição.³¹⁶

Do desenho desta imagem do Sul do Brasil, o observador de primeiro contato pode apreender, sem muito esforço, que o olhar lançado através do espelho da Europa, poderá refletir sinais marcantes e vitais da presença do imigrante, fortemente traduzíveis na paisagem transformada, na organização dos espaços produtivos, na configuração do espaço social construído, e nos bens culturais cristalizados e circulantes. O analista internacional ousará dizer que as tradições e a bagagem cultural traduzida na produção do espaço social e econômico, permitem afirmar que “*se o Brasil se dividisse em dois, o Sul teria chances de ser desenvolvido*”.³¹⁷ Apesar desta força que teve a imigração, principalmente a alemã e a italiana, e do entusiasmo que sugere, facilmente nos círculos intelectuais e políticos, nas livrarias e discotecas e no discurso elaborado, a sua produção social e sua criação simbólica aparece como sub-cultura da cultura hegemônica que, no movimento de afirmação da identidade e de

³¹⁶ A referência toma em consideração os conceitos expressos em: LE GOFF, “Memória”, loc. cit.

³¹⁷ LANDES, David. “A ética da riqueza”. *Revista Veja*, São Paulo, ano 33, n. 12, p. 11-15, 22 mar. 2000.

universalização de valores, elevou ao mérito os atributos criados em torno da sociedade patriarcal do latifúndio pecuarista e os vertidos da presença açoriana.³¹⁸

A identidade apreendida e construída a partir da diversidade étnica permite identificar que a visão reducionista e excludente encontra razão e sentido na representação histórica, quando forjada a partir de acontecimentos desfavoráveis que interferem no processo vivenciado pelos sujeitos históricos. O caso dos alemães, que, mesmo estando há quatro gerações no Brasil, sofreu forte discriminação a partir da assinatura do Tratado de Versalhes e dura repressão durante a Segunda Guerra Mundial.

Não se pode, tampouco, reduzir os estudos da imigração ao processo da substituição da mão-de-obra e à formação da pequena propriedade constituída a partir de núcleos coloniais. Além de ser multifacetada, a presença da cultura germânica no Brasil transcende os limites geográficos dos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná.³¹⁹ Influenciou a filosofia, o direito, os conhecimentos científicos e tecnológicos, a constituição de instituições, bem como o discurso e as práticas pastorais das igrejas católica e protestante.³²⁰ Mesmo limitando o universo de

³¹⁸ Para Kruip a sub-cultura compreende um conjunto de práticas e referência que têm a função de exercer um certo controle social. KRUIP, loc. cit., p. 212; considerada como estilo de vida próprio de um grupo social a cultura quando fechada sobre si mesma, isto é, nas fronteiras de um grupo parcial, pode ser denominada de sub-cultura. Veja-se: PASSERON, op. cit., p. 362.

³¹⁹ NOVAIS, loc. cit., p. 251 e 254, dá ao conceito colonização o significado de “forma de ocupação e valorização de novas áreas, orientada pelo Estado Moderno”. Colonização significa sempre ocupação, povoamento e valorização de novas áreas, além do alargamento do espaço humanizado. A cultura usada no sentido que os alemães a concebem trata de produtos humanos visivelmente materializados, veja-se: NASCIMENTO, op. cit., p. 113. No caso em referência estende-se, no entanto, aos processos sociais, às representações ideais e às influências no campo intelectual.

³²⁰ Existe uma razoável bibliografia sobre a questão. Para uma leitura genérica sugere-se: OBERACKER, Carlos H. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. Rio de Janeiro: Herder, 1968; FÜGER, Alberto. *A legião dos estrangeiros: contribuição para a história do Segundo Império*. Porto Alegre: Typografia do Centro, 1938; NASCIMENTO, op. cit., destaca a importância da Escola de Recife na construção da inteligência brasileira. De todo modo, ao longo da formação histórica da nacionalidade brasileira atividades cartográficas e estudos geográficos como os de Philipp Sturm, Johannes Schwebel, Alexander Humboldt, a etnografia com Philipp von Martins, Hans Staden,

abrangência aos estados do Sul do Brasil, há de se considerar o contexto e a interface com os demais agentes sociais que concorreram para a produção de sentido e para a organização social.

entre outros, Heliodor Eoban Hesse, Auton Sepp, entre um número significativo de pastores e missionários, Johann Heinrich Böhn e os Brummers que desde as estruturas do exército até as milícias militares constituem sinais marcantes da presença alemã em nosso meio.

CAPÍTULO IV

A IGREJA E A IMIGRAÇÃO

1. A COMPLEXIDADE SOCIAL E A IMIGRAÇÃO

O processo da colonização do Sul do Brasil foi marcado por um conjunto de fatores internos e externos que, de uma ou de outra forma, concorreram para a complexa formação social dele resultante. Os conflitos platinos desvelaram a importância estratégica da região, e projetaram sobre ela os mais variados interesses. A guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai explicitou as estratégias imperialistas projetadas para a integração do espaço econômico e para o domínio do mercado. O processo abolicionista esteve ligado a estas novas tendências da ordem capitalista. O republicanismo brasileiro evidenciou as questões regionais. O Sul do Brasil, próximo das fronteiras e dos mercados do Prata, comportava, até então, uma sociedade marcada pelas relações sociais patriarcais e escravocratas, alicerçadas numa economia subsidiária de limitado interesse comercial e industrial. A crise do setor pecuarista evidenciou a fragilidade das estruturas produtivas e dos mecanismos de mercado. Com os interesses contrariados, o segmento social hegemônico buscou, de forma diversa, alternativas para a crise. Da contestação política à apropriação do Estado, rasgou-se um longo caminho, que marcou decisivamente a trajetória social e política do Sul do Brasil.

A colonização desencadeada a partir da imigração européia, reveste-se de sentido se inserida na trajetória desta construção social. As colônias não se resumiram

à concepção de se constituírem em entes que se bastaram e se significaram a partir de si mesmas, embora num primeiro instante tivessem que prover a sua subsistência. O caráter da produção da subsistência não revela os limites e não evidencia a abrangência do significado, quando apreendido nos cenários político e econômico e no conjunto das transformações por que passou a sociedade brasileira, no segundo quartel do século XIX e, notadamente, no primeiro do século XX. Não é difícil identificar um estado de quase total abandono dos colonos pelas instituições vinculadas ao Estado e à própria Igreja.³²¹ Mais difícil é apreender que este estado de abandono pode ter se modulado a partir de uma situação de contato numa sociedade em crise, que vivia o dilema da substituição dos seus referenciais baseados nas honras e na hierarquia pelos do lucro e do contrato.³²²

A dissidência oligárquica que se configurou nas lutas pelo poder no Rio Grande do Sul, em 1893 e em 1923, associada ao horizonte das relações internacionais que afirmavam interesses de mercado, evidencia um quadro onde a percepção das colônias, como se fossem realmente isoladas, se torna impossível. A projeção dos interesses do mercado interno, materializada pela construção da ferrovia de São Paulo ao Rio Grande do Sul e sua ramificação, atingiram intensamente a vida dos colonos e o próprio processo de colonização. Com isto, houve uma interiorização da colonização e uma valorização das terras como propriedades com valor de mercado.³²³ A disposição da propriedade, como um bem a ser adquirido, obrigava as famílias a gerar excedentes para que pudessem atender aos filhos que viessem a se emancipar da unidade familiar. Na essência, este processo interferiu na organização da propriedade familiar, de tal sorte que a produção de bens para o mercado foi ocupando, cada vez mais, lugar de destaque.

³²¹ Saint-Hilaire e Avé-Lallemant já haviam testemunhado isto em suas viagens pelo Sul do Brasil, conforme já demonstramos anteriormente.

³²² MAURO, op. cit., p. 171. Mostra a oposição que se dá neste contexto de mudança entre os diversos tipos de sociedade, onde se pode dar ênfase à oposição da sociedade latina à germânica.

³²³ *Deutsches Volksblatt*, Porto Alegre, 16 out. 1923, p. 2.

De uma forma geral, se observarmos os relatórios oficiais do Rio Grande do Sul, o charque liderava a pauta das exportações gaúchas até o segundo decênio de 1900. A partir daí, a banha, o arroz, o fumo, o feijão e as carnes congeladas foram se impondo progressivamente no mercado.³²⁴ É verdade que este processo não se desencadeou de forma homogênea. A diversidade regional, no que tange à proximidade ou não dos mercados consumidores e os fatores de ordem natural, e a problemática decorrente do alcance das políticas tributárias e de mercado, estabeleceram contrastes que dificultam uma padronização conceitual em torno da organização social resultante do processo de colonização do Sul do Brasil.

No Paraná, a marcante presença do latifúndio pecuarista e escravocrata na região dos Campos Gerais, a interferência dos índios coroados nas cercanias dos campos de Guarapuava, e a atração que o mercado de trabalho de Curitiba exercia sobre os colonos, revelam algumas das múltiplas interfaces que influenciaram a organização social dos núcleos de povoamento resultantes do processo colonizador.³²⁵

Não menos diversa foi a situação de Santa Catarina. A colonização fixada nas imediações dos campos de Lages esteve inscrita no circuito da economia pecuarista e na convivência com a sociedade escravista. Já, a desenvolvida no eixo de Blumenau–Brusque e Joinville, seguiu um modelo de organização e de desenvolvimento que buscava na identidade étnica a diversidade social, entendida a partir das funções que os indivíduos exerceriam na sociedade local, organizada por agentes de colonização que mantiveram vínculos em causa com a sociedade de origem

³²⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Rio Grande do Sul: a economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 13 e seguintes.

³²⁵ Veja-se: ABREU, Alcioly Terezinha Gruber de. *A posse e o uso da terra: modernização agropecuária de Guarapuava*. Curitiba: UFPR, 1981 (Dissertação de Mestrado); AVÉ-LALLENENT, 1858, *viagem pelo Paraná*, p. 44 e seguintes, já fazia referência a esta diversidade a partir das observações da sua viagem em 1858.

dos imigrantes.³²⁶ Esta diversidade nos permite afirmar, com Pierre Bourdieu, que, neste caso, as vidas individuais ajustaram-se com maior flexibilidade aos requisitos da sociedade local, o que representou maior grau de coesão e intercomplementaridade.³²⁷

No Rio Grande do Sul, o quadro geral da colonização não se apresentou menos complexo. As colônias situadas nas imediações dos mercados de consumo interagiram com eles de uma ou de outra forma, mesmo que isto não representasse *a priori* e, necessariamente, uma relação positiva em termos de avanço social e de ganhos econômicos. Favoreceu, no entanto, a sua modelação a partir da situação de contato, o que certamente dificulta a análise daquelas colônias como se fossem comunidades realmente isoladas. Mesmo que não inseridas no circuito dinâmico do comércio, a demanda dos produtos coloniais nos mercados de consumo passou a integrar a tessitura do cotidiano daquelas comunidades. Na Serra, no Planalto ou no Alto Uruguai, a inexistência da relação de proximidade com o mercado de consumo forjou situações peculiares. O preço dos produtos, prejudicado pelo custo do transporte e pelo fator da perecibilidade, exigiu uma especialização maior da produção e uma organização mais acurada na defesa e na valorização da produção, o que pode ser apreendido com maior lucidez a partir do período da Primeira Guerra Mundial, quando a produção de alimentos para a exportação começou a definir o modelo da economia nacional e, de forma característica, o do Sul do Brasil.³²⁸

Situações peculiares não podem ser relativizadas pelo costumeiro esforço de generalização, sob o risco de se comprometer a construção de uma leitura mais aproximada da multifacetada presença do imigrante na formação social do Sul do Brasil. Da falta de consistência dos núcleos das proximidades de Lages e de Rio Negro

³²⁶ DALL'ALBA, João Leonir. *A imigração italiana em Santa Catarina*. Caxias do Sul: EDUCS, 1983, p. 165, se refere a esta diversidade social caracterizada com a presença de profissionais de diferentes áreas de conhecimento e ocupação.

³²⁷ BOURDIEU, *A economia das trocas simbólicas*, p. 58 e seguintes; CASEY, op. cit., p. 23.

³²⁸ *Nachrichtenblatt der Liga das Uniões Coloniais Riograndenses*, São Leopoldo: Rotemund e Co., março de 1932.

à miséria dos colonos da região do Rio das Antas e de São Marcos, torna-se possível apreender graus e estágios de organização diferenciados, não só na questão da produção econômica, mas também na da estruturação e da representação do universo social. A constatação que o jesuíta Joseph von Lassberg fez da colonização polonesa do vale do Rio das Antas, onde a pobreza raiava o horizonte do espanto, bem como os estágios letárgicos dos núcleos de São Pedro de Alcântara e Três Forquilhas, e a falta de assistência religiosa e a inoperância dos poderes públicos, que levaram a situações de marginalização social, a exemplo do que se configurou em torno do episódio dos Muckers, no morro do Ferrabraz, em Sapiranga, evidenciam facetas da incapacidade de articulação social dos colonos de reverter o quadro que lhes era desfavorável. Lassberg percebia que o desespero raiava a esperança do prodígio divino. Apontava, portanto, a religiosidade como fenômeno de coesão social e a sacralidade como razão vital. Assim, dizia ele, “*se não tivessem esta forte religiosidade já teriam se desintegrado muito mais*”. E, em outra passagem, expressou: “*Cansei muito durante a viagem, porque os colonos insistiram em me acompanhar, fizeram procissão e em todo o lugar que eu passava se ajoelhavam*”.³²⁹ Haubert assegura que o padre Max von Lassberg, quando se hospedava em Santo Ângelo, por ocasião da ida com os delegados às reuniões do *Volksverein*, em Porto Alegre, relatava o grau de pobreza em que se encontravam certas regiões de colonização. A fome e as doenças, em circunstâncias específicas, levaram ao derradeiro infortúnio.³³⁰ Leopoldo Petry também imputava ao fenômeno religioso a evasão de muitas tensões sociais. No caso específico dos *Mucker*, assegura que “*a disposição místico-religiosa da alma germânica foi explorada e os resultados somente podem ser explicados tomando-se em consideração a crassa ignorância*” e a inexistência de um atendimento qualificado aos enfermos.³³¹ Hugo Metzler voltou à carga, em 1912, sentenciando que o governo

³²⁹ LASSBERG, J., “Einen Breif...”, p. 525-528.

³³⁰ HAUBERT, Catarina Alice. *Depoimento sobre as lembranças da década de 1920 e a colonização do município de Santo Ângelo* (colhido em 2 jul. 2000). A depoente nasceu em novembro de 1914 e trabalhava no Hotel Brasil de Santo Ângelo.

³³¹ PETRY, Leopoldo. *O episódio do Ferrabraz – os Mucker*. São Leopoldo: Rotermund, 1957, p. 166.

abandonou os imigrantes: “*é um escândalo o fato do governo deixar o povo a mercê dos curandeiros, sem assistência médica*”, e exigiu mais atenção às necessidades dos colonos. Não deixou de registrar, também, a falta de atendimento religioso aos italianos, aos tchecos e aos poloneses.³³²

2. A RELIGIÃO E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL

No horizonte desta complexa realidade, desenha-se um quadro nebuloso que dificulta, em muitas circunstâncias, a avaliação do impacto dos sistemas religiosos sobre os sociais, uma vez que os tipos de motivação e de disposição podiam variar, o que impossibilita a apreensão do valor da religião em termos tanto morais quanto funcionais.³³³ Tanto católicos quanto evangélicos luteranos entendiam, por esta razão, que o caminho da constituição de comunidades coesas poderia significar uma alavancagem para uma organização social com sólida referência nos valores ético-cristãos, na solidariedade étnica e nos princípios da ordem e da operosidade.³³⁴ Já, o pastor Wilhelm Rotermund, expressava esta preocupação alegando que “*o que nos falta é a união; não tanto a união numa nova associação, mas na perspectiva de buscar um sentido e o ideário de uma atmosfera que permita viver e indique o caminho da vida.*” Entendia ele que só assim as obras e as instituições mantidas pelos protestantes poderiam ser conduzidas adiante e produzir frutos. Muitas iniciativas não compreenderam continuidade, “*porque ao protestantismo sempre se lhe cortou a copa,*

³³² Deutsches Volksblatt. Porto Alegre, 13 mar. 1912.

³³³ GEERTZ, *A interpretação ...*, p. 139.

³³⁴ Para Teles, o amor pela ordem, pela organização, fundamentam toda a vida social entre os germânicos. TELES, Leandro. “Espírito associativo do imigrante”. In: *Sesquicentenário da imigração alemã* (álbum oficial). Porto Alegre: Edel, 1974, 80-95, p. 81; Amstad quando expressou suas impressões sobre o Brasil destacou a falta de ordem e a ausência de um espírito de operosidade como fatores adversos ao desenvolvimento. AMSTAD, “Die 10 ersten Jahre ...”, p. 145 e 146.

por isso não floresceu e carregou frutos".³³⁵ Do mesmo modo, o padre Amstad percebia a dispersão e a convivência étnica e confessional na região de Nova Petrópolis. Escrevia ele:

“sofria ela do mal da promiscuidade étnica e confessional, que caracterizava quase todos os lugares, sendo que os teutos protestantes superavam em muito, numericamente os católicos. Também no concernente a sua colocação social e quanto às posses. Diga-se o mesmo dos arredores mais próximos de São Sebastião do Caí, onde os colonos alemães e protestantes moravam de mistura com os luso-brasileiros”.³³⁶

A referência às comunidades étnica e confessionalmente homogêneas, herdada da vivência e da tradição dos cantões suíços e que alimentava o imaginário do jesuíta, certamente via-se afrontada por esta realidade encontrada no novo campo pastoral. No concernente aos protestantes, reconhecia-lhes a superioridade em termos sócio-econômicos, o valor dos elementos germânicos que balizavam a sua cultura e deixou entender que era necessário elevar o nível cultural dos católicos e o seu bem-estar material para que o catolicismo pudesse se afirmar.

Se olharmos pelo espelho que reflete os imaginários do jesuíta e do pastor, que idealizavam comunidades étnicas e confessionais, poderemos perceber, ao nível do discurso, que a questão da homogeneidade se afigurou muito mais no horizonte da utopia do que no da prática. Mas, se atentarmos ao propósito da colonização mista, operacionalizada com ênfase no período inicial do Estado Republicano Positivista, e se considerarmos que a expansão da colonização se operou grandemente a partir do fenômeno da enxamagem, perceberemos que a venda dos lotes não privilegiava a

³³⁵ *Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien*. Maio 1919, Heft 1.

³³⁶ AMSTAD, *Memórias autobiográficas*, p. 151.

constituição de núcleos, uma vez que obedecia ao critério das picadas e das linhas e que, além do fator étnico e religioso, pesava o ingrediente preço na localização e na aquisição da propriedade.³³⁷ Assim, numa localidade entendida enquanto unidade geográfica, coabitavam diferentes etnias e credos, sem que necessariamente o número de comunidades respondesse a tantas quantas fossem as etnias e os credos.

Embora a colonização espontânea ou a iniciativa privada buscassem favorecer uma maior coesão social através da identidade cultural em base aos fundamentos étnicos e religiosos, era comum existirem relações bem mais complexas na sociedade local do que aquelas que podem ser enquadradas no conceito de comunidade enquanto expressão dos vínculos de solidariedade e de amor traduzidos em torno de objetivos comuns que projetam uma utopia comum.³³⁸ Não se trata de estabelecer uma antinomia entre *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, como o quer Tönnies, para caracterizar a oposição entre o núcleo cultural das comunidades medievais e o da sociedade capitalista, mas de evidenciar que a convivência e a permanência de elementos comunitários não excluíram a presença de relações características de uma sociedade capitalista em formação.³³⁹ Os núcleos coloniais de São Leopoldo, Santa Cruz, Blumenau, Joinville, Ijuí, entre outros que poderiam ser referidos, retratam esta realidade: a convergência de interesses e a organização comunitária não sombrearam a complexa trama das relações sociais que transformaram aqueles núcleos em centros polarizadores de atividades econômicas e de serviços sociais. Pelo contrário, a múltipla organização comunitária concorreu para a implementação de atividades e de instituições sociais que passaram a exercer funções importantes na vida daquelas sociedades.

³³⁷ Veja-se: ROCHE, op. cit., v. 1, cap. V, p. 319-386. A enxamagem se dá mediante o fenômeno da multiplicação da prole num espaço de produção limitado e da formação de novas unidades familiares, que buscam um espaço vital para a produção familiar em vista da constituição da nova família. Trata-se, de certa forma, de um processo natural de expansão da colonização, forçado pela multiplicação das unidades familiares.

³³⁸ LÖWY e SAYRE, op. cit., p. 125, 176 e 200.

³³⁹ Ibidem, p. 169, explicita esta oposição entre *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*.

Por outro lado, se considerarmos aleatoriamente uma localidade a exemplo da de Santo Antônio, no atual município de Alecrim, do Estado do Rio Grande do Sul, veremos que a organização comunitária em torno da Igreja ou mesmo da escola não conseguiu suprir todas as demandas sociais e tampouco se restringiu àquele determinado espaço geográfico. Elementos de outras localidades, que por sua vez constituíram suas comunidades, continuaram pertencendo à comunidade de origem. Assim, também, moradores daquela localidade pertencentes a outros credos estiveram filiados e participavam de comunidades plantadas em outras localidades. Nas atividades lúdicas e associativas a homogeneidade religiosa e étnica desaparecia para dar espaço a uma convivência interétnica e interconfessional, embora prevalecesse a cultura teuto-católica. Foi ao redor da atividade comercial que se construiu, acima de tudo, um espaço de sociabilidade, onde se integraram elementos de culturas étnicas e religiosas diferentes em torno de componentes modernizantes, que motivaram o discurso e alavancaram as tecnologias de produção e as atividades econômicas.

Se José Pellenz apontava as dificuldades econômicas pelas quais passavam os colonos, acentuando o problema do transporte, as dificuldades de escoamento da produção e os preços baixos, cujo somatório resultava na falta de dinheiro, José Hartmann estabeleceu o contraponto, demonstrando que o desenvolvimento econômico se operava, fundamentalmente, através do fenômeno da industrialização, num processo interativo entre agricultura, indústria e comércio.³⁴⁰

As referências que Johannes Rick fez de que “*nas colônias confessionalmente misturadas se desvaloriza o religioso e isso repercute em declínio material*”, são expressões de uma faceta da realidade que veicula um conteúdo de um sentido intencional, que projeta na falta de coesão social e na diversidade étnica e cultural, a construção de comunidades cristãs idealizadas a partir daquelas conhecidas

³⁴⁰ *Deutsches Volksblatt*. Porto Alegre, 20 maio 1914, p. 2.

na Alemanha ou na Suíça.³⁴¹ Amstad, embora não chegasse à conclusão tão radical, teve esta percepção quando constatou que, na região da Serra onde hoje se situam os municípios de Nova Petrópolis, de Gramado e os arredores dos núcleos de povoamento italiano, a inexistência de um acompanhamento mais efetivo do processo de colonização havia deixado grandes lacunas em termos de organização social. Percebia, no entanto, que a coexistência de etnias e credos não interferia tanto no estágio de desenvolvimento social e econômico quanto o estado de abandono em que viviam aquelas populações. Outras interferências, como a presença dos maragatos, a falta mais intensa de um acompanhamento espiritual e de uma implementação de um sistema educacional, impediam uma maior coesão e um mais significativo desenvolvimento social.³⁴²

A unidade étnica e religiosa como fator de desenvolvimento econômico e social pode ser relativizada a partir de um simples exercício comparativo entre Santa Rosa e Serro Azul (Cerro Largo). A primeira, concebida como colônia mista, por iniciativa oficial, acomodou intrusos e acolheu as mais diferentes etnias e, mesmo assim, comportou um acelerado desenvolvimento em termos de infra-estrutura econômica, de estruturas administrativas e de serviços sociais. Serro Azul, como colonização étnica e confessional, não comportou os mesmos índices de desenvolvimento, se tomarmos a vertente quantitativa, passando, inclusive, por sérias dificuldades iniciais.³⁴³ Carlos Stemmer destacava, de igual sorte, que as colônias da Serra, a exemplo de Ijuí, Neu-Württemberg e Erechim, expressavam uma vitalidade

³⁴¹ *Deutsches Volksblatt*. Porto Alegre, 30 abr. 1925.

³⁴² Amstad diz que os italianos católicos não tinham terras demarcadas pelo governo. “Erinnerungen aus P. Amstad”. In: *Kalender der Serra-Post*, Ijuí, 1936, p. 75-81.

³⁴³ Veja-se sobre o desenvolvimento de Santa Rosa os quadros estatísticos sobre a produção do Rio Grande do Sul e a análise desenvolvida por ROCHE, Jean. Op. cit., p. 299 e seguintes e p. 351-353. A relação entre as duas colonizações também pode ser apreendida no *Deutsches Volksblatt*, 20 mar. 1926.

econômica e um poder de organização maior que as colônias velhas.³⁴⁴ Isto não exclui e tampouco permite que se subentenda as grandes injunções e as contradições que marcaram o processo de colonização e a organização das colônias, principalmente neste período marcado pela introdução do trabalho livre e da pequena propriedade familiar, pela implantação do Estado Republicano e pela afirmação do ideário nacionalista e seus desdobramentos.

Em momentos diferentes, em lugares diversos e em circunstâncias peculiares, as crises que, de modo geral eram comuns à sociedade brasileira, foram tomando nuances específicas no universo das colônias formadas a partir da imigração européia. O problema do acesso à terra, as dificuldades em torno da produção de existência e da obtenção de rendimentos a partir do trabalho, o desamparo em termos assistenciais e educacionais, o perigo de uma iminente inflexão diante de doutrinas e de ideologias que feriam os interesses dominantes, quer da Igreja, quer do Estado, expressam, em parte, o multifacetado cenário que envolveu a formação das comunidades na complexa organização e no desenvolvimento da sociedade de origem colonial.

3. O COTIDIANO DOS COLONOS E A AÇÃO EVANGELIZADORA E EDUCATIVA

As instituições, enquanto entes abstratos ou significações idealizadas, nem sempre conseguiam expressar o enredo da construção social que se processava no cotidiano da convivência social. Gertz assegura que o colono, na sua grande maioria,

³⁴⁴ *Nachrichtenblatt der Liga das Uniões Coloniais Riograndenses*, São Leopoldo, mar. 1932, p. 8. Entenda-se esta leitura no contexto do pós-guerra e a partir da organização da Liga que teve maior expressão na Serra.

tinha uma visão de mundo limitada, uma vez que limitado também esteve a um pequeno raio de convivência social.³⁴⁵ Na maior parte das vezes se restringia às relações amistosas com a vizinhança, ao tímido universo de operações comerciais na localidade mais próxima e à vivência comunitária expressa em torno da prática religiosa e, raras vezes, na convergência de manifestações lúdicas. A família constituiu-se, neste universo, no ambiente onde se travavam de forma mais intensa e continuada as relações intersubjetivas que, de uma ou de outra maneira, influenciaram a conduta social dos indivíduos. Isto não excluía, contudo, que as vidas individuais se ajustassem com flexibilidade aos requisitos da sociedade local. Nesta relação dinâmica, a família não pode ser apreendida como instituição isolada, mas esteve sujeita às adaptações que a cultura e a ecologia requeriam.³⁴⁶ Assim, o movimento crescente do comércio, a presença contínua de viajantes e a introdução de novas modas, foi promovendo inovações nas colônias e, na leitura de Amstad, “*tudo isso exerceu evidentemente não pequeno influxo sobre a vida religiosa do lugarejo e de seus moradores*”.³⁴⁷

As relações interétnicas entre alemães, italianos, nacionais, ou lusos, e índios, os casamentos mistos, muitas vezes daí decorrentes, foram afrontando os padrões referenciados para a constituição do modelo de organização social desejado, cujos pilares eram projetados sobre a família, sobre a religião e sobre o trabalho. A família era referenciada pelos missionários como núcleo central onde se exercitavam os valores e as práticas cristãs, que, comungadas na vida comunitária, constituiriam os esteios da nova sociedade. Para tanto, deveria curar-se do bem-estar espiritual e material, para que “na família cristã se pudesse manter a honra cristã.”³⁴⁸

³⁴⁵ GERTZ, “Política nas colônias” (não publicado).

³⁴⁶ CASEY, op. cit., p. 23.

³⁴⁷ AMSTAD, *Memórias...*, p. 152.

³⁴⁸ RUMPEL, Padre Valentim. “Família cristã e a honra cristã”. In: *Deutsches Volksblatt*, Porto Alegre, 20 maio 1914.

Quando se trata da questão social, numa sociedade desapontada pelas novas relações de trabalho, pelo influxo das modernas ideologias, pelo aumento crescente dos níveis de pobreza e de marginalização, “*a primeira coisa a fazer é a restauração dos costumes cristãos, sem os quais os meios mais eficazes sugeridos pela prudência humana serão pouco aptos para produzirem salutareos resultados*”, rezava a encíclica *Rerum Novarum* e repetia o padre Valentim Rumpel.³⁴⁹ A Igreja Missionária, que se sentiu chamada pelo Papa Leão XIII para promover a restauração católica, tomou a assertiva da encíclica em elevada consideração. A preservação dos costumes ou a sua restauração tornar-se-ia eficaz se cultivada no seio da família e, depois, estendida para a comunidade. Era, pois, imperativo trabalhar pela unidade e bem-estar das famílias para que se pudesse almejar comunidades cristãs que fomentassem o desenvolvimento social na perspectiva da ordem e da solidariedade humana.

O padre Amstad que, no seu trabalho pastoral nas regiões de São Sebastião do Caí, de Nova Petrópolis e de cima da Serra, nas imediações de Caxias, costumava visitar as famílias, entendeu que as dificuldades impostas pelo meio, a assimilação de valores pouco comuns à cultura original do imigrante e o relativo estado de abandono institucional eram elementos impeditivos para a promoção da ordem social e do desenvolvimento espiritual e material.³⁵⁰

Enraizados nos valores e espalhados na dinâmica da sociedade germânica, pastores e sacerdotes, respaldados nas lideranças leigas, temiam pela “caboclicização” dos costumes. Amstad, em tom de ironia, registrou que as famílias lusas levavam os cachorros, que não eram poucos, com eles à missa. Isto causava espanto e, de certa forma, criava um clima que afetava o rito e vulnerava o sagrado. Do mesmo modo, os hábitos, que produziam interações nos ambientes coletivos, começaram a ser afetados. As festas dos padroeiros foram se efetuando “à brasileira”, o que para a época poderia

³⁴⁹ *Rerum Novarum*, 82; *Deutsches Volksblatt*, Porto Alegre, 20 maio 1914.

³⁵⁰ AMSTAD, *Memórias...*, p. 159.

significar a dessacralização do sagrado, ou mesmo, a expressão de um processo de perda dos referenciais da cultura e da identidade étnica.³⁵¹ Enfim, “*são principalmente os rituais mais elaborados e geralmente mais públicos que modelam a consciência espiritual de um povo*”.³⁵²

A preservação da cultura, os princípios da religião e a ordem social encontrariam os seus primeiros fundamentos na família, teriam que ser alimentados pela Igreja e pela escola e se espelhariam na comunidade, onde encontrariam constantemente fonte de realimentação e de referência. Esta compreensão levou cedo católicos e protestantes a promoverem a difusão de boas leituras no universo familiar, através de jornais, revistas ou almanaques e pela criação de bibliotecas.

Educação e religião, cultura e fé eram binômios que encontraram na *Weltanschauung* do catolicismo alemão, isto é, na visão de mundo a partir da ótica romântica do comunitarismo, terreno fértil para alimentar o imaginário dos agentes eclesiásticos que propugnavam a formação das comunidades cristãs em bases étnicas no universo da constituição social, a partir da colonização do Sul do Brasil.³⁵³ Estas comunidades constituir-se-iam, de algum modo, nos esteios da restauração católica e nas referências para a ação evangelizadora. Claro que este imaginário não se alimentava de sonho fortuito. Havia reciprocidades e fontes alimentadoras que inspiravam, subsidiavam e fomentavam estas ações. As experiências vivenciadas pelos missionários, pelas ordens religiosas ou pelos pastores nos seus países de origem, predominantemente europeus e, sobretudo, germânicos, mantiveram a questão religiosa e a questão social do final do século XIX aguçada. Assim, houve um movimento de retaguarda na Alemanha que, através da *Caritasverband*, procurou manter e fortificar

³⁵¹ Ibidem, p. 166-169.

³⁵² GEERTZ, *A interpretação...*, p. 129.

³⁵³ O conceito de visão de mundo é empregado na perspectiva da dimensão romântica que lhe é atribuído por Lucien Goldmann. LÖWY e SAYRE, op. cit., p. 28 e seguintes.

o catolicismo e o germanismo no exterior. Este movimento convergiu em torno da organização de uma entidade, *Das Katholische Deutschtum in Ausland* (União para os católicos alemães no exterior), fundada em Dresden, em 1911, que tinha como objetivos fundamentais: “assistência viva na educação espiritual entre mãe-pátria e os alemães católicos que vivem no exterior; manutenção e fomentação da língua, dos costumes, da cultura e da religião; e fomentação de ideais e materiais para os alemães que estivessem distantes de sua pátria”.³⁵⁴ A organização desta entidade simbolizou a expressão de toda a dinâmica resultante dos conflitos que se desencadearam na sociedade germânica, que tiveram no *Kulturkampf* sua mais forte expressão e na expulsão dos jesuítas a sua vertente aberta para o mundo.

4. A PRESENÇA INSTITUCIONAL DA IGREJA NO ESPAÇO DA COLONIZAÇÃO: CATÓLICOS E EVANGÉLICOS LUTERANOS

Um dos marcos institucionais mais significativos e presentes no processo da imigração e da colonização é a presença da Igreja que veiculou a dimensão existencial religiosa como um dos fatores de identificação cultural e de coesão social. Até a segunda metade do século XIX, a presença institucional da Igreja na formação social sul-brasileira era tímida. Clérigos mal preparados, sacerdotes sem referências éticas ou conduta moral que os distinguissem das práticas comuns à sociedade da época, ocupavam mediocrementemente o lugar que a Igreja Missionária chamaria de “cura das almas”. Sob a jurisdição da diocese de São Paulo estes sacerdotes perdiam, de certa forma, o seu vínculo eclesiástico.³⁵⁵

³⁵⁴ *Deutsches Volksblatt*. Porto Alegre, 10 jan. 1912, p. 4.

³⁵⁵ A religião como fator de coesão social pode ser aprofundado em: HOUTART, François. *Religião e modos de produção pré-capitalista*. São Paulo: Paulinas, 1982.

A organização das igrejas locais é tardia. A diocese de Porto Alegre teve a sua instalação somente em 1853. A de Curitiba, pertencente ao Bispado do Rio de Janeiro, só foi criada em 27 de abril de 1892, através da bula *Ad Universas Orbis Ecclesias*, de Leão XIII. Incorporava ela a província de Santa Catarina. Florianópolis foi elevada à condição de Diocese em março de 1908 pelo decreto apostólico *Quum Sanctissimus Dominus Noster*, de Pio X, e teve como primeiro bispo D. João Becker, que viria a ser o arcebispo de Porto Alegre em 1912. Com a intensificação do povoamento do Rio Grande do Sul, principalmente a partir da expansão da colonização que se desencadeou no final do século XIX e início do XX, a diocese de Porto Alegre havia sido desmembrada em mais três, a de Uruguaiana, a de Santa Maria e a de Pelotas, e elevada à condição de arquidiocese em 1910, pela bula *Predecessorum Nostrorum*, de Pio X.³⁵⁶

A Igreja institucional esteve um tanto quanto ausente quando do lançamento das bases iniciais da colonização do Sul do Brasil. Saint-Hilaire já fazia registro desta assertiva. E isto não vale só para a Igreja Católica. O protestantismo luterano, um pouco mais organizado a partir da estruturação da colônia de Blumenau, em Santa Catarina, carecia de pastores e as comunidades eclesiais eram pouco consistentes, apesar da supremacia dos evangélicos sobre os católicos. Para suprir a lacuna que se verificava no processo étnico de transmissão religiosa, as comunidades entregavam a manutenção de sua religiosidade a leigos e se mobilizavam para angariar recursos para subsidiar a vinda de pastores, pretensamente da Alemanha. Aliás, este fator estabeleceu vínculo muito forte entre o luteranismo alemão e o brasileiro, até que,

³⁵⁶ Sobre a organização eclesial consulte-se: RABUSKE, Arthur. “Contribuição teuta à Igreja Católica do Rio Grande do Sul.” In: *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, n. 28, 1974, p. 131-150; JAEGER, Luís Gonzaga e NEIS, Rubem. *São Leopoldo no seu primeiro centenário*. Porto Alegre: Globo, 1947; BONI, Luís Alberto de. “O catolicismo da imigração: do triunfo à crise”. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). *Rio Grande do Sul: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 234-270; CABRAL, Oswaldo R. “Subsídios para a história eclesial de Santa Catarina: a diocese de Florianópolis”. In: *Revista de História*, São Paulo, n. 72, v. XXXV, p. 398-404, 1967.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)